

Cultura, representação e informação digitais

ORGANIZADORES

Rubens Ribeiro Gonçalves da Silva

Aurora Leonor Freixo

Iole Costa Terso

Ricardo Sodré Andrade



The background features a series of gray geometric lines and shapes. In the top right, there are two parallel lines forming a corner. On the right side, a diagonal line with two circular dots is visible. At the bottom left, there are more parallel lines forming a corner. The text is centered in the upper half of the image.

Cultura, representação e informação digitais

UNIVERSIDADE FEDERAL DA BAHIA

REITORA Dora Leal Rosa

VICE-REITOR Luiz Rogério Bastos Leal



EDITORA DA UNIVERSIDADE FEDERAL DA BAHIA

DIRETORA Flávia Goullart Mota Garcia Rosa

CONSELHO EDITORIAL

Titulares

Ângelo Szaniecki Perret Serpa

Alberto Brum Novaes

Caiuby Alves da Costa

Charbel Ninõ El-Hani

Dante Eustachio Lucchesi Ramacciotti

José Teixeira Cavalcante Filho

Suplentes

Cleise Furtado Mendes

Evelina de Carvalho Sá Hoisel

Maria Vidal de Negreiros Camargo



1110010100001010101
0100010001010010001
1000101011001010101
0100010001010010001
1110100100100101010

CRIDI
1110010100001010101
0100010001010010001

ORGANIZADORES

Rubens Ribeiro Gonçalves da Silva

Aurora Leonor Freixo

Iole Costa Terso

Ricardo Sodré Andrade

Cultura,
representação
e informação
digitais

Edufba
Salvador
2010

©2010 by autores
Direitos para esta edição cedidos à
Editora da Universidade Federal da Bahia.

NORMALIZAÇÃO Iole Terso

REVISÃO Fernanda Machado

PROJETO GRÁFICO Genilson Lima Santos

Sistema de Bibliotecas - UFBA

Cultura, representação e informação digitais / organizadores, Rubens Ribeiro Gonçalves da Silva ... [et al.]. - Salvador : EDUFBA, 2010.
248 p.

Trabalhos desenvolvidos em estudos e pesquisas pelos membros do CRIDI-ICI-UFBA.
ISBN - 978-85-232-0713-7

1. Representação do conhecimento (Teoria da informação). 2. Tecnologia da informação. 3. Arquivos e arquivamento (Documentos). 4. Preservação pela digitalização. 5. Preservação pela microfilmagem. 6. Gestão da informação. I. Silva, Rubens Ribeiro Gonçalves da. II. Universidade Federal da Bahia. Instituto de Ciências da Informação.

CDD - 020.1

Editora filiada à:



EDUFBA Rua Barão de Jeremoabo, s/n – Campus de Ondina, Salvador – Bahia

CEP 40170 115 tel/fax 71 3283 6164

www.edufba.ufba.br edufba@ufba.br

Sumário

Prefácio

7

Apresentação

11

**Parâmetros de atuação do conservador
na área da preservação documental**

Adriana Cox Hollós e Rubens R. G. Silva

17

Preservação e memória social

Adriana Cox Hollós

29

**Representação da informação científica:
a rede pode ser a gota d'água**

Albano Souza Oliveira

41

**Cultura burocrática e tecnologias informacionais:
duas faces da mesma moeda**

Aurora Leonor Freixo

55

**Uma abordagem dialética da inteligência
coletiva e da informação no ciberespaço**

Inácio Szabó

71

**Alfabetização informacional:
consciência e tecnologia na prática bibliotecária**

Iole Costa Terso

99

**Digitalizar conteúdos informacionais de documentação pública
audiovisual, sonora e fotográfica é democratizar o acesso**

Lívia F. Tosta, Adelmária I. Santos, Lucas A. S. Serra, Rubens R. G. Silva

119

**A microfilmagem e a digitalização de documentos sobre o Brasil
Colonial: experiências do Arquivo Público da Bahia**

Maria Teresa Navarro de Britto Matos

133

**Elementos de informação para a construção
de uma história da UFBA**

Rejane Pereira Correia, Ana Aparecida Gonzaga da Silva,

Odeilma da Silva da Cruz, Rubens R. G. da Silva

145

**Uma nova geração de instrumentos arquivísticos
de referência: a publicação dos produtos das descrições
arquivísticas em meio eletrônico**

Ricardo Sodré Andrade, Rubens R. G. da Silva

163

**Aspectos introdutórios da representação de informação
arquivística: a Norma Brasileira de Descrição Arquivística
(NOBRADE), a Descrição Arquivística Codificada (EAD-DTD) e o
Projeto *Archives Hub***

Ricardo Sodré Andrade

185

**SOIMA 2007 – Salvaguarda de acervos de som e imagem:
relato de uma experiência internacional no Rio de Janeiro**

Rubens R. G. Silva

211

Sobre os autores

243

Prefácio

Fruto de trabalho coletivo, este livro inicia a presença editorial de um grupo de pesquisa criado em 2005, e desde então operando ininterruptamente, agregando graduandos, pós-graduandos e docentes do Instituto de Ciência da Informação da UFBA. Há cinco anos, portanto, seus membros, sob a liderança de Rubens Ribeiro Gonçalves da Silva, refletem, debatem, estudam, pesquisam, disto resultando trabalhos de conclusão de curso de graduação (TCC), dissertações de Mestrado e textos para apresentação em eventos e publicação em revistas acadêmicas.

O Grupo de Estudos Sobre Cultura, Representação e Informação Digitais (CRIDI) inicia, portanto, com a publicação de seu primeiro livro coletivo, sua trajetória de consolidação como conjunto de pesquisadores – alunos e docentes. Seus temas – *Conservação e Preservação de Acervos Fotográficos, Audiovisuais e Sonoros; Informação e Conhecimento em Ambientes Organizacionais; e Políticas, Tecnologias e Usos da Informação* – são de grande ambiência, ousados, ambiciosos, e estão já parcialmente expressos nos vários capítulos deste livro. É a partir dele que o CRIDI quer ser avaliado e por isso se expõe à crítica, deixando circular nos textos, o conhecimento, o alimento da razão, que conseguiu gerar nos cinco anos de sua existência.

Em processo de amadurecimento, o Grupo transita determinadamente de um estágio de construção sistemática, coletivamente deliberada, para outro, de consolidação, no qual espera obter não mais o reconhecimento individual dos que o constituem, mas a conquista de uma posição, como uma “unidade coletiva”, no Olimpo científico da chamada Ciência da Informação – onde ostensivamente se insere. É certo que há muito caminho à frente, a ser percorrido competitivamente com outros grupos, visando

galgar posições mais acima, na rigorosa hierarquia científica, mas o grupo vem elevando sua produção o suficiente para a disputa.

De fato, considerando-se apenas os 14 autores neste livro, o CRIDI publicou, entre 2006 e 2009, 25 artigos em revistas acadêmicas, três capítulos de livro e 74 textos integrais em Anais de eventos científicos. Se somarmos os textos publicados como artigos com os que foram publicados como capítulos de livros, teremos uma média de 2,0 por autor. Tomando-se a publicação em Anais encontramos uma média de 5,2 textos por autor. Índices de excelência, considerando-se os padrões de produtividade da área da Ciência da Informação.

Mas o que, afinal, o CRIDI está nos dizendo neste livro? Muitas coisas, como poderá constatar quem se der ao prazer de lê-lo.

As três temáticas com que o grupo trabalha estão representadas nos conteúdos.

A linha dedicada à Conservação e Preservação é contemplada com artigos de Adriana Hollós, Maria Teresa Matos, Livia Tosta, Adelmária Santos, Lucas Serra, Albano Oliveira e Rubens Silva, este último como coautor em dois dos artigos.

A linha que trata de Políticas e Tecnologias é abordada por Iole Terso, Ricardo Sodré e novamente Rubens Silva, neste caso em coautoria com Ricardo. O texto assinado por Livia, Adelmária, Lucas e Rubens, embora mais afim com a primeira temática, pode ser classificado também como situado no tema de políticas, vez que discute juízos de valor, questões morais com relação à democratização do acesso aos acervos digitalizados.

E, finalmente, a linha Informação e Conhecimento em Ambientes Organizacionais está representada por Aurora Freixo e Inácio Szabó.

Ressalte-se que dos 12 artigos cinco são originários de estudos e reflexões direcionadas para dissertações de Mestrado – casos de Adriana, Aurora, Inácio, Iole e Ricardo. E isto é, ao mesmo tempo, um ponto positivo do grupo e uma iniciativa a ser imitada, já que o mínimo que se espera de uma dissertação defendida e aprovada

é que resulte num artigo científico publicável em livro ou revista acadêmica. Em universidades estrangeiras isto é muito estimulado e existe até certo estranhamento quando não ocorre, isto é, quando o novo mestre não prepara e submete, a uma revista ou a um organizador de coletânea, um artigo baseado em sua dissertação.

Há ainda dois artigos diferenciados, apenas indiretamente enquadráveis nas três temáticas do grupo: um coletivo, sob a liderança autoral de Rubens Gonçalves da Silva e de coautoria de Rejane Correia, Ana Aparecida Silva e Odeilma Cruz; e outro da lavra exclusiva de Rubens, no qual relata vívida experiência num ambiente coletivo de especialistas multinacionais. O primeiro é parte do esforço que o líder do grupo vem fazendo, há cerca de dois anos, para reunir e organizar elementos de informação sobre a história da UFBA. No outro Rubens faz um depoimento pessoal de sua participação num curso internacional sobre salvaguarda de patrimônio sonoro e audiovisual, do qual retirou preciosos ensinamentos não apenas para acrescentar ao seu grande conhecimento sobre o assunto, como para aplicar em sala de aula, com graduandos e pós-graduandos.

Trata-se, como se vê, de uma obra de apresentação do CRIDI ao mundo acadêmico. Com o livro os participantes do grupo estão se mostrando publicamente e afirmando que são um conjunto, estão trabalhando, são capazes de formular problemas de pesquisa, projetá-las, realizá-las, refletir sobre elas e produzir conhecimento para o debate empírico e teórico do campo de estudos em que o grupo se situa. Estão expostos neste livro e certamente ansiosos por serem objeto da crítica, no conceito acadêmico do termo. Na verdade, Rubens sabe, com sua postura de liderança científica, que não há outro caminho senão se expor, ainda que, consciente da possibilidade de haver falhas aqui e ali, aplicações empíricas ainda incompletas, teorizações apenas iniciadas e coisas que tais. Mas fazer o quê? Guardar para o grupo suas próprias experiências de pesquisa empírica e seu crescimento conceitual? Fugir do debate público sobre seu campo de estudo? Deixar de contribuir

para a expansão e o aprofundamento do maná universal, que é o conhecimento?

“Publicar ou Perecer” é o lema das melhores instituições universitárias do mundo. Com a publicação deste livro, o CRIDI mostra que também quer adotá-lo.

Othon Jambeiro, PhD

Professor Titular do ICI/UFBA

Apresentação

O livro *Cultura, Representação e Informação Digitais* é um produto do Grupo de Estudos sobre Cultura, Representação e Informação Digitais (CRIDI, CNPq 2005), do Instituto de Ciência da Informação da Universidade Federal da Bahia (ICI/UFBA), resultado de um esforço coletivo realizado por docentes, estudantes e pesquisadores no sentido de consolidar os campos de pesquisa e as bases teóricas do CRIDI e garantir seus espaços de ação científica.

Para consecução destas atividades, os diferentes capítulos do livro associam reflexões epistemológicas, científicas e técnicas no domínio da Ciência da Informação, em contextos sócio-técnicos, históricos e culturais, abordando temas como preservação, conservação, comunidades virtuais, dialética, alfabetização informacional, conversão digital de acervos, microfilmagem e história institucional. Complementarmente, um relato sobre curso internacional acerca de acervos de som e imagem em movimento é compartilhado nesta oportunidade.

O livro *Cultura, Representação e Informação Digitais* busca, portanto, representar o estado da reflexão e indicadores dos trabalhos desenvolvidos pelos membros do CRIDI, no momento de sua publicação. Os avanços nas pesquisas e estudos que se encontram em estado de gestação no CRIDI-ICI-UFBA, serão divulgados à medida que se constituírem em resultados amadurecidos pela experiência e pelo aprimoramento teórico.

Adriana Cox Hollós e Rubens Ribeiro Gonçalves da Silva abordam a discussão da teoria e prática na área da preservação documental e a reflexão sobre uma proposta de estrutura curricular para a formação de especialistas em conservação, mostrando a necessidade de se (re)conhecer a trajetória do conservador como atividade instrumental de apoio a arquivistas, bibliotecários e

documentalistas e as transformações que vêm ocorrendo no quadro conceitual da preservação e na área como um todo, onde uma nova identidade começa a se delinear para o conservador.

Adriana Cox Hollós apresenta, ainda, um excerto de sua dissertação de mestrado, onde reflete sobre a preservação documental, onde explicita um quadro conceitual, coordenando fundamentos discursivos para a compreensão do conceito de memória social e para uma reflexão acerca do conceito de documento e da preservação documental.

Albano Souza Oliveira aborda questões relacionadas à necessidade humana de preservar o conhecimento científico, apresentando um panorama de como a humanidade vem, desde a Antiguidade, tratando a questão. Na seqüência de seu texto, desenvolve reflexão acerca do pesquisador como sistematizador do conhecimento e da relação estreita pesquisador/informação/documentação, a qual se torna cada vez mais interdisciplinar, criando transformações nas formas de trabalho e nos processos e métodos de produção científica.

Aurora Leonor Freixo, tendo por base dissertação de mestrado apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Ciência da Informação da Universidade Federal da Bahia (PPGCI/UFBA), traz um relato da atividade de protocolo na Administração Estadual, em contraposição às novas ferramentas tecnológicas que invadem as instituições públicas, permitindo a produção, circulação e uso cada vez maior de conteúdos informacionais e documentos eletrônicos, administrados à margem dos sistemas de arquivo.

Inácio Szabó propõe a análise sobre o uso da internet pela sociedade a partir de uma abordagem dialética. Apresenta, em seu trabalho, diferentes visões do uso da internet: a visão “Supervia de Informação” e a visão de prática de comunicação cooperativa e comunitária, descrevendo o modelo de classificação de comunidades virtuais proposto na pesquisa e apresentando o conceito de *Comunidades Virtuais de Conhecimento*. O capítulo uma reflexão sobre a inteligência coletiva no ciberespaço, indicando a relevância

das comunidades virtuais para a formação da inteligência coletiva, e sua contribuição para a Sociedade do Conhecimento.

Iole Costa Terso aborda o processo da alfabetização informacional no contexto do profissional bibliotecário. O capítulo resulta de pesquisa de mestrado concluída no âmbito do PPGCI-UFBA, que objetivou analisar, sintetizar e criticar a convergência entre as idéias de Paulo Freire sobre o processo de alfabetização como conscientização, e o pensamento de Álvaro Vieira Pinto, autor que discorre de forma filosófica sobre o conceito de tecnologia. Adotando elementos da abordagem dialética materialista, compreendendo que o bibliotecário tem condições de se colocar como sujeito da ação potencialmente transformadora da sua prática, ampliando o alcance do seu próprio conhecimento ao reinventar-se por meio do contato com as tecnologias digitais.

Lívia Ferreira Tosta, Adelmária Ione dos Santos, Lucas Andrade Souza Serra e Rubens Ribeiro Gonçalves da Silva apresentam resultados de pesquisa acerca de documentos/coleções especiais (fotografia, audiovisual, som) mantidas pelas esferas públicas em Salvador (BA), demonstrando a carência de ações adequadamente orientadas à preservação de documentos originais e de suas eventuais versões digitais naquelas instituições.

Maria Teresa Navarro de Britto Matos relata da experiência do Arquivo Público da Bahia (APB), criado em 1890, e custodiador de valiosíssimo patrimônio documental relativo ao Brasil Colonial, com base em pesquisa bibliográfica, sobre a aplicação da microfilmagem e da digitalização de manuscritos, destacando projetos como Resgate de Documentação Histórica “Barão do Rio Branco”; Reencontro; Microfilmagem e Digitalização do Acervo Colonial e Provincial; entre outros. Em seu trabalho indica o renovado interesse nas áreas de Ciências Humanas e Ciências Aplicadas sobre os arquivos coloniais e o empenho de organizações arquivísticas como o Conselho Internacional de Arquivos e a Comissão Luso-Brasileira para Salvaguarda e Divulgação do Patrimônio Documental (COLUSO) para publicizar os acervos.

Rejane Pereira Correia, Ana Aparecida Gonzaga da Silva, Odeilma da Silva da Cruz e Rubens Ribeiro Gonçalves da Silva reúnem resultados parciais de planos de trabalho executados por bolsistas de iniciação científica (PIBIC-UFBA-CNPq, PIBIC-UFBA-FAPESB e Programa Permanecer), com seu orientador em co-autoria, que objetivaram coletar dados em diferentes instâncias da UFBA com o intuito de reunir elementos de informação para a elaboração de uma história da instituição. Neste capítulo, especificamente, há elementos para as histórias da Escola Politécnica e das Faculdades de Ciências Econômicas, de Ciências Contábeis e de Filosofia e Ciências Humanas.

Ricardo Sodré Andrade e Rubens Ribeiro Gonçalves da Silva apresentam aspectos históricos e teóricos relativos à descrição arquivística e aos instrumentos arquivísticos de referência, conhecidos tradicionalmente por ‘instrumentos de pesquisa’, termo que passa por uma breve crítica neste capítulo. O texto traz uma nova proposta de instrumentos arquivísticos de referência, que compreende a disponibilização de representações arquivísticas na *web*, utilizando-se das possibilidades da *Web 2.0*, permitindo um novo grau de interatividade e acesso.

Ricardo Sodré Andrade traz ainda um outro capítulo, onde aborda aspectos introdutórios relacionados à representação de informação arquivística, utilizando a Norma Brasileira de Descrição Arquivística (Nobrade) e o formato de metadados Descrição Arquivística Codificada (EAD-DTD), ambos denominados componentes do ambiente web de representação de informação. No texto, tece comentários sobre o projeto britânico *Archives Hub*, indicativo do potencial do uso desses componentes, cuja plataforma tecnológica para disseminação de informações descritivas de acervos arquivísticos pode ser utilizada para qualificação dos meios de acesso aos acervos e numa possível criação de redes de arquivos, observando os critérios de acesso remoto, interoperabilidade e preservação digital.

Finalmente, **Rubens Ribeiro Gonçalves da Silva** apresenta um relato acerca de sua participação em curso sobre salvaguarda de patrimônio sonoro e audiovisual, realizado no Rio de Janeiro pelo International Centre for the Study of the Preservation and Restoration of Cultural Property (ICCROM) e pelo Arquivo Nacional, com apoio de diferentes instituições. O texto compartilha detalhes sobre o curso SOIMA 2007, procurando estimular o debate e a reflexão sobre o tema, divulgar a ação do ICCROM e do Arquivo Nacional nesta temática, além de apresentar as ações desenvolvidas no grupo CRIDI neste âmbito, no curso de graduação em Arquivologia e no Programa de Pós-Graduação em Ciência da Informação do ICI-UFBA, apontando para ações futuras.

É com grande satisfação que trazemos a público, com o fundamental apoio da FAPESB, os resultados de nosso trabalho.

Parâmetros de atuação do conservador na área da preservação documental

Adriana Cox Hollós¹ adriana@arquivonacional.gov.br

Rubens R. G. da Silva² rubensri@ufba.br

INTRODUÇÃO

Uma grande diversidade de termos e conceitos relacionados à preservação documental, tais como conservação, restauração e conservação preventiva possuem múltiplos significados e, quando empregados em diferentes contextos, contribuem para reforçar a identidade difusa e indefinida da preservação documental no Brasil, que ora é tida como uma atividade responsável por um fazer “mágico e artesanal”, ora como procedimento “técnico e especializado.”

Com relação às bases práticas e metodológicas da preservação documental no Brasil, a tendência foi a adoção de métodos, materiais e procedimentos utilizados em países cujas realidades são bem distintas das nossas, inclusive em termos climáticos. A maioria dos profissionais dedicados a essa atividade especia-

-
- 1 Doutoranda em Ciência da Informação da Universidade Federal do Rio de Janeiro/ Instituto Brasileiro de Informação em Ciência e Tecnologia (UFRJ/IBICT); mestre em Memória Social pela Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro (MMSD/ UNIRIO); assessora do Conselho Nacional de Arquivos (CONARQ); membro efetivo da Câmara Técnica de Preservação de Documentos do CONARQ.
 - 2 Doutor em Ciência da Informação pela Universidade Federal do Rio de Janeiro/ Instituto Brasileiro de Informação em Ciência e Tecnologia (UFRJ/IBICT, 2002). Professor adjunto III, vice-diretor do Instituto de Ciência da Informação da Universidade Federal da Bahia.

lizou-se no exterior, principalmente nos Estados Unidos e na Europa. Estes profissionais, ao longo do tempo, dedicaram-se mais a discutir os critérios, as técnicas de restauração e os problemas físico-químico-estruturais dos suportes documentais do que em refletir e repensar a natureza e o alcance de sua atividade.

Aliado a isso, o profissional atuante na área da conservação de documentos ainda não tem suas bases e pressupostos teóricos e metodológicos bem estabelecidos e não conta, em nosso país, com uma formação acadêmica específica em nível de graduação.

Houve um tempo em que o termo preservação não era utilizado no contexto em que o é atualmente, quando adquire um significado ampliado, distinguindo-se pelo seu caráter multidisciplinar, com forte conotação administrativo-gerencial de recursos financeiros, humanos e materiais.

Hernamperez (2008?) nos ajuda a compreender a intenção de derivar o debate teórico para o debate puramente material e considera fundamental o resgate da discussão acerca dos problemas éticos, teóricos e práticos surgidos nos últimos anos em nossa atividade.

Esse autor afirma ainda que “[...] as bibliotecas e os arquivos enfrentam problemas bem diferentes daqueles enfrentados por outras instituições do tipo cultural [...]” e fala sobre o crescimento do volume de informação, a fragilidade de seus suportes e a forma com que se tem buscado enfrentar o problema da conservação física dos materiais, aliados à necessidade de acesso e difusão dos acervos documentais. Segundo ele, isso teria provocado “[...] uma crise latente no paradigma da conservação ortodoxa [...]” que priorizava o tratamento de restauração de itens individuais em detrimento de medidas preventivas e passivas que alcançariam um número maior de itens. (HERNAMPEREZ, 2008?, p. 13, tradução nossa).

A preservação documental deve ser entendida como uma atividade multidisciplinar, responsável pela gestão e administração de recursos financeiros, humanos e materiais dedicados a garantir

a integridade física dos objetos, aumentando sua durabilidade e acesso às gerações presentes e futuras. Ela também é definida em função de suas ações diretas e indiretas sobre o acervo e o ambiente que o contém, cujo objetivo visa a garantir o mínimo de alterações físicas e químicas ao longo da sua existência.

A conservação pode ser dividida em duas categorias. A primeira refere-se à conservação preventiva, que se utiliza de métodos passivos para que os acervos, como um todo, tenham sua durabilidade aumentada. São exemplos desse tipo de procedimento a climatização da área de guarda dos documentos, com parâmetros estáveis de temperatura e umidade relativa, e os cuidados com o manuseio e o acondicionamento adequados, a fim de garantir o retardamento da degradação dos materiais.

A segunda categoria objetiva o tratamento individualizado, tanto por meio de métodos de conservação e restauração, quanto pela preservação do conteúdo informacional/intelectual em meio analógico e/ou digital.

No que tange especificamente à questão da formação profissional, objeto deste capítulo, encontramos algumas referências em que Gomes (2000, p. 79) conclui que, no Brasil,

[...] ensino de conservação, preservação e restauração de acervos documentais está contemplado nos cursos de graduação em Arquivologia e Biblioteconomia. Porém, os conteúdos ministrados não proporcionam aos alunos uma formação que os capacite a atuarem na conservação e restauração...

Se não há ainda uma formação profissional específica em nível de graduação para capacitar conservadores na área documental aptos a elaborar estratégias sustentáveis para a preservação do patrimônio documental brasileiro e, se as disciplinas, que deveriam, pelo menos, despertar o interesse e capacitar minimamente os arquivistas e bibliotecários recém-formados a implantarem ações necessárias à preservação, não cumprem essa finalidade,

deveríamos, ao menos, absorver esses profissionais em cursos de pós-graduação para especializá-los em programas de ensino.

No exterior, a tendência tem sido a criação de programas de pós-graduação que visam à formação de especialistas em documentos audiovisuais, digitais ou textuais, por exemplo.

No Brasil, frente a um quadro insuficiente de formação profissional e à regulamentação da profissão, tenta-se superar essas carências com uma orientação ética que permita ao conservador situar-se no tempo e no espaço, percebendo seu papel para além da utilização de um conjunto de técnicas e materiais aplicáveis.

Em nível de pós-graduação, há um curso em Conservação/Restauração de Bens Culturais Móveis (CECOR/Universidade Federal de Minas Gerais), com o foco mais voltado à pintura e à escultura policromada. Além disso, há, na Universidade Federal de Pelotas, um mestrado em Memória Social e Patrimônio Cultural o qual possui uma linha de pesquisa em Gestão de Acervos e Patrimônio.

Especificamente na área documental, o Museu de Astronomia e Ciências Afins, no Rio de Janeiro, deu início ao primeiro curso *lato sensu* em Preservação de Acervos de Ciência e Tecnologia. De acordo com seu projeto pedagógico (MUSEU DE ASTRONOMIA E CIÊNCIAS AFINS, 2006, p. 6), o objetivo é “[...] qualificar profissionais interessados em atuar no planejamento, gestão, execução e avaliação de atividades e projetos voltados à preservação de acervos de C&T.” A implantação desse curso de especialização em preservação documental constitui-se em uma iniciativa que, em muito, poderá contribuir para promover a formação de um corpo teórico conceitual em nossa área de atuação e que vem ao encontro da ideia de se absorver profissionais dos mais variados perfis de formação em cursos de pós-graduação para especializá-los em programas de ensino de caráter multidisciplinar.

Outras iniciativas vêm sendo implantadas neste sentido, mas, em sua maioria, possuem carga horária insuficiente ou estão muito vinculadas ao aspecto restaurativo da área, em detrimento de um currículo que privilegie estratégias de ação voltadas à conserva-

ção preventiva e à formação de gerentes capazes de administrar programas dedicados à minimização das causas de degradação e à estabilização dos danos, além de prepará-los para lidar com as questões relacionadas à preservação digital.

Assim, nossa reflexão sobre uma proposta curricular está voltada aos programas de ensino que necessariamente abordem questões para além das metodologias e técnicas de conservação, incluindo temas relativos à história da preservação no Brasil, aspectos epistemológicos e científicos da preservação, além de conteúdos relativos ao planejamento e administração de programas de preservação. Importante será formar um profissional proativo, capaz de adotar estratégias de ação baseadas na sustentabilidade, na visão sistêmica do problema e na implantação de programas para a preservação e o acesso continuado aos acervos documentais para as gerações presentes e futuras.

PARA SE PENSAR UMA PROPOSTA CURRICULAR

Como ponto de partida, é preciso que se reflita sobre o perfil do profissional que se pretende formar. Está clara também a necessidade de se pensar a própria ideia de universidade. A universidade, hoje, da forma como a conhecemos está sendo questionada e, mesmo quando considerada sua excelência acadêmica, reflete ainda o século XIX quando se esboçou um modelo educacional matricial e departamentalizado.

Para ilustrar a questão acerca do necessário repensar da universidade, Ricci (2001) em seu artigo *Projetos e Currículos Interdisciplinares* utiliza-se de uma tabela desenvolvida por Fernando Hernández para demonstrar as diferenças básicas entre projetos transdisciplinares e projetos centrados em disciplinas específicas. Enquanto, na concepção matricial, trabalham-se conceitos, objetivos e metas, por exemplo, na concepção transdisciplinar, a discussão de temas e problemas, aliada a projetos e

trabalhos de pesquisa construídos em sala de aula ocupam um lugar central. Se trouxermos essa reflexão para o campo da preservação documental, veremos claramente que a experiência vivenciada no curso *Safeguarding Sound and Image Collection* (SOIMA), realizado em 2007 no Arquivo Nacional do Brasil em parceria com o International Centre for the Study of Preservation and Restauration of Cultural Properties (ICCRROM), reflete o ponto de vista de um projeto interdisciplinar que busca, na diversidade cultural, um espaço de aprendizagem coletivo.

Algumas universidades federais brasileiras vêm investindo na reestruturação de cursos e na criação de novos cursos com ênfase no aspecto que promove a oportunidade de ações e decisões mais diretamente sob a responsabilidade e desejo do estudante, que passa a ter maiores opções para, livremente, decidir pelos componentes curriculares que pretende cursar.

Além disso, as universidades passam a considerar as atividades complementares da vida acadêmica (congressos, artigos publicados, comunicações orais, participação em cursos de idiomas, etc.) como elementos componentes da carga horária do curso. A Universidade Federal da Bahia (UFBA) compõe este segmento que vem propondo reestruturações e modificando as matrizes curriculares de formação.

O Instituto de Ciência da Informação (ICI-UFBA) está em fase de implantação de um novo currículo para o curso de Arquivologia, composto, por exemplo, por disciplinas relativas à preservação de documentação sonora e audiovisual. Complementarmente, após a participação de um dos autores como cursista no SOIMA 2007, o ICI realizou o VIII CINFORM – Encontro Nacional de Ensino e Pesquisa em Informação (UNIVERSIDADE FEDERAL DA BAHIA. Instituto de Ciência da Informação, 2008), um dos eventos mais importantes da área da Ciência da Informação no Brasil, cujo enfoque central, “Ensino, Currículo e Pesquisa em Informação: Reflexões, novos temas e propostas prospectivas”, reservou, pela primeira vez, um espaço aos temas da conversão

digital de som e imagem em movimento, procurando manter o olhar atento ao futuro, propondo a reflexão prospectiva sobre a pesquisa, sobre a atualidade e o aperfeiçoamento das matrizes curriculares, sobre as competências profissionais, sobre a formação científica contemporânea em informação e, por extensão, em Arquivologia e conservação na Universidade do século XXI. A importância da experiência vivenciada, do conhecimento adquirido e das relações estabelecidas durante o curso SOIMA 2007 foi fundamental para este viés inédito além de acadêmica e cientificamente proveitoso do VIII CINFORM.

Nesta edição do CINFORM, entre os palestrantes convidados, havia dois participantes brasileiros no SOIMA 2007 (Conselho Nacional de Arquivos e Centro de Pesquisa e Documentação da História Contemporânea do Brasil, da Fundação Getúlio Vargas) e um estrangeiro (Universidad de Chile) para proferirem palestras sobre a temática da preservação da documentação sonora e audiovisual. Além disso, foram convidados dois outros palestrantes de instituições que foram parceiras do ICCROM para o sucesso do curso SOIMA, o Arquivo Nacional e a Cinemateca Brasileira.

Indo além, a UFBA propôs e implementou, para início deste ano letivo de 2009, os Bacharelados Interdisciplinares (UNIVERSIDADE FEDERAL DA BAHIA. Pró-Reitoria de Ensino de Graduação, 2008), de arquitetura curricular por ciclos de formação, modelo que predomina em quase todos os países com elevado grau de desenvolvimento econômico, social, cultural e científico-tecnológico. Desde 1910, este sistema de ciclos é adotado nos Estados Unidos. Na Europa, também, com o processo de reforma universitária em curso (Processo de Bolonha, iniciado em 1999), o regime de ciclos prioriza estudos gerais no primeiro ciclo. Neste modelo de Bacharelado Interdisciplinar (BI) adotado no ICI-UFBA, já se pode pensar em propor componentes curriculares que introduzam o tema da preservação audiovisual, estimulando os que optarem pela formação futura na área, seja em Arquivologia (curso já existente e com o currículo reestruturado), numa especialização

em nível de pós-graduação, ou num curso de graduação específico, a se pensar, de formação ampla em Preservação Documental.

Com relação ao tema da preservação documental, o curso de Arquivologia oferecido pelo ICI-UFBA também promoveu significativas mudanças. Componentes curriculares voltados à organização e preservação de documentação sonora e audiovisual foram inseridos na nova matriz, como um primeiro passo para se repensar a qualificação profissional no nível da graduação. Também no Programa de Pós-Graduação em Ciência da Informação, foi oferecido, a título de experimentação, no primeiro semestre de 2008, o componente curricular optativo “Introdução à salvaguarda de arquivos de som e imagem em movimento”.³

Em uma publicação recentemente editada pelo ICCROM, *“Lessons learnt from an ICCROM course”*, Antomarchi (2007) descreve em seu artigo *“From design to evaluation: the anatomy of an ICCROM course”* a necessidade de se incorporar os desafios atuais da preservação de bens culturais aos programas de educação e treinamento, quais sejam: a necessidade de se colocar a importância do valor cultural do patrimônio no centro de qualquer ação de preservação; estabelecer a preservação como uma ponte entre o bem cultural e o passado, o presente e o futuro; e, finalmente, encorajar, difundir e proteger a pluralidade das abordagens de ensino e aprendizagem.

Ferguson et al. (2003) aponta nesta direção ao comparar o planejamento de um curso de formação a um processo de composição musical. Assim ele diz:

Planejar um curso é como escrever uma peça de música. Nós temos que considerar onde queremos a ênfase, o tempo apropriado e as variações de ritmo e melodia... Temos também que decidir quem irá tocar os instrumentos e qual o tipo de

3 Em 2009, ainda de forma experimental, aperfeiçoamos o referido curso, dando-lhe um caráter de curso híbrido – parte presencial, parte à distância –, usando o sistema Moodle de gerenciamento de cursos.

audiência que queremos alcançar. (FERGUSON, 2003, p. 30, tradução nossa).

Diante do modelo compartimentalizado com o qual estamos acostumados a lidar e de um tempo em que se exige o encontro, a convivência e a troca permanente de informações como forma de potencializar novas experiências no processo de formação, o ICCROM tem demonstrado grande vigor e capacidade de inovação.

De início, podemos citar o fato de que o tipo de modelo proposto por eles implica na criação de um fórum multicultural e multidisciplinar, no qual a audiência é formada por profissionais atuantes na área da preservação oriundos dos mais diferentes países. Pode-se afirmar, sem dúvida alguma, que o modelo adotado pela área de preservação de bens culturais, em que a comunicação permanente entre os conservadores se dá local e globalmente, seja através da participação em encontros, cursos, palestras, visitas técnicas e seminários, seja através de listas de discussão, tem sido muito profícuo.

Entretanto, como a proposta é a de refletir sobre uma diretriz curricular, busca-se, com este capítulo, pensar sobre as habilidades e competências que os alunos precisam desenvolver em função das necessidades de conservação dos acervos documentais.

Nesse caminho, identificamos um primeiro ponto a ser debatido. A criação de cursos de graduação e/ou pós-graduação deveria ser uma resposta a um levantamento das condições existentes em uma determinada região onde se pretende criar o curso. Essa espécie de diagnóstico, relativo ao tipo de acervo existente, às condições de guarda e de conservação, poderia nortear o perfil do profissional a se formar. Talvez seja esse o primeiro passo na elaboração de uma política de formação profissional em preservação documental.

O Grupo de Estudos sobre Cultura, Representação e Informação Digitais (CRIDI)⁴ concluiu pesquisa recente em instituições públi-

4 Cf. <<http://www.cridi.ufba.br>>. Acesso em: 29 abr. 2010. Ver também o Diretório de Grupos de Pesquisa do Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (CNPq), em <<http://dgp.cnpq.br/buscaoperacional/detalhegrupo.jsp?grupo=0291607KTX7ENZ>>. Acesso em: 29 abr. 2010.

cas da cidade de Salvador, na Bahia, onde um diagnóstico parcial, elaborado sob diferentes aspectos (técnicos, de formação, de temas e suportes existentes nos diferentes acervos, etc), permitem entender a complexidade do contexto e do âmbito relativos a documentos sonoros, fotográficos e audiovisuais locais. (UNIVERSIDADE FEDERAL DA BAHIA. Grupo de Estudos sobre Cultura, Representação e Informação Digitais, 2007).

Um outro ponto a ser destacado é as dimensões continentais de nosso país e a necessidade de se criar centros regionais capazes de assimilar os profissionais recém-formados, além do incentivo à criação de cursos de capacitação desse tipo de iniciativa nas diversas regiões do país, que se ressentem da falta de programas de formação e de profissionais capacitados a assumirem programas de preservação locais.

Propomos uma construção interdisciplinar do conhecimento em preservação documental, que passe necessariamente por: estágios em laboratórios regionais, nos quais os alunos possam entrar em contato e se familiarizarem com técnicas e recursos tecnológicos modernos; familiarização com a evolução histórica da Preservação, relacionando-a aos contextos social, político, econômico e cultural da produção do conhecimento na área; reconhecimento da importância da leitura de bibliografia especializada no enfrentamento de problemas novos; participação em programas de iniciação à pesquisa e à docência.

A formação, que se quer, deve proporcionar aos alunos, não apenas o domínio de princípios gerais e fundamentais da Preservação, relacionados à conservação e à restauração dos suportes, mas também deve permitir que os futuros conservadores enfrentem novas situações utilizando estratégias, métodos e instrumentais modernos para a produção do conhecimento em campos diferenciados da Preservação.

REFERÊNCIAS

ANTOMARCHI, Catherine. Introduction. From design to evaluation: the anatomy of an ICCROM course. In: **VAROLI-PIAZZA (Ed.). Sharing Conservation Decisions. Lessons learnt from an ICCROM course.** Roma: ICCROM, 2007. Disponível em: <http://www.iccrom.org/pdf/ICCROM_15_SharingConservDecisions-Iten.pdf>. Acesso em: 3 maio 2010.

CONSELHO NACIONAL DE DESENVOLVIMENTO CIENTÍFICO E TECNOLÓGICO. Diretório de Grupos de Pesquisa no Brasil. **Grupo de Estudos sobre Cultura, Representação e Informação Digitais.** Disponível em: <<http://dgp.cnpq.br/buscaoperacional/detalhegrupo.jsp?grupo=0291607KTX7ENZ>>. Acesso em: 29 abr. 2010.

FERGUSON, Robert et al. **Our students and ourselves:** approaching course design. Roma: ICCROM, 2004.

GOMES, Neide A. **O ensino de conservação, preservação e restauração de acervos documentais no Brasil.** 2000. 113 f. Dissertação (Mestrado em Ciência da Informação)- Universidade de Brasília, Brasília, DF, 2000.

HERNAMPEZ, Arsenio S. **Paradigmas conceptuales en conservación.** Stanford: Cool, [2008?]. Disponível em: <<http://palimpsest.stanford.edu/byauth/hernampez/canarias.html>>. Acesso em: 29 abr. 2010.

MUSEU DE ASTRONOMIA E CIÊNCIAS AFINS. **Projeto Pedagógico:** curso de Especialização em Preservação de Acervos de Ciência e Tecnologia. Rio de Janeiro, 2006. Disponível em: <<http://www.mast.br/downloads/pedagogico%202008.pdf>>. Acesso em: 29 abr. 2010.

RICCI, Rudá. Projetos e currículos interdisciplinares. **Revista Cooperación Educativa,** Sevilha, ano 14, n. 59/60, p. 50-56, 2000/2001. Disponível em: <http://www.cultiva.org.br/texto_publicos/projetos_e_curriculos_interdisciplinares.pdf>. Acesso em 29 abr. 2010

UNIVERSIDADE FEDERAL DA BAHIA. Pró-Reitoria de Ensino de Graduação. **Projeto Pedagógico dos Bacharelados Interdisciplinares**. Salvador, 2008. Disponível em: <http://www.portal.ufba.br/destaques/implant_reuni.pdf>. Acesso em: 29 abr. 2010.

UNIVERSIDADE FEDERAL DA BAHIA. Instituto de Ciência da Informação. **VIII CIFORM - Encontro Nacional de Ensino e Pesquisa em Informação**. Salvador, 2008. Disponível em: <<http://www.ciform2008.ici.ufba.br/>>. Acesso em: 29 abr. 2010.

_____. **Grupo de Estudos Sobre Cultura, Representação e Informação Digitais**. Disponível em: <<http://www.cridi.ufba.br>>. Acesso em: 29 abr. 2010.

_____. **Conversão Digital de Documentos Especiais**. Salvador, 2007. Disponível em: <<https://www.twiki.ufba.br/twiki/bin/view/Cridi/Projeto%201>>. Acesso em: 29 abr. 2010.

Preservação e memória social¹

Adriana Cox Hollós² adriana@arquivonacional.gov.br

MEMÓRIA SOCIAL

Sobre a memória social, sabe-se que existem diversas formas de abordagem em relação a esse conceito, que se caracteriza por seus múltiplos significados e uma variedade de sistemas de signos.

Para Gondar (2004, p. 12) tanto os signos simbólicos (palavras orais e escritas), quanto os signos icônicos (imagens desenhadas ou esculpidas) e mesmo os signos indiciais (marcas corporais, por exemplo) podem servir de suporte para a construção de uma memória. E o privilégio conferido a cada um desses sistemas de signos, por uma sociedade ou por uma disciplina, é capaz, por sua vez, de trazer à memória uma significação diversa.

Essa autora amplia o conceito de memória social para além de sua polissemia, para não correr o risco de tornar equivalentes essas suas múltiplas significações, minimizando as suas diferenças e as consequências teóricas e práticas de cada uma delas, propondo que o conceito de memória social seja considerado, além de polisêmico, transversal ou transdisciplinar.

- 1 Esse texto é um excerto da dissertação de mestrado da autora, intitulada “Entre o passado e o futuro: limites e possibilidades da preservação documental no Arquivo Nacional do Brasil” (HOLLÓS, 2006).
- 2 Doutoranda em Ciência da Informação da Universidade Federal do Rio de Janeiro/ Instituto Brasileiro de Informação em Ciência e Tecnologia (UFRJ/IBICT); mestre em Memória Social pela Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro (MMSD/ UNIRIO); assessora do Conselho Nacional de Arquivos (CONARQ); membro efetivo da Câmara Técnica de Preservação de Documentos do CONARQ.

Para ela, o conceito de memória social é

[...] transdisciplinar e se produz nos entrecruzamentos da filosofia, da psicologia, das neurociências, das ciências da informação [...] atravessando suas fronteiras e fertilizando um novo campo de problemas, onde o dissentimento resulta em novas idéias. (GONDAR, 2004, p. 4).

Ao propor que a memória social seja um conceito em movimento e em permanente questionamento, a autora busca trabalhá-lo como um ato ético e político (2004, p. 16), em que o conceito de memória social apresente significações diferentes, mas não equivalentes. Ela enfatiza:

Pensar a memória como uma reconstrução racional do passado, erigida a partir de quadros sociais bem definidos e delimitados, como o faz Halbwachs, nos conduz a um tipo de posicionamento político; afirmar, em contrapartida, que a memória é tecida por nossos afetos e por nossas expectativas diante do devir, concebendo-a como um foco de resistência no seio das relações de poder, como o faz Foucault, implica uma outra ética e uma outra posição política. (GONDAR, 2004, p. 16).

Para essa autora, a memória é deflagrada em um contexto de relações que envolve modos de sentir e de querer, práticas de si e ações políticas inovadoras que nos afetam e rompem com a mesmidade em que vivemos.

Dizer que a memória é um instrumento de poder, implica admitir que não há poder sem memória e sem arquivo e, também, em reconhecer que a questão do esquecimento tem uma dimensão política e, ainda, que entre a memória e o esquecimento há um jogo de forças, um afrontamento.

Ao considerarmos a preservação documental também como um ato ético e político, procuramos aprofundar essa reflexão em dire-

ção à antinomia memória e esquecimento, para demonstrarmos, através dela, a impossibilidade da preservação integral do passado e a ansiedade da perda.

Ao levarmos em conta que o esquecimento é necessário, tal como diz Gondar (2000, p. 36) em seu artigo “*Lembrar e esquecer: desejo de memória*”, para a evocação da lembrança e também para a própria constituição da memória, reconhecemos que pensar sobre o privilegiamento ou a exclusão – dependendo da perspectiva e das forças presentes no momento – é fundamental para a compreensão do processo de criação do patrimônio, tema que será abordado em seguida.

Diante da impossibilidade de uma memória plena, melhor dizendo, da impossibilidade de se preservar todo o saber humano materializado em suportes de memória, somos levados a admitir, conforme Gondar sugere, “[...] que em todo pensar, há uma segregação envolvida que torna impossível a constituição de qualquer universal.” (2000, p. 35).

Quando se ilumina a ideia da impossibilidade da memória plena e da preservação integral do passado, percebemos que é exatamente essa impossibilidade que permite o confronto criativo entre o “mal de arquivo” (DERRIDA, 2001) e a “pulsão de destruição” (NORA, 2003, p. 47).

Segundo Derrida,

Não haveria certamente desejo de arquivo sem a finitude radical, sem a possibilidade de um esquecimento que não se limita ao recalçamento, que não haveria mal de arquivo sem a ameaça desta pulsão de morte, de agressão ou de destruição (2001, p. 32).

Esse autor se refere ao conceito de arquivo como uma configuração técnica, política, ética e jurídica e mostra que o arquivo “[...] não renuncia jamais a se apropriar de um poder sobre o documento, sobre sua detenção, retenção ou interpretação [...]” (2001, p. 7).

Conforme já mencionado anteriormente, Nora (2003, p. 47) nos ajuda a entender o sentimento que denomina de “ansiedade da perda”, presente, a todo instante, quando nos deparamos com a impossibilidade da preservação integral do passado, através de uma reflexão sobre a mudança de *status* do arquivo que se submete a um triplo movimento, entre os quais “[...] o de dilatação de tudo que pareça merecer memória [...]” e o de “democratização” que “[...] fará de todos um arquivista de si mesmo.”

A fim de reforçar a noção de dilatação colocada acima, recorremos à ideia contida em Certeau (apud ROUSSO, 1996, p. 15) que, mesmo reconhecendo que “[...] somente para os arquivos públicos os especialistas avaliam que a revolução quantitativa, em algumas décadas, traduziu-se numa multiplicação por mil [...]” e que “[...] nenhuma época foi tão voluntariamente produtora de arquivos [...]”, o arquivo revela a existência de uma falta, de algo irremediavelmente perdido:

[...] todos os arquivistas sabem que perto de nove décimos dos documentos são destruídos para um décimo conservado. Que historiador um dia não foi tomado de desespero diante da tarefa que o espera e dos milhões de documentos a serem lidos, para, no dia seguinte, ser tomado de vertigem diante de tudo o que jamais poderá saber, de tudo o que nunca será nem ‘memória’, ‘nem história’? (1996, p. 15).

Sobre isso, parece concordar Huyssen (2000, p. 9), que fala da “[...] emergência da memória como uma das preocupações culturais e políticas centrais das sociedades ocidentais [...]”. Para ele, “[...] a memória se tornou uma preocupação cultural de proporções monumentais [...]” e não há dúvida de que “[...] todos nós representamos os nossos papéis neste processo [...]”, como se o objetivo fosse a “recordação total”.

Lembremos de “Funes, o memorioso”, personagem de Borges (1979), que, após um golpe na cabeça, passou a perceber e a se lem-

brar dos fatos de uma maneira tão exata que a reconstituição integral e perfeita o impedia de reconhecer no que vira, lera ou ouvira algo de cognoscível.

Sabemos que a exclusão de uma memória é constituinte da própria memória e que cada lembrança corresponde a uma exclusão. Nesse sentido, podemos lembrar de Derrida (2001, p. 128) que nos diz que não há memória sem conflitos ou tensão e que para cada memória lembrada existirá muita memória excluída.

Essa passagem nos remete à Nietzsche (apud GONDAR, 2000, p. 37) que demonstra, em um aforismo, a tensão e o embate entre a memória que nos faz lembrar e o orgulho que nos faz esquecer. Gondar nos ajuda a pensar essa questão, quando afirma que:

[...] para que uma memória se configure, se delimite, coloca-se antes de mais nada, o problema da escolha (seja ela consciente ou inconsciente): entre tantos estímulos diferenciados que nos chegam do mundo, alguns serão investidos a ponto de se tornarem traços mnêmicos, ao mesmo tempo em que outros serão segregados, esquecidos sem que jamais se tenham convertido em memória. (GONDAR, 2000, p. 36).

Nietzsche critica as tendências do senso comum de tratar o esquecimento como uma determinação negativa e de não reconhecer seu caráter ativo e positivo:

Esquecer não é apenas uma força inercial, como crêem os superficiais, mas uma força inibidora, ativa, positiva no mais rigoroso sentido [...] o esquecimento é uma espécie de guardião da porta, de zelador da ordem psíquica, da paz, da etiqueta: com o que logo se vê que não poderia haver felicidade, jovialidade, esperança, orgulho, presente, sem esquecimento. (NIETZSCHE apud GONDAR, 2004, p. 39).

Tanto Freud como Nietzsche (apud GONDAR, 2004, p. 38) valorizam o esquecimento como ação e não como um fenômeno natural decorrente do passar do tempo e, nesse caminho, assim como Gondar, o que nos interessa é a desnaturalização da memória e do esquecimento.

Nosso objetivo é o de valorizar o esquecimento como um ato, como um fazer social, para nos libertarmos deste modelo entrópico, onde o envelhecimento é inexorável e a ‘ansiedade da perda’ uma constatação, através dos quais habitualmente nos condenamos a nos ressentir da perda de um ‘tesouro que nos foi legado sem testamento’. (ARENDT, 2005, p. 31).

“Notre héritage n'est précédé d'aucun testament”.³ Esta máxima de René Char (apud ARENDT, 2005, p. 28) nos remete ao centro da questão, mostrando que existe algo que pode ser transformado para reduzir o abismo entre passado e futuro.

Nas palavras de Arendt (2005, p. 31):

Sem testamento ou, resolvendo a metáfora, sem tradição - que selecione e nomeie, que transmita e preserve, que indique onde se encontram os tesouros e qual o seu valor - parece não haver nenhuma continuidade consciente no tempo, e portanto, humanamente falando, nem passado nem futuro, mas tão-somente a sempiterna mudança do mundo e o ciclo biológico das criaturas que nele vivem.

Para minimizar essa sensação de perda, encontramos alento no pensamento político de Arendt (2005, p. 28), através de um caminho de ruptura entre o passado e o futuro e do debate entre os homens sobre o que herdaram “sem testamento”. Ela nos diz que não seremos nem os primeiros nem os últimos a perderem

3 Este aforismo de René Char se remete aos quatro anos na *Résistance* para a geração de escritores e intelectuais europeus.

seus tesouros e que existem boas razões para acreditarmos que o tesouro nunca foi real e sim uma miragem (ARENDT, 2005, p. 30).

Podemos dizer que o tesouro para nós é o desejo de memória, imanente em cada um de nós, e que precisa se transformar em algo real e positivo, para deixar de ser o espectro que nos atordoa e nos frustra diante do fato de que todas as coisas criadas pelo ser humano estão sujeitas às mesmas circunstâncias e acasos que determinam a nossa existência: a perda de tudo que é perecível.

DOCUMENTO

Le Goff (1984, p. 536) nos ensina que o termo *documentum* deriva de *docere* e significa “ensinar” e evoluiu para o significado de “prova” quando passa a ser utilizado no vocabulário legislativo francês, a partir do século XVII, mais precisamente na expressão *titres et documents*.

No ambiente positivista do século XIX, o documento passa a ocupar um lugar central para os historiadores, que entendiam não haver história sem documento, pois buscavam neles a evidência e a comprovação empírica dos fatos. Acreditavam com isso alcançar a neutralidade, uma vez que o “documento fala por si mesmo” e qualquer juízo de valor na pesquisa e análise alteraria o sentido e a verdade própria dos fatos, modificando assim a própria história.

Para esses historiadores, documento é igual a texto e a história é ciência pura, formada pelos fatos cronológicos e objetivos, contendo “em si mesmos” uma verdade única acerca de seu próprio significado, não dependendo da ação do historiador para serem entendidos.

Voltando a Le Goff (1984, p. 545), ele também conceitua documento como um produto da sociedade que o gerou, segundo as relações de poder, e amplia e propõe uma crítica ao conceito, ao sugerir que o “novo” documento deve ser entendido para além dos documentos escritos e ser tratado como “documento/monumento”.

Foucault (1987, p. 7), na fase em que se dedica à construção dos saberes, ainda encara o documento como monumento, cuja intencionalidade, voltada para o futuro, é um produto da história. Na sua análise, o documento não é mais herança do passado e cabe ao historiador transformar o documento em “[...] uma massa de elementos que devem ser isolados, agrupados, tornados pertinentes, colocados em relação, organizados em conjuntos.”

É a história que organiza, recorta e ordena o documento em unidades, conjuntos, séries, relações, distinguindo o que é ou não pertinente, dando-lhe estatuto e elaboração. Segundo ele, o documento não é mais para a história, “[...] essa matéria inerte através da qual ela tenta reconstituir o que os homens fizeram ou disseram [...]”. Mas é a história que dá a ele uma função social. Vemos aqui esse conceito em oposição à leitura positivista, própria de uma época em que “não havia história sem documento” e os documentos escritos ainda eram considerados recursos indispensáveis ao historiador.

Os conceitos aqui apresentados ajudaram a traçar uma trajetória através dos tempos, denotando uma clara ampliação da ideia de documento. De mera prova e informação, passa a representar os mais variados suportes de memória, aproximando-se do conceito que queremos utilizar neste estudo.

Dodebei e Gondar (2001, p. 59) são quem nos ajuda a compreender que “[...] os objetos só são documentos se lhes adicionarmos o atributo de memória”.

Todavia, para esta reflexão que busca explicitar o quadro conceitual da preservação documental, consideramos fundamental adicionar ao conceito tradicional de documento, as noções de documento eletrônico, já previstas na definição de documento arquivístico pelo Conselho Nacional de Arquivos⁴ (CONARQ), qual seja, o documento produzido e/ou recebido por uma pessoa física ou jurídica, no decorrer das suas atividades, **qualquer que seja o suporte** (2008, p. 11, grifo nosso).

4 Cf. <<http://www.documentoseletronicos.arquivonacional.gov.br/media/publicacoes/glossario/2008ctdeglossariov4.pdf>> Acesso em: 18 mai. 2009.

O documento eletrônico é “[...] o documento gerado em meio eletrônico, com um formato digital, processado por computador.” (CONARQ, 2008, p. 12).

Aqui reside o novo desafio da preservação documental: além de ter seu conceito ampliado – e junto com ele a abrangência da atuação da preservação documental – o documento migrou para novos suportes, sob a forma de *bites e bytes*, obrigando os conservadores a repensarem, mais uma vez, seus pressupostos e formas de atuação.

A PRESERVAÇÃO DOCUMENTAL EM DIREÇÃO AO FUTURO

Entre o passado, em que o tempo era o da desagregação da matéria, e o futuro presente, em que o tempo, de tão veloz, não deixa rastro e nem memória, vivemos uma “suposta” crise de identidade que nos faz questionar qual será o objeto e os objetivos da preservação documental? O que somos e o que deixaremos de ser?

Somos artesãos de mãos hábeis e como verdadeiros mágicos, capazes de, com um sopro de vida, reavivar a memória de um objeto ou bem cultural. Nosso olhar está voltado para a materialidade dos objetos de memória.

Forjados na prática e no empirismo, começamos a ampliar a maneira de ver as coisas: do dano, passamos a olhar o lugar de guarda do objeto; do trabalho solitário do restaurador em seu ateliê, passamos a trabalhar em equipes multidisciplinares. Arquitetos, biólogos, climatólogos, *designers*, educadores, engenheiros, físicos, químicos, cientistas sociais, entre outros, atuam, de forma integrada, para dar embasamento técnico-científico às tomadas de decisão em preservação.

Ao experimentarmos essa nova forma de agir e pensar em relação à preservação, nos deparamos com uma mudança de paradigma que implica em reconhecer a conservação preventiva como um meio eficaz de ampliação das possibilidades da preservação documental.

Atualmente, vivemos um novo momento de ruptura que, como em um passe de mágica, nos inseriu em um universo digital e está nos obrigando a refletir sobre o papel do conservador na chamada “sociedade da informação”.

No período de 1990, com o desenvolvimento das tecnologias digitais e o crescente uso da internet como meio de difusão e acesso à informação, a reprodução em meio digital passou a ter grande interesse para arquivos e bibliotecas.

A informação, hoje gerada em meio eletrônico, trafega em redes cada vez mais velozes e efêmeras. Preservar estas estruturas, ao menos em parte, em termos de conteúdo e ambiência tecnológica, é um dos maiores desafios que arquivistas, profissionais da área de tecnologia da informação e conservadores buscam superar.

Os equipamentos e *softwares* utilizados são substituídos rapidamente por versões mais recentes e o risco da obsolescência é o grande inimigo ainda não dominado. A forma digital, embora aparentemente se mostre bastante atrativa, rapidamente se torna obsoleta, exigindo uma preservação vigiada e permanente, com garantias de recursos materiais para as atualizações necessárias.

Esse ambiente tecnológico, no qual os documentos fazem moradia, é constantemente alterado e substituído por força de um mercado que continua lançando novas gerações de equipamentos e *softwares* que, ao final, podem se tornar incompatíveis com os que lhe antecederam.

No mundo atual, a maior parte da informação produzida, está sendo gerada nos computadores, em diferentes formatos como texto, banco de dados, áudio, filme e imagem. Esses documentos, nascidos digitais, constituem-se em um desafio de preservação ainda maior.

Segundo estimativa da University of California/School of Information Management and System (2003), 92% das novas informações produzidas no mundo, em 2002, foram registradas em meio magnético, correspondendo a um volume de informação capaz de ocupar 37 mil novas Bibliotecas do Congresso.

Grande parte da informação produzida nos dias atuais, em praticamente todas as áreas da atividade humana, será perdida e deixará de se constituir como lugar de memória, a menos que sejam desenvolvidos mecanismos de gestão e preservação para conservá-los às gerações futuras.

REFERÊNCIAS

ARENDT, Hannah. **Entre o passado e o futuro**. São Paulo: Perspectiva, 2005.

BORGES, Jorge Luis. Funes, el Memorioso In: _____. **Prosa completa**. Barcelona: Bruguera, 1979. p. 477-484. v. 1.

CONARQ. Câmara Técnica de Documentos Eletrônicos **Glossário de documentos arquivísticos digitais**. 2008. Disponível em: <<http://www.documentoseletronicos.arquivonacional.gov.br/media/publicacoes/glossario/2008ctdeglossariov4.pdf>> Acesso em: 29 abr. 2010.

DERRIDA, Jacques. **O mal de arquivo**. Rio de Janeiro: Relume Dumará, 2001.

DODEBEI, Vera L. D. L. M.; GONDAR, Jô. Construindo o conceito de documento. In: LEMOS, Maria Teresa Toríbio Brittes; MORAES, Nilson Alves de (Orgs). **Memória e construção de identidades**. Rio de Janeiro: 7 Letras, 2001, p. 59-66.

FOUCAULT, Michel. **A Arqueologia do saber**. Rio de Janeiro: Forense-Universitária, 1987.

GONDAR _____. **Quatro proposições sobre memória**. [S.l.: s. n.], 2004. No prelo.

GONDAR, Josaida. Lembrar e esquecer: desejo de memória. In: _____. **Memória e espaço**. Rio de Janeiro: 7 Letras, 2000.

HOLLÓS, Adriana Cox. **Entre o passado e o futuro**: limites e possibilidades da preservação documental no Arquivo Nacional do Brasil.

2006. Dissertação (Mestrado em Memória Social)- Programa de Pós-Graduação em Memória Social, UNIRIO, Rio de Janeiro, 2006.

HUYSSSEN, Andreas. Passados presentes: mídia, política, amnésia. In: _____. **Seduzidos pela memória**. Rio de Janeiro: Aeroplano, 2000, p. 9-20.

LE GOFF, Jacques. **Documento/Monumento**. In: ENCICLOPÉDIA EINAUDI. Lisboa: Imprensa Nacional; Casa da Moeda, 1984, p. 536-545.

NORA, Pierre. Missions et enjeux des archives dans les sociétés contemporaines. **COMMA**, International Journal on Archives, Paris, v. 2-3, p. 47-50, 2003.

ROUSSO, Henry. O Arquivo ou o indício de uma falta. **Estudos Históricos**, Rio de Janeiro, n. 17, 1996.

UNIVERSITY OF CALIFORNIA. School of Information Management and Systems. **How much information?**. 2003. Disponível em: <<http://www.sims.berkeley.edu/research/projects/how-much-info-2003>> Acesso em 11 fev. 2006.

Representação da informação científica: a rede pode ser a gota d'água

Albano Souza Oliveira¹ oalbano@ufba.br

INTRODUÇÃO

Desde antes de Alexandria, o pesadelo ou o sonho de registrar e organizar informações para a preservação do conhecimento, em papel e outros suportes, acompanha a humanidade. Até a invenção da imprensa, período em que a produção de livros era limitada, o controle do acervo era uma atividade relativamente simples e as bibliotecas tinham condições de reunir coleções praticamente completas, como foi o caso da famosa Biblioteca de Alexandria, fundada por Ptolomeu I (367/366 ou 364-283/282 a.C.), cujo objetivo era adquirir livros do mundo inteiro. Os historiadores renascentistas tinham como objetivo narrar a história antiga para fornecer os modelos do homem perfeito. Os mnemonistas e sua técnica, a mnemotécnica, desempenharam, em suas épocas, o papel do livro e

1 Mestre em Ciência da Informação pelo Programa de Pós-Graduação em Ciência da Informação do Instituto de Ciência da Informação da Universidade Federal da Bahia (PPGCI/UFBA, 2008). Professor Assistente do Instituto de Ciência da Informação, da Universidade Federal da Bahia (ICI-UFBA). Doutorando pelo Programa de Doutorado Multi-institucional e Multidisciplinar em Difusão do Conhecimento, com sede na Faculdade de Educação da Universidade Federal da Bahia (DMMDC/UFBA). Este artigo contou com preciosas colaborações de Profa. Dra. Ângela Maria Barreto (ICI-UFBA).

dos computadores. À memória natural acrescentava-se uma outra, “artificial”, com base em treinamento e arte (YATES, 1984, p. 368-369). Uma das conclusões de Yates aponta para a associação entre a invenção e o desenvolvimento da arte da memória e o desenvolvimento, em consequência, do método científico no século XVII. A Idade Média e a Renascença desenvolveram a arte mnemônica, ou seja, as técnicas do não esquecimento.

A COMPLEXIDADE DA PRESERVAÇÃO DO CONHECIMENTO CIENTÍFICO

“Conrad Gesner (1516-1565), bibliógrafo suíço, publicou, em 1545, a *Bibliotheca Universalis*, quando ainda não havia decorrido um século da invenção da imprensa, [...]” (CAMPELO; MAGALHÃES, 1997, p. 1-2). Naquela época, o homem podia sonhar em produzir bibliografias universais, que registrassem todos os documentos publicados no mundo, em todos os domínios do saber. Com o aumento da produção de livros, surgiram as bibliografias, instrumentos bibliográficos independentes das bibliotecas, elaboradas principalmente por indivíduos interessados na organização do conhecimento. Assim, com a Idade Moderna, foram enfatizadas novas formas de organização do conhecimento e de preservação da memória humana.

No final do século XIX, Freud irá propor sua concepção de aparelho de memória sob a forma de traços que podem ser guardados, recuperados, mas que não são inalteráveis, e antecipa-se na formulação do que viria a ser o computador:

Os aparatos auxiliares que inventamos para aperfeiçoar ou intensificar nossas funções sensoriais são todos construídos à semelhança do órgão sensorial correspondente ou de uma parte do mesmo (lentes, câmaras fotográficas, cornetas acústicas etc.). Deste ponto de vista, os dispositivos auxi-

liares de nossa memória parecem muito defeituosos, pois nosso aparato psíquico realiza precisamente o que aqueles não podem. Apresenta uma ilimitada capacidade receptora de novas percepções e cria, além disso, marcas duradouras, embora não invariáveis, das mesmas. (FREUD, 1973, p. 2809).

Ele mantém, nessas e em outras observações sobre o funcionamento do cérebro humano, o paradoxo de supor marcas psíquicas permanentes, “embora não invariáveis”, isto é, plásticas, mutáveis. E parece saber que, em breve, o cérebro ganhará uma extensão ou dispositivo que revolucionará as ciências, as artes e a própria noção de espaço e tempo: o computador. Poucos anos depois, em *O mal-estar na cultura*, Freud se detém na ideia segundo a qual o homem contemporâneo vai inventando próteses para recriar seus próprios órgãos. Todas essas próteses, que potencializam as funções orgânicas, nada mais são do que “[...] materializações de sua faculdade inata de recordar; ou seja, de sua memória.” (FREUD, 1973, p. 3034). Analisa também o desapontamento do homem diante de suas próprias construções. Refere-se a épocas nas quais os deuses constituíam ideais culturais, por oposição à contemporaneidade em que o homem muito se aproxima do ideal de consecução dos seus desejos, tornando-se quase um deus, mas sem por isto livrar-se do mal-estar. O homem tornou-se, segundo a irônica expressão de Freud, uma espécie de “deus com prótese” (FREUD, 1973, p. 3036).

Cotidianamente, a grande maioria das pessoas depende cada vez mais dessas próteses anunciadas por Freud. Os constantes avanços tecnológicos permitiram a construção de verdadeiros homens biônicos, como no filme de Tim Burton, “*Edward Mãos-de-Tesoura*”. Dos óculos à radionavegação, da navegação por satélites à criação dos mais diversos tipos de mapas, temos as próteses do corpo humano, a tecnologia utilizada para amplificar a percepção humana, estendendo limites, tal como Freud anteviu nas primeiras décadas do século XX.

Hoje, a complexidade no planejamento e execução de um registro informacional não decorre somente do grande – diria infinito – volume de informações, mas da variedade, complexidade e multiplicidade de seus suportes: livros, periódicos. Atualmente o desenfreado crescimento de publicações em formato digital configura um paradigma, no momento do registro informacional, equivalente à construção de um mapa com todos os detalhes, em escala 1:1, e como tal, de tão grande, seria impossível manuseá-lo.

Sinto um prazer aventureSCO em me perder entre estantes carregadas, confiando supersticiosamente que alguma hierarquia de letras ou números há de me conduzir, um dia, ao destino prometido. (MANGUEL, 2006, p.12).

Trata-se de um processo que se faz necessário: manter registros armazenados em segurança, facilitando sua localização. Tirar proveito da informação acumulada, organizá-la, sistematizá-la, recombina-la sob novos pontos de vista, para transformá-la em conhecimento é tarefa do pesquisador e dos grupos de pesquisa. Portanto, a organização e a difusão do conhecimento é de importância singular para o construtor do conhecimento.

Muitos filósofos, desde a antiguidade, preocuparam-se com o conhecimento, e, sob certo aspecto, podemos afirmar que o consideravam um fluxo. Heráclito de Éfeso, que admitia essa transformação permanente dos seres humanos, e das circunstâncias que se configuram em seu entorno, por consequência, era um dos que acolhia essa relação de fluxo para com o conhecimento.

Dizia: ‘Não podemos banhar-nos duas vezes no mesmo rio, porque as águas nunca são as mesmas e nós nunca somos os mesmos’. Comparava o mundo à chama de uma vela que queima sem cessar, transformando a cera em fogo, o fogo em fumaça e a fumaça em ar. O dia se torna noite, o verão se

torna outono, o novo fica velho, o quente esfria, o úmido seca, tudo se transforma em seu contrário. O mundo é um processo incessante de transformação em que cada ser está a caminho de seu contrário; cada ser é um movimento em direção ao seu contrário. (CHAUÍ, 2005, p. 122).

O que não se registra, provavelmente, será transformado ou esquecido ou, pior, será lembrado de modo incorreto.

Essa é uma das prováveis razões pelas quais os pesquisadores, e os grupos de pesquisa, registram durante todo o processo de produção de conhecimento em que se empenham. Para entenderem melhor e guardarem por mais tempo o que propuseram e, “desse modo, nosso observador antropólogo vê-se confrontado com uma estranha tribo que passa a maior parte de seu tempo codificando, marcando, lendo e escrevendo.” (LATOURET; WOOLGAR, 1997, p. 42).

Pode-se dizer que, no processo de construção do conhecimento, estabelece-se uma relação estreita entre pesquisadores-informação-documentação. Desde a consulta às fontes de informação, o pesquisador já está procedendo a registros e gerando outras informações, numa relação dinâmica e contínua. “Mesmo que pudesse guardar na mente tudo que descobriu, você ainda precisaria de ajuda para organizar argumentos que insistem em tomar diferentes direções, inspiram relações complicadas, causam desacordo entre especialistas.” (GOLDENBERG, 2002, p. 10).

Para os pesquisadores da difusão do conhecimento seriam esses os “fluxos” pensados por Heráclito?

Talvez mais do que isso: é necessário levar em conta as mais diversas possibilidades de relacionamentos com as fontes de informação. As pesquisas atuais são cada vez mais interdisciplinares, envolvem inúmeros técnicos e especialistas que se relacionam, trocam trabalhos e arquivos em uma velocidade nunca antes imaginada.

Tais alterações têm provocado transformações nas formas de trabalho e nos processos e métodos de produção científica. “Aliada

ao fenômeno da globalização, que dilui as fronteiras comerciais dos países, uma rede mundial de informações como a internet tem potencial para modificar a forma como o controle bibliográfico vem sendo operacionalizado até o momento.” (CAMPELO; MAGALHÃES, 1997, p. 9). Com relação às novas maneiras de se pesquisar, vê-se que

Este novo formato, baseado no funcionamento de grandes equipes formadas por especialistas, muitas vezes dispersas, que trabalham sobre objetos de pesquisa complexos, subordinados a uma programação que se renova muito rapidamente, marcou o advento da *big science*. Com ela saiu de cena a personalização do trabalho científico [...]. Daí em diante, [início da década de 1970] alterou-se o funcionamento da ciência, desaparecendo lentamente a Figura do chefe ou ‘patrão’ - em alguns casos o fundador de disciplina - que imprimia uma marca única sobre os trabalhos de seus colaboradores, também agentes produtores dos materiais documentais da ciência. Cientistas e engenheiros não trabalham isolados; dependem de redes através das quais se comunicam com pares/colegas e administradores. Esse ambiente complexo de ‘associações internas e externas’ requer compreensão por parte do arquivista de um universo de documentos interconectados. (SANTOS, 2005, p. 28).

Daí que os arquivos dos pesquisadores se fizeram ainda mais necessários frente à intensidade do compartilhamento das informações entre cientistas, o que tem sido auxiliado pelas Tecnologias da Informação e Comunicação (TIC).

Em uma sociedade de consumo desenfreado, produtos, serviços, saúde, educação e até pessoas, em algumas instâncias, são tratadas como possibilidades de consumo. Com a informação não tem sido diferente; onde tudo pode ser consumido e descartado, as informações na internet guardam este sentido de volatilidade. Em

dezembro de 2002, o *site* da Microsoft publicou um artigo com a seguinte manchete: *Armazenamento e mídia no futuro quando você armazenar tudo*. A notícia dava conta de que, por volta de 2007, um simples *laptop* teria dispositivos de gravação de um *terabyte* (1.000 *gigabytes*), com preço suficientemente baixo para que cada pessoa pudesse ter um aparelho capaz de incluir, por dia, durante um ano, horas de vídeo, áudio, 2.900 documentos de texto ou aproximadamente 10.000 fotos. Todas as falas e ações poderiam ser registradas. *Links* as ligariam a outras entradas, e tudo seria acompanhado de conteúdo multimídia. Para facilitar a localização, anotações por comando de voz. Sua versão atual foi batizada como *MyLifeBits* [PedacosDeMinhaVida]. O poder de resolução da tela dos pequenos computadores pessoais será de tal ordem que, anteveem os autores, poderá substituir o papel. Apesar de tudo isso, os autores esbarram com questões que parecem intransponíveis. Coletar e armazenar informações é, seguramente, tarefa já realizada.

INVENTANDO REPRESENTAÇÕES MAIS COMPLEXAS PARA O CONHECIMENTO

De acordo com informações da própria *web*, estima-se hoje que haja mais de 2 bilhões de páginas disponíveis na rede. Mas, segundo os pesquisadores, indexar e recuperar, ou seja, trazer de volta uma informação, é um dos maiores problemas para finalizar o curioso programa *MyLifeBits*. Após enumerar outras dificuldades, o artigo termina de maneira um tanto melancólica: “Quando for muito frustrante achar algo, você sempre pode assistir a alguns filmes clássicos que capturou de DVDs.” (BELL; GEMMELL, 2002).

É preciso salientar que não se trata somente de uma generalização global, de uma rede mundial, ou seja, já está claro que essa não é uma questão relativa somente à internet, devido ao crescimento do acervo de informação em formato digital, no âmbito da pesquisa individual (se é que ela existe) e de grupos de pesquisa.

Seguindo a abordagem sociológica proposta por Shera (apud CAMPELO; MAGALHÃES, 1997), teríamos uma atuação em âmbito particular, quando utilizada por um grupo de indivíduos para fins específicos, o que evitaria a fragmentação e a duplicação de registros. Não só isso, mas também a guarda do documento encontrado, selecionado e catalogado é de vital importância. Os documentos eletrônicos encontrados na internet carecem deste cuidado. O que localizamos em um determinado endereço apaga-se um momento depois. Engana-se quem pensa que, por se tratar de documentação eletrônica, desaparece a diferença entre acessibilidade física e bibliográfica. Os arquivos desvanecem como num passe de mágica, e encontrá-los passa a ser um grande desafio.

O controle bibliográfico incorpora os conceitos de acessibilidade bibliográfica e acessibilidade física. Isto significa que o sistema deve levar em conta não só a possibilidade de identificar a existência do documento, mas também sua localização e obtenção. (CAMPELO; MAGALHÃES, 1997, p.8).

O trabalho de um pesquisador é eminentemente o de produzir conhecimentos, atividade que é fundamentada pelo acesso a informações, anteriormente organizada em estantes, mapotecas, gavetas e arquivos de pastas suspensas, sob os mais diversos tipos de estrutura.

De início, mantinha meus livros em rigorosa ordem alfabética, por autor. Depois passei a separá-los por gênero: romances, ensaios, peças de teatro, poemas. Mais tarde tentei agrupá-los por idioma, e quando, durante minhas viagens, era obrigado a ficar apenas com alguns, separava-os entre os que dificilmente lia, os que lia sempre e aqueles que esperava ler. Às vezes minha biblioteca obedecia a regras secretas, nascidas de associações idiossincráticas. (MANGUEL, 1997, p.34).

Mais recentemente, neste emaranhado, nesta teia infinita que são os objetos digitais, perguntas são lançadas e respondidas com mais velocidade e cada vez menos controle. O pesquisador e os grupos de pesquisa contemporâneos são cada vez mais dependentes da memória: conectados em rede, interligados, cada qual com bilhões de unidades de informação armazenadas e disponíveis em HD, prolongamentos do corpo, órgãos suplementares, cifrados em *bytes*. No entanto, como corpo atravessado pela linguagem, as percepções não se deixam estocar e armazenar como fotografias do real, já que estão constantemente sujeitas às atividades adjacentes, às mudanças ambientais, aos afetos, às características equívocas e plurais da linguagem. Além disso, se é que o computador não esquece, ou seja, se suas condições de armazenamento são bem garantidas, nada impede, porém, que a recuperação de uma informação, por um momento ou para sempre, torne-se impossível, mesmo porque guardar os objetos digitais em pastas é o mesmo que pensar a organização de livros em caixas: muito pouco pode contribuir para a organização, difusão e produção do conhecimento por pesquisadores e grupos de pesquisa.

Desde a criação do conceito de computador pessoal que uma parcela cada vez mais significativa da população mundial vem tomando contato com os objetos digitais e as características que os sistemas operacionais propostos desenvolveram para seu arquivamento em pastas, que são, até agora, modelos análogos aos arquivos de pastas suspensas.

Facilitar o acesso à informação, de modo a não se perder diante da profusão de dados, é tarefa à qual o pesquisador se impõe. É neste sentido que um sistema de informação “[...] tem como finalidade, transformar em probabilidade suficiente a possibilidade que todo homem tem para obter, quando necessário, a informação que lhe interessa.” (ROBREDO, 2005, p. 2).

Navegando em palavras, sons e imagens, alternando entre movimentos sistemáticos e dispersos, os pesquisadores usam dos seus sentidos para perceber e tentar a compreensão do que os cerca,

mas, de certa forma, vão se movendo no que já sabem que têm que fazer, trafegando imersos neste conhecido, desconhecido. Como neste pensamento atribuído a Gauss: “As soluções, eu já as possuo há muito tempo. Mas ainda não sei como cheguei a elas.” (PRATI, 2006).

Presas ao termo rede, e às representações por ele sugeridas, as pessoas parecem estar paralisadas. Rede Globo de Televisão, Rede Governo, Rede Mulher, Rede de Ensino e Pesquisa, Rede de Informações, Rede de Futebol, de Cultura, Rede das Águas, Rede Brasil, Otimismo em Rede, Rede Ambiente, Cama na Rede, Nós na Rede são redes encontradas na “rede” (*World Wide Web*). Nas ciências, também não tem sido diferente.

Nos dias atuais, em que se parece ter descoberto a complexidade, tudo precisa ser representado numa trama de relações múltiplas, em uma teia orgânica e natural. Máquinas, práticas cotidianas, pessoas... quase tudo parece estar em rede.

A rede e suas representações estão na moda desde antes da concepção da “Teoria Geral dos Sistemas”, quando se pretendia, inclusive, dar conta de muitos aspectos da organização do conhecimento.

A ciência moderna é caracterizada por sua crescente especialização, determinada pela enorme soma de dados, pela complexidade das técnicas e das estruturas teóricas de cada campo. Assim, a ciência está dividida em inumeráveis disciplinas que geram continuamente novas sub-disciplinas. Em consequência, o físico, o biólogo, o psicólogo e o cientista social estão, por assim dizer, encapsulados em seus universos privados, sendo difícil conseguir que uma palavra passe de um casulo para outro (BERTALANFFY, 1973, p. 52).

Em meados do século XVIII, a moda era outra, a “esponja”. Uma metáfora, tomada da biologia para a representação de quase tudo que se possa imaginar. Não vamos enumerá-las, mas destacamos

Réaumur² que publicou um aclamado artigo nas *Mémoires de l'Académie Royale des Sciences*, em 1732, em que considerava o ar uma esponja, simplesmente porque podia ser comprimido como uma esponja, como acreditava ele. Bachelard (1996, p. 92) considera tal utilização metafórica um “exemplo de obstáculo verbal”, uma imagem generalizada que acaba por se tornar sem valor. Para ele: “Por mais que se faça, as metáforas seduzem a razão. São imagens particulares e distantes, insensivelmente, tornam-se esquemas gerais.” (BACHELARD, 1996, p. 97).

Ao estudar a organização e a difusão do conhecimento e suas representações, seja desenhando ou mapeando-as para uma possível compreensão, é quase sempre insatisfatório colocar pessoas como nós da rede, ligadas por segmentos de reta, como se o único dos sentidos humanos fosse o tato, e o toque fosse necessário, como se o termo “rede” pudesse dar conta e/ou sentido a quase tudo: “É aí que encontramos as verdadeiras palavras-obstáculo.” (BACHELARD, 1996, p. 102).

Talvez não seja um modelo, mas uma forma que capte o movimento das relações, considerando outras formas de percepção: a visão, a audição, o paladar, o tato e o olfato.

O paladar, o tato e o olfato procedem do contato, neste sentido, os diagramas de rede tal qual se conhecem dariam conta desta representação, caso as relações humanas fossem compreendidas exclusivamente a partir deste paradigma. Mas quanto à visão, a audição? Luz e som, ondas, reverberando no espaço. Então não seria de estranhar todas estas ondas em torno, com intensidades diferentes e na rapidez do som ou da luz e cuja velocidade não pode ser superada por nada, como postulado por Albert Einstein.

Já não se tem estranhamento em como se dão as demandas por informação, por pessoas e instituições, em quantidades e velocidades quase sempre surpreendentes. Viajando em ondas, na velocidade da luz.

2 René-Antoine Ferchault de Réaumur (1683-1757), físico e inventor francês.

Tratando-se de universidade, de pesquisa, e contemplando uma diversidade naturalmente existente entre os diversos campos, poderíamos considerar distintas demandas para as diversas áreas do conhecimento.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Considerando-se as combinações possíveis e as nem sempre prováveis, poderíamos admitir a ciência como uma organizada anarquia, ou seria uma anarquia organizada? De qualquer modo, relacionar os trabalhos destas partes, aparentemente separadas, é indispensável para o alargamento da ciência. Um ambiente de organização e difusão do conhecimento, não melhor do que os outros, mas onde se admita a diferenciação. Qual a organização e a difusão do conhecimento científico que desejamos?

Precisamos conhecer a cultura organizacional da nossa pesquisa científica. Para pensarmos um processo de organização compatível com o que somos. “[...] o termo **cultura** para designar o conjunto de características que diferenciam, não mais indivíduos, mas sociedades entre si.” (BERNARDES, 1999, p. 21).

É difícil acreditar na concepção de um modelo de como a organização e a difusão do conhecimento científico deva funcionar, diferentemente de como a pesquisa funciona, numa dicotomia entre o ideal e o real. A língua propõe um movimento de construção permanente de novas representações teóricas e abstrações para a organização do conhecimento científico. Um dos caminhos possíveis para movimentar este já clichê da “rede” talvez seja considerar os efeitos quânticos, a dinâmica dos sistemas em função de ondas, de nuvens, ou amparado nos sentidos, conforme já sugerido. Isso “pode ser a gota d’água”. A gota a que me refiro é a que transborda, aquela que cai. “Note-se que, como qualquer imagem, esta comparação não pressupõe que a realidade a que nos referimos corresponda, com rigor matemático, à figura a que

estamos a associar.” (TEIXERA, 1993, p. 147). A metáfora da rede não é um mal em si. O que se quer ressaltar aqui é que seu uso indiscriminado e recorrente acaba por esvaziar o termo de seus sentidos.

Problematizar a metáfora da rede é alargar as possíveis construções mentais da realidade e sair do labirinto fechado que esta palavra se tornou.

REFERÊNCIAS

BACHELARD, Gaston. **A formação do espírito científico**: contribuições para uma psicanálise do conhecimento. Tradução de Estela dos Santos Abreu. Rio de Janeiro: Contraponto, 1996.

BELL, Gordon; GEMMELL, Jim. **Storage and media in the future when you store everything**. 2002. Disponível em: <<http://research.microsoft.com/barc/MediaPresence/MyLifeBits.aspx>>. Acesso em: 16 dez. 2002.

BERNARDES, Cyro. **Sociologia aplicada à administração**. 5 ed. São Paulo: Saraiva, 1999.

BERTALANFFY, Ludwig Von. **Teoria geral dos sistemas**. Tradução de Francisco M. Guimarães. Petrópolis: Vozes, 1973.

CAMPELO, Bernadete; MAGALHÃES, Maria. **Introdução ao controle bibliográfico**. Brasília: Briquet de Lemos Livros, 1997.

CHAUÍ, Marilena. **Convite à filosofia**. São Paulo: Ática, 2005.

DIAS, Eduardo. Organização do conhecimento no contexto de bibliotecas tradicionais e digitais. In: NAVES, Madalena; KURAMOTO, Hélio. **Organização da informação**: princípios e tendências. Brasília: Briquet de Lemos, 2006.

FREUD, Sigmund. El “block” maravilloso. In: ____ . **Obras completas de Sigmund Freud**. Tomo III. Tradução de Luis Lopez-Ballesteros y de Torres. Madrid: Biblioteca Nueva, 1973.

GOLDENBERG, Mirian. **A arte de pesquisar**. Rio de Janeiro: Record, 2002.

LATOUR, Bruno; WOOLGAR, Steve. **A vida de laboratório: a produção de fatos científicos**. Rio de Janeiro: Relume-Dumará, 1997.

MANGEL, Alberto. **Uma história da leitura**. São Paulo: Companhia das Letras, 1997.

———. **A biblioteca à noite**. Tradução de Samuel Titan Jr. São Paulo: Companhia das Letras, 2006.

PRATI, Família. **Pensamentos e citações**. 2006. Disponível em: <<http://pensamentos.prati.com.br/Pensamentos/reflexao.htm>>. Acesso em: 10 ago. 2006.

ROBREDO, Jaime. **Documentação de hoje e de amanhã**. 4. ed. Brasília: Editora do autor, 2005.

SANTOS, Paulo Roberto Elian dos. **Arquivos de cientistas: gênese documental e procedimentos de organização**. São Paulo: Associação de Arquivistas de São Paulo, 2005.

TEIXEIRA, Manuela. **O professor e a escola: perspectivas organizacionais**. São Paulo: Companhia das Letras, 1993.

YATES, Frances A. **The art of memory**. Chicago: The university of Chicago Press, 1984.

Cultura burocrática e tecnologias informacionais: duas faces da mesma moeda

Aurora Leonor Freixo¹ aurorafreixo@gmail.com

INTRODUÇÃO

Até o final do século XVIII, os arquivos de Estado eram secretos e serviam exclusivamente à administração monárquica e aos reis. O segredo era usado para impedir o controle da sociedade sobre seus governantes, como forma de garantir a manutenção do poder. Segundo Almino (1986, p. 98), “[...] cria-se uma realidade escondida e outra aparente. Tendo acesso apenas a esta última, a sociedade é mantida na ignorância de processos decisórios que lhe dizem diretamente respeito.”

A partir da Revolução Francesa inicia-se uma nova era com a criação dos Arquivos Nacionais, colocados, também, a serviço do cidadão. Isso significou a substituição do segredo de Estado pelo princípio da publicidade. A abertura dos arquivos ao público foi o primeiro passo no sentido de considerar o acesso aos documentos como um direito civil.

1 Mestre em Ciência da Informação pelo Programa de Pós-Graduação em Ciência da Informação do Instituto de Ciência da Informação da Universidade Federal da Bahia (PPGCI/UFBA, 2007). Professora assistente, coordenadora do Colegiado do Curso de Graduação em Arquivologia do ICI-UFBA.

Dar acesso significa tornar público, transparente, visível, algo antes obscuro, secreto ou simplesmente ignorado pela coletividade. Nesse sentido, o direito à informação é fundamental ao exercício das liberdades públicas e ao pleno desenvolvimento dos sistemas políticos democráticos. (LAFER, 1988 apud COSTA, 1998, p. 5).

Nos Estados democráticos modernos é fundamental a interação com a sociedade civil e a possibilidade de acesso aos conteúdos informacionais produzidos pelas atividades do Governo converte-se em um aspecto essencial do exercício da soberania.

O acesso aos conteúdos informacionais produzidos pelas atividades governamentais é um requisito indispensável para o funcionamento da democracia, maior transparência e uma gestão pública eficaz nas relações do Estado com a sociedade. Em um sistema democrático e participativo, os cidadãos exercem seus direitos constitucionais por meio da liberdade de expressão e livre acesso à informação. O Estado moderno é o maior produtor e também o maior usuário de conteúdos informacionais como forma de respaldar sua atuação.

Embora dispondo de instrumentos legais que garantem o direito de acesso aos documentos públicos, esse direito esbarra muitas vezes na desorganização dos serviços de arquivo, especialmente nas fases corrente e intermediária.

Como assinala Jardim (1999, p. 72) “[...] o termo acesso relaciona-se a um direito, mas também a dispositivos que o viabilizem, ou seja, um conjunto de procedimentos e condições materiais que permitam o exercício efetivo desse direito.”

Entretanto, o cumprimento da legislação nem sempre se efetiva diante da fragilidade das estruturas organizacionais responsáveis pela gestão do fluxo informacional na Administração Pública, contrapondo-se ao discurso de transparência que as administrações reiteram ao longo das últimas décadas.

O modelo de inserção dos serviços arquivísticos no Sistema de Administração Geral, implementado na Bahia pela reforma de 1966, permanece praticamente inalterado até os dias de hoje, muito embora tenhamos presenciado uma verdadeira revolução tecnológica, com a introdução da microinformática e a reestruturação dos processos gerenciais baseados na busca da qualidade e da eficácia, além do advento da rede mundial de computadores.

O uso cada vez maior de computadores nos processos de trabalho valoriza sobremaneira os conteúdos digitais, entendidos aqui como um conjunto de dados quantificáveis tratados por máquina, ao contrário do documento tradicional em papel e de seus conteúdos. Talvez por esse motivo os programas de modernização da Administração Pública dêem maior ênfase ao tratamento da informação², em detrimento do tratamento dos documentos.

A partir da análise da inserção do Sistema Estadual de Protocolo nos processos de gestão administrativa, procuramos verificar de que forma as novas tecnologias de informação e comunicação têm contribuído para melhorar os procedimentos de gestão de documentos e arquivos nos órgãos da Administração Pública da Bahia.

Os elementos que aqui apresentamos estão fundamentados em dados extraídos de pesquisa realizada no âmbito do curso de mestrado do Programa de Pós-Graduação em Ciência da Informação (PPGCI/UFBA), aliados à experiência da autora na condução de inúmeros projetos na área, inclusive na coordenação das ações iniciais para implantação do Sistema Estadual de Protocolo.

A pesquisa de campo constou da seleção por julgamento de uma amostra correspondente a 20% do total de organismos que compõe a Administração Pública Estadual da Bahia, ou seja, 15 órgãos de um total de 72 instituições públicas. Foi elaborado e aplicado um formulário de levantamento de dados constando de questões relativas aos serviços de arquivo, protocolo e uso de tecnologias informacionais.

2 Talvez uma expressão mais adequada fosse “processamento de conteúdos digitais”.

Além da pesquisa de campo, foi realizada uma revisão de literatura, que forneceu o embasamento teórico, bem como fundamentou a análise dos instrumentos legais que regulamentam essas atividades.

O PROTOCOLO COMO FERRAMENTA DO ARQUIVO CORRENTE

Se considerarmos que os arquivos são os grandes depositários dos documentos produzidos pelas atividades dos órgãos públicos, verificamos que a estruturação das atividades relativas à administração de arquivos e documentos não se deu de forma adequada, ao longo do tempo, de modo a se alcançar os objetivos de transparência e garantia do direito à informação.

Desde o período colonial, o Brasil tem perdido importantes acervos arquivísticos, visto que os portugueses e seus herdeiros nunca foram cuidadosos com documentos. Acrescente-se a isso, a preocupação com o sigilo que, desde cedo, esconde documentos, tentando evitar sua publicidade, e acaba por perdê-los. Além disso, é costume antigo que as autoridades levem para casa papéis que não puderam ser analisados nos locais de trabalho e acabem por não devolvê-los. Outros destroem arquivos deliberadamente como forma de impedir o conhecimento de fatos desabonadores.

Embora fortemente influenciado pela Arquivologia europeia, trazida para a Colônia na bagagem da família real e bem ilustrada pelo estigma do arquivo morto, o Brasil vem adotando, nos últimos anos, os princípios da Arquivologia praticada nos Estados Unidos e Canadá. Esses países fundamentam a prática arquivística nos princípios da administração científica, preconizada por Frederick Taylor e Frank Gilbreth, buscando mecanismos para melhorar o desenvolvimento das atividades administrativas.

A gestão de documentos originou-se das dificuldades de administrar volumes cada vez maiores de documentos produzidos pelas administrações públicas naqueles países. No final da década de

1940, foram estabelecidos princípios de racionalidade administrativa, dando origem à Teoria das Três Idades, que compreende o conjunto de procedimentos e operações técnicas que permitem racionalizar os processos de produção, uso, eliminação e guarda de documentos.

Schellenberg (1973, p. 46), ao destacar os pontos essenciais da administração de arquivos, afirma que:

Os objetivos de uma administração eficiente de arquivos só podem ser alcançados quando se dispensa atenção aos documentos desde sua criação até o momento em que são transferidos para um arquivo de custódia permanente ou são eliminados. A administração de arquivos preocupa-se, assim, com todo o período de vida da maioria dos documentos.

Entre os processos de trabalho do arquivo corrente está o controle da tramitação dos documentos, desde sua produção ou recebimento pela instituição até o momento da decisão final e arquivamento em fase intermediária. A unidade responsável por essa atividade é chamada de Protocolo, a quem compete o recebimento, registro, distribuição e controle da tramitação e do arquivamento em fase corrente e intermediária.

A literatura sobre protocolo é escassa e observa-se que não há clareza quanto às suas funções, o que torna difícil estabelecer um conceito que compreenda toda a extensão de um serviço que pode ser considerado como o ponto inicial da gestão de documentos.

O termo protocolo é derivado do grego *protos* (primeiro) e *kol-lene* (colar), ou seja, referia-se a primeira folha colada aos rolos de papiro, na qual se fazia um resumo do conteúdo do documento.

Ferreira (1986, p. 1.407) traz as seguintes definições para o termo protocolo:

1. registro dos atos públicos; 2. registro das audiências nos tribunais; 3. registro de uma conferência ou deliberação

diplomática; 4. formulário regulador de atos públicos; 5. [...]; 6. livro de registro da correspondência de uma firma, repartição pública etc.

Schellenberg (1973, p. 75) faz uma interessante comparação entre os sistemas de registro de documentos praticados na Europa e na Austrália e situa historicamente esse serviço:

O sistema de registro talvez seja o mais antigo sistema conhecido para conservar documentos em ordem. Esse sistema originou-se na Roma antiga, quando os magistrados começaram a fazer notas particulares chamadas *comentarii* dos assuntos que tratavam diariamente. Essas notas logo se ampliaram, transformando-se em diários da justiça ou *comentarii diurni*, nos quais se faziam lançamentos, em ordem cronológica, de todos os documentos recebidos ou expedidos, inclusive minutas de atos judiciais, provas submetidas pelos litigantes e outros documentos.

Teixeira (1990) define o Protocolo como parte do arquivo corrente e resalta a importância de se organizar esse serviço sob a forma de uma assessoria capaz de permitir o acompanhamento dos assuntos tratados pela instituição, bem como garantir a recuperação de parcelas do acervo *a posteriori*, ou seja, depois de os assuntos terem sido finalizados, como condição para a racionalização dos arquivos intermediário e permanente.

O PROTOCOLO NA ADMINISTRAÇÃO ESTADUAL DA BAHIA

Objetivando melhorar a atuação dos serviços de protocolo nos organismos estaduais, a Secretaria de Administração (SAEB) promoveu, em dezembro de 1984, o PAINEL sobre Organização de Processos e Expedientes na Administração Pública Estadual, que

resultou na publicação da Instrução nº 4, em maio de 1985, estabelecendo normas sobre as atividades de protocolo e disciplinando a formação, tramitação e arquivamento de processos.

Nessa época, ainda trabalhando de forma manual, os serviços de protocolo do Estado receberam as orientações fixadas na referida instrução com um nível de detalhamento tão amplo que, mesmo após a informatização dos serviços, os procedimentos foram incorporados ao dia-a-dia das unidades e mantêm-se em vigor até hoje.

Para fazer frente ao desenvolvimento acelerado das novas tecnologias de informação, representado pela progressiva substituição dos computadores de grande porte por microcomputadores de uso pessoal e programas amigáveis, é instituído, em 1988, o Sistema de Informática do Estado³, tendo por finalidade o desenvolvimento articulado das atividades de informatização em toda a Administração Pública Estadual, “[...] mediante o planejamento, coordenação e execução das ações de automatização no Serviço Público Estadual.” (BAHIA, 1988).

No bojo do processo de informatização da Administração Pública Estadual, em 1990, foi implantado o Sistema Estadual de Protocolo (SEP)⁴, que, utilizando tecnologia de rede e equipamentos de grande porte, possibilitou unificar o registro de documentos nas várias entidades da administração pública, realizando o acompanhamento da tramitação e arquivamento de processos em fase corrente e intermediária.

Considerado um salto sem precedentes no modelo de gestão de documentos na Administração Pública, o SEP, coordenado pela SAEB, contou com o apoio técnico da Companhia de Processamento de Dados do Estado da Bahia (PRODEB), responsável pelo seu desenvolvimento e manutenção, e da Fundação Escola de Serviço Público (FUNDESP), responsável pelas ações de capacitação de pessoal na fase de implantação.

3 Decreto nº 1.528, de 31 de agosto de 1988.

4 Decreto nº 4.194, de 14 de novembro de 1990.

Interessante notar que todo o processo de informatização da máquina administrativa contou, desde meados da década de 1980, com superestruturas e cargos de alto nível, ocupados por profissionais da área de tecnologia, que, muitas vezes, demonstraram aversão pelos antigos procedimentos que tinham o papel como suporte dos registros informacionais, além de total desprezo pelos arquivos tradicionais. O termo sistema⁵, nessa época, liga-se fortemente aos programas computacionais ou ferramentas de informática, como se todas as soluções para a melhoria dos processos administrativos pudessem ser encontradas diante de um computador.

O Sistema de Protocolo, embora tenha sido tratado à época como uma revolução nos procedimentos de registro, tramitação e uso de documentos, não chegou a atingir inteiramente os objetivos propostos, quais sejam, de funcionar como ferramenta de controle do arquivo corrente e ser um instrumento de racionalização do arquivo intermediário, pois teve sua implantação desarticulada dos processos documentais e dos sistemas aos quais deveria vincular-se, especialmente do Sistema Estadual de Arquivos.

Embora atendendo a maioria dos órgãos estaduais, desde o início da década de 1990, o SEP não foi objeto de atualização para atender às novas demandas da Administração Pública e opera até hoje com os mesmos recursos oferecidos na época de sua implantação. Ao longo desse período, a Prodeb não buscou integrar os recursos oferecidos por um sistema construído com tecnologia de banco de dados para computadores de grande porte e as ferramentas disponíveis atualmente, que incorporam digitalização de imagens e produção de documentos em formato eletrônico, incorporando os avanços tecnológicos obtidos durante esse tempo. *Workflow*⁶ e Gerenciamento Eletrônico de Documentos

5 Um sistema pode ser definido como um conjunto de elementos inter-relacionados que interagem entre si no desempenho de uma função, para atingir um objetivo determinado.

6 *Workflow*: ferramenta que permite gerenciar o encaminhamento de documentos e providências segundo um fluxo de trabalho pré-definido.

(GED)⁷ são ferramentas avaliadas fora do contexto do Sistema de Protocolo.

Atualmente, todos os serviços de protocolo estão informatizados e dispõem de microcomputadores, acesso à internet e oferta do sistema em rede, como pode ser visto na Figura 1.

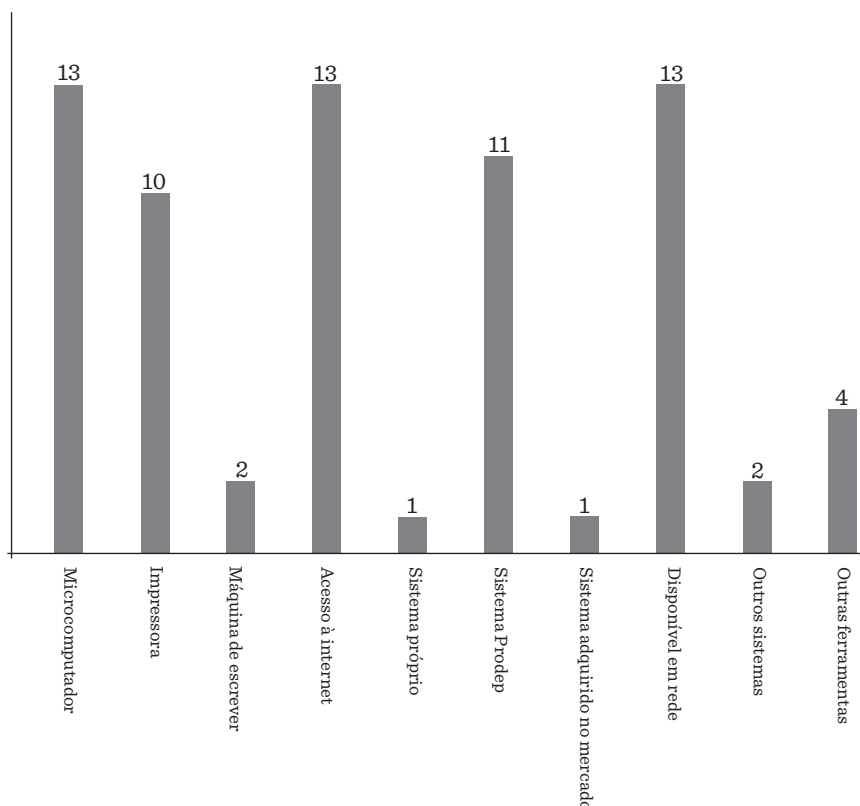


Figura 1: Recursos informacionais disponíveis nos serviços de protocolo

7 GED: “[...] conjunto de tecnologias utilizadas para organização da informação não-estruturada de um órgão ou entidade, que pode ser dividido nas seguintes funcionalidades: captura, gerenciamento, armazenamento e distribuição. Pode englobar tecnologias de digitalização, automação de fluxos de trabalho (*workflow*), processamento de formulários, indexação, gestão de documentos, repositórios, entre outras. Entende-se por informação não-estruturada aquela que não está armazenada em banco de dados, tal como mensagem de correio eletrônico, arquivo de texto, imagem ou som, planilhas etc.” (CONARQ, 2006).

Por outro lado, observa-se que o grau de utilização desses recursos restringe-se à execução de tarefas repetitivas, inerentes às atividades dos setores, havendo uma subutilização dos recursos de informática. Até mesmo aplicativos do pacote *Office* (*Word*, *Excel*, *Access*, agenda eletrônica etc.) deixam de ser utilizados por total desconhecimento das possibilidades que algumas ferramentas oferecem para apoiar a execução de inúmeras tarefas. Duas instituições utilizam máquina de escrever para preenchimento de capas de processo e fichas de controle.

Os serviços de protocolo ressentem-se da falta de orientação técnica para a realização de inúmeras atividades, cujos procedimentos vão se deteriorando ao longo do tempo, acabando por não atender às necessidades de informação para subsidiar as ações da Administração e o atendimento à sociedade. Apenas 05 entre 13 encarregados de protocolo declararam ter disponível algum tipo de instrução ou norma de serviço e, embora todos utilizem sistema informatizado para registro e controle de documentos, somente 38% afirmam ter conhecimento da existência de um manual de procedimentos.

Essa situação não deixa de ser um reflexo da falta de regulação da própria atividade de gestão de documentos, carente de profissionais que dominem o conhecimento e a execução de atividades de administração de arquivos.

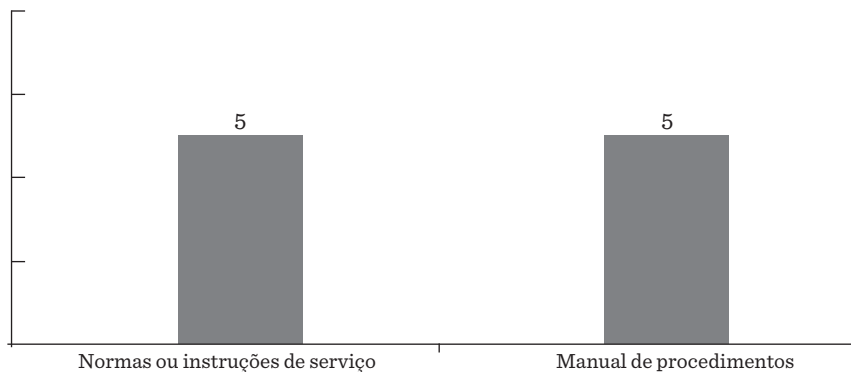


Figura 2: Normas e instruções nos serviços de protocolo

No início da década de 1990, o Governo da Bahia empreendeu uma ampla reforma administrativa objetivando adequar as estruturas organizacionais e os processos de trabalho aos novos princípios constitucionais, ressaltando que a Administração Pública Estadual, direta, indireta e fundacional, “[...] destina-se a servir à sociedade que lhe custeia a manutenção e a obediência aos princípios de legalidade, impessoalidade, moralidade e publicidade.” (BAHIA, 1991).

O artigo 3º da Lei 6.074/91 previa que, na gestão do serviço público, deveria ser observada, entre outras, a seguinte diretriz: “[...] a eliminação e a redução de formalidades para o acesso e a obtenção da prestação pública, sendo mantidos, tão somente, os controles e formalidades absolutamente imprescindíveis” (BAHIA, 1991), o que implica também na reformulação de procedimentos de geração de documentos para o atendimento às demandas da Administração e do cidadão.

Nesse momento verifica-se uma ênfase no discurso de modernização do setor público, contando com a introdução das novas tecnologias de informação. A Saeb passa a comandar as ações de modernização da máquina pública com apoio das tecnologias digitais, em forte expansão durante a década de 1990, baseadas no tripé tecnologia, capacitação de pessoal e melhoria dos processos de trabalho.

Em 2002, através da Lei nº 8.485, é criada na estrutura da Saeb a Coordenação de Gestão de Tecnologias da Informação e Comunicação, com a finalidade de “[...] planejar, coordenar, promover, supervisionar, controlar e avaliar as ações de desenvolvimento e modernização tecnológica do setor público.” (BAHIA, 2002). Embora as tecnologias de informação exerçam um forte impacto sobre os serviços administrativos e, consequentemente, sobre a geração dos registros das atividades governamentais, não encontramos, nas atribuições dessa Coordenação, qualquer referência à integração das tecnologias de informação aos tradicionais serviços de arquivo. Todas as referências aos serviços prestados

pela Administração Pública são, agora, focadas na informação eletrônica e não mais nos documentos.

A implantação progressiva de ferramentas de correio eletrônico mudou a face das comunicações intersetoriais nos órgãos públicos, imprimindo maior rapidez na transmissão de mensagens, porém não se tem notícia de qualquer instrução normativa disciplinando o uso dessas ferramentas para tratamento dos assuntos oficiais. Nenhuma das instituições pesquisadas conta com uma política de gerenciamento de *e-mails* que permita o controle, acompanhamento e tratamento dos conteúdos desses documentos sob a égide do sistema de arquivos.

Da mesma forma, a produção cada vez maior de documentos em formato eletrônico, utilizando os recursos de processadores de texto e planilhas eletrônicas, aliada às facilidades de transmissão por sistemas de correio eletrônico, tem criado um imenso passivo de documentos não estruturados e administrados à margem do sistema de arquivo.

No que diz respeito ao uso de tecnologias digitais para substituição do suporte, entre as instituições participantes da pesquisa, apenas uma utiliza o recurso da digitalização para conservação e acesso à sua documentação finalística, através de uma ferramenta de GED, realizando esse trabalho *in house* e terceirizando a guarda dos dossiês em papel cuja natureza não permite eliminação. Entretanto, esse processo é realizado no final do ciclo de vida do documento, ou seja, a digitalização é feita para facilitar a consulta futura de processos encerrados, distante, portanto, das possibilidades de integração com o sistema de protocolo no início do ciclo documental.

Em vários órgãos foram identificadas ações pontuais para substituição dos suportes em papel por meio digital, porém essas ações não chegam a ser completamente viabilizadas, por carecer, justamente, de uma política interna que possa respaldar o grande investimento que essas soluções requerem.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A Bahia enfrentou enormes desafios para acompanhar os grandes avanços do final do século em direção à modernização das suas estruturas e da melhoria dos processos de gerenciamento da máquina pública. Apesar disso, há um forte componente cultural, baseado nos antigos modelos trazidos pela administração portuguesa, que se sobrepõem às propostas de modernização, impregnando os processos de trabalho dos velhos vícios da administração colonial.

Embora o parque tecnológico do Estado tenha sido ampliado sobremaneira nas últimas décadas, incorporando as novas tecnologias de comunicação e informação, o uso desses recursos ainda é feito de forma bastante precária justamente nas áreas que deveriam dispor de tecnologias de ponta, em linha de frente, integrando os recursos físicos ao tratamento dos conteúdos informacionais e a permanente capacitação de pessoal.

Ao separar os arquivos da questão informacional, a Administração Pública esconde o problema nos porões das instituições, alimentando um elevado grau de desconhecimento público do problema.

A simples possibilidade de acesso às tecnologias de informação não garante o acesso aos conteúdos informacionais produzidos pela Administração Pública, nem a sua conservação, mas, ao contrário, amplia as possibilidades de manipulação, à medida que essas tecnologias permitem maior acumulação de dados, seu processamento e, também, sua eliminação.

É importante ressaltar a questão informacional sob a ótica da tecnologia, porém não se pode deixar de associá-la às questões arquivísticas relacionadas às práticas governamentais, já que não é possível separar os arquivos da produção e uso de conteúdos informacionais, mesmo porque estes não podem mais prescindir das modernas tecnologias como suporte ao gerenciamento de

volumes cada vez maiores de documentos, sejam eles em papel ou em meio eletrônico.

REFERÊNCIAS

ALMINO, João. **O segredo e a informação**: ética e política no espaço público. São Paulo: Ed. Brasiliense, 1986. 118p.

BAHIA. Decreto nº 1.528, de 31 de agosto de 1988. Institui o regulamento do Sistema de Informática do Estado. **Diário Oficial do Estado**, 1 set.1988.

———. Decreto nº 4.194, de 14 de novembro de 1990. Institui o Sistema Unificado de Protocolo. Disponível em: <http://www.saeB.ba.gov.br/biblioteca_virtual/legislacao.asp>. Acesso em: 29 abr. 2010.

———. Secretaria da Administração. Instrução nº 04, de 07 de maio de 1985. Estabelece normas de organização de processos e expedientes no âmbito da Administração Pública Estadual. **Diário Oficial do Estado**, Salvador, 8 mai. 1985.

———. Lei nº 6.074, de 22 de maio de 1991. Modifica a estrutura organizacional da Administração Pública Estadual. Disponível em: <<http://www.ba.gov.br/>>. Acesso em: 10 mai. 2009.

———. Lei nº 8.485 de 13 de novembro de 2002. Altera a estrutura organizacional e de cargos em comissão da Secretaria da Administração e dá outras providências. Disponível em <<http://www.segov.ba.gov.br/sgv/legislacao.htm>>. Acesso em: 20 set. 2005.

BRASIL. Lei nº 8.159, de 08 de janeiro de 1991. Dispõe sobre a política nacional de arquivos públicos e privados e dá outras providências. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/LEIS/L8159.htm>. Acesso em: 29 abr. 2010.

CONARQ. **Modelo de Requisitos para Sistemas Informatizados de gestão Arquivística de Documentos – e-ARQ Brasil**.

Conselho Nacional de Arquivos. Versão 1, dez. 2006. Disponível em <<http://www.conarq.arquivonacional.gov.br/cgi/cgilua.exe/sys/start.htm>>. Acesso em: 29 abr. 2010.

COSTA, Célia Maria Leite. Intimidade versus interesse público: a problemática dos arquivos. **Revista Estudos Históricos**, Rio de Janeiro, v. 1, n. 21, 1998. Disponível em: <http://www.cpdoc.fgv.br/revista/asp/dsp_detalhe_artigo.asp?cd_artigo=245>. Acesso em: 13 mai. 2009.

FERREIRA, Aurélio Buarque de Holanda. **Novo dicionário da língua portuguesa**. 2. ed. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1986. 1860p.

JARDIM, José Maria. **Transparência e opacidade do Estado no Brasil**: usos e desusos da informação governamental. Niterói: EdUFF, 1999. 239 p.

SCHELLENBERG, Theodore Roosevelt. **Arquivos modernos**: princípios e técnicas. Tradução Nilza Teixeira Soares. Rio de Janeiro: FGV, 1973. 345 p.

TEIXEIRA, Maria das Graças Almeida. **Protocolo**: uma questão de arquivo corrente. UFBA/EBD, Salvador, 1990. 167p. Originalmente apresentada como monografia de curso de especialização, Universidade Federal da Bahia, [1988?].

Uma abordagem dialética da inteligência coletiva e da informação no ciberespaço

Inácio Szabó¹ inacio@reconcavotecnologia.org.br

INTRODUÇÃO

Este capítulo é resultante da dissertação de Mestrado apresentada em Agosto de 2008 ao Programa de Pós-Graduação em Ciência da Informação do Instituto de Ciência da Informação da Universidade Federal da Bahia, Brasil (PPGCI/UFBA), cujo objetivo foi a investigação de como se desenvolvem e se disseminam as comunidades virtuais (CV) do ciberespaço. Vinte CV foram investigadas, após a submissão de questionários para seus criadores e participantes, visando a identificar aspectos gerais e estratégias para estimular a interação e divulgar as comunidades. Buscamos refletir também sobre os processos informacionais que ocorrem nestas comunidades, a formação da inteligência coletiva e a possível contribuição das CV para a transformação humanista da sociedade e para a evolução à Sociedade do Conhecimento.

Neste capítulo, apresentamos a abordagem dialética adotada na pesquisa para a análise sobre o uso da internet pela sociedade.

1 Mestre em Ciência da Informação (PPGCI/UFBA). Coordenador de projetos do Instituto Recôncavo de Tecnologia. Bacharel em Engenharia de Computação (UNICAMP).

Para isso iniciamos por uma fundamentação teórica sobre esta abordagem, a partir de Marx e Engels (1982; 1985; 1986), Foulquié (1966), Fleischer (1978), Goldmann (1979), Trivinõs (1987) e Konder (2004). Além disso, será comentada a comparação realizada por Capra (1982) entre a dialética e outras abordagens alternativas, tais como a abordagem sistêmica e a filosofia do Livro das Transmutações, ou *I Ching*.

Em seguida, iremos analisar diferentes abordagens que ilustram as contradições da internet: a visão de “Supervia de Informação”, a qual é utilizada por grandes corporações para o comércio em escala planetária, mas também a visão de prática de comunicação cooperativa e comunitária, que possibilita a construção de conhecimento visando à transformação de cunho humanista da própria sociedade. Para fundamentar a análise, serão utilizados autores, como Dyer-Witheford (1999), Capra (2002), e Lévy (1998; 1999; 2001), além de outros autores, como Besser (1995) e Schiller (2000), que realizaram em seus trabalhos uma leitura crítica sobre as perspectivas da internet. Apresentaremos também a classificação de comunidades virtuais proposta na pesquisa, adaptada a partir de um enfoque sócio-humanista sobre o modelo de Henri e Pudelko (2003).

A partir da abordagem dialética materialista sobre a internet e o ciberespaço, pretende-se realizar uma reflexão acerca das ideias de Lévy e de Dyer-Witheford sobre a inteligência coletiva, propondo uma associação com o conceito de informação proposto por Silva (2006). Esta reflexão consiste em um dos objetivos alcançados no trabalho de pesquisa: analisar dialeticamente a hipótese de que a inteligência coletiva resulta das contradições características dos processos informacionais que ocorrem nas CV do ciberespaço.

A ABORDAGEM DIALÉTICA

O raciocínio dialético existe desde a Grécia antiga, embora naquele período estivesse mais relacionado à arte do diálogo, ou seja, à argumentação e à clareza dos conceitos envolvidos em uma discussão (KONDER, 2004). Diverge, portanto, da dialética de Hegel (1770–1831) e também da dialética de Marx (1818–1883) e de Engels (1820–1895), cujas obras ainda hoje influenciam as ciências sociais através de sua visão crítica da sociedade e do capitalismo.

Marx e Engels elaboraram o materialismo dialético a partir da dialética de Hegel, que:

[...] concebe todo o mundo da natureza, da história e do espírito como um processo, isto é, em constante movimento, mudança, transformação e desenvolvimento, intentando, além disso, pôr em relevo a conexão interna deste movimento de desenvolvimento. (TRIVIÑOS, 1987, p. 53).

Hegel, entretanto, era um teísta, e considerava que todos os fenômenos da natureza e da sociedade tinham sua base na Ideia absoluta.² Segundo Silva (2002), a separação entre a dialética de Hegel e a de Marx está na concepção radicalmente diferente que ambos instituem para a unidade pensamento/ação, conforme definições apontadas por Goldmann a respeito do valor necessário, isto é, da importância de cada um deles como elemento para a verdadeira transformação:

2 “[...] a realidade a que chamamos objetiva não passaria de uma manifestação da Idéia exteriorizada no mundo, sendo Deus, o ser que é por si mesmo, a alma ou espírito, a matéria ou o mundo, concebido como Idéia absoluta, quer dizer ‘como uma idéia que é por si mesma e em si mesma e não num espírito’. Para Hegel, portanto, a matéria não passa de uma manifestação do Espírito.” (SILVA, 2002, p. 19). Para entender as correlações entre a dialética hegeliana e marxiana, ver Foulquié, 1966, p. 47–73. O termo Idéia é grafado com inicial maiúscula em respeito aos textos originais de Hegel e de Foulquié.

A ação é um valor, pois é pela ação que se chega às condições de um pensamento conceitual claro e consciente, ao ‘em si e para si’, à realização do espírito absoluto; é a posição de Hegel. O pensamento claro e verdadeiro é um valor, pois é através dele que se podem estabelecer as condições de uma ação eficaz para transformar a sociedade e o mundo; é a posição de Marx. (GOLDMANN, 1979, p. 36).

Marx era materialista, mas a mistificação da dialética de Hegel, segundo Marx, “[...] em nada impede este filósofo de ter sido o primeiro a expor, de maneira completa e consciente, as formas gerais do movimento.” (MARX, 1892 apud FOULQUIÉ, 1966, p. 59).

Engels (1963) define a dialética como a ciência das leis gerais do movimento e desenvolvimento da natureza, da sociedade humana e do pensamento.

Isso quer dizer que tanto Marx quanto Engels reconheciam a contribuição das ideias de Hegel para a consolidação da dialética, embora considerassem que ela estivesse invertida, sendo necessário virá-la de ponta-cabeça para “[...] descobrir o cerne racional dentro do invólucro místico.” (MARX; ENGELS, 1985, p. 20-21).³

Segundo Triviños (1987), a concepção materialista apresenta três características importantes:

- a) todos os fenômenos, objetos e processos que se realizam são materiais, aspectos diferentes da matéria em movimento: é a materialidade do mundo;
- b) a matéria é anterior à consciência. Isto significa reconhecer que a consciência é um reflexo da matéria, que esta existe objetivamente, e que se constitui numa realidade objetiva;
- c) o mundo é conhecível, isto é, o materialismo prega que o homem pode conhecer a realidade gradualmente. No come-

3 Posfácio à Segunda Edição, escrito em 1873.

ço, apenas por sua qualidade. Somente depois de um processo de duração variável, o homem é capaz de conhecer a essência do objeto.

O materialismo dialético se constitui na base da filosofia marxiana, e une o método de investigação dialético a uma concepção materialista dos fenômenos da natureza.

De acordo com Fleischer (1978), Marx formalizou, na sua dialética, a autodinâmica do capitalismo, ao realizar a compreensão do existente, de sua negação, do seu declínio necessário e a forma modificada do fluxo de movimento. Ainda conforme o autor,

[...] quando Marx afirma que a sua dialética é crítica e revolucionária por sua própria natureza, tal afirmação não parte de uma essência geral da dialética, mas de uma determinação situacional e de uma análise motivacional concreta e social. (FLEISCHER, 1978, p. 76).

Para o materialismo dialético, a fonte do desenvolvimento das formações materiais está no próprio interior dessas formações. A contradição é a fonte genuína do movimento, do processo de transformação. Na dialética, a unidade dos contrários consiste no fato de que estes não podem existir de forma independente, e a luta entre os contrários significa o movimento. Entendemos, assim, o conceito engelsiano da dialética como a ciência das leis gerais do movimento.

Optamos em nosso trabalho de pesquisa por uma abordagem dialética materialista por entendermos que o uso da tecnologia (a internet) pela sociedade é contraditório. Sua apropriação pelo “informacionalismo”⁴ na chamada Sociedade da Informação favo-

4 Modo de desenvolvimento do estágio atual do modo de produção capitalista. No modo informacional de desenvolvimento, a fonte de produtividade está na forma de circulação e processamento de dados digitais. (CASTELLS, 1999).

rece suas relações de produção. Ao mesmo tempo, nos agregados sociais constituídos no ciberespaço, podem ocorrer processos informacionais⁵ que possibilitam a construção de conhecimento, e contribuem para a transformação humanista da sociedade.

Entendemos esta transformação humanista da sociedade como uma evolução para a Sociedade do Conhecimento, como propôs a Unesco (2005)⁶. Esta evolução da sociedade seria, portanto, uma interferência no modo de produção, de forma a estabelecer uma postura crítica que conduza à construção de relações mais justas e humanistas entre as pessoas, e mais ecológicas com a natureza e o meio ambiente.

Um dos autores que contribuíram para nosso entendimento da dialética foi Capra (1982), que, embora tenha optado por uma outra abordagem, comentou sobre a possibilidade de utilização da dialética em seu estudo sobre a transição da sociedade ocidental para uma era que o autor denominou a “idade solar”.

Capra (1982) realizou um profundo estudo sobre a crise da sociedade ocidental e as transformações sociais iniciadas nas últimas décadas do século XX, abordando questões e apresentando alternativas nos campos das relações econômicas, humanas e ambientais, que contribuem para a transformação da sociedade. O autor utilizou em seu estudo uma abordagem baseada na concepção sistêmica dos fenômenos e também no *I Ching* chinês, ou o *Livro das Mutações*.⁷ Vamos comentar, a seguir, estas abordagens, sua convergência e distanciamento em relação à abordagem dialética.

.....
5 Para um aprofundamento sobre o conceito de informação como processo de ampliação da consciência acerca da possibilidade de conhecer e agir em um contexto social, ver Silva (2006).
.....

6 A Unesco considera a Sociedade do Conhecimento como uma evolução da Sociedade em Rede (ou Sociedade da Informação), que propicia uma melhor tomada de consciência dos problemas mundiais.
.....

7 Para um maior aprofundamento sobre o *I Ching*, ver Whilhelm (1996).

A concepção sistêmica baseia-se em uma visão de mundo fundamentada na inter-relação e interdependência essencial entre todos os fenômenos. Capra utilizou esta abordagem como uma alternativa ao pensamento mecanicista, cuja influência sobre o modelo científico e cultural ocidental é compreendida em seu estudo como um dos principais fatores da atual crise por que atravessa a nossa sociedade. Embora consideremos importante a contribuição da concepção sistêmica, ela é passível de crítica quanto à objetividade na compreensão dos fenômenos sociais. Uma destas críticas foi realizada por Adorno, em 1961, ao comparar o conceito dialético de totalidade à teoria sistêmica. Adorno afirmou que

[...] as teorias sistêmicas positivistas procuram meramente sintetizar de forma não contraditória suas afirmações sobre o real, situando-as em um contínuo lógico, sem reconhecer os conceitos estruturais mais elevados como condições dos fatos a eles subsumidos. (ADORNO, 1973 apud FREITAG, 1986, p. 51).⁸

Já o *I Ching*, que descreveremos a seguir, tem aproximações com a abordagem dialética, e por isso a associação realizada por Capra entre esta filosofia e a concepção sistêmica não nos parece muito harmônica, embora isto não descaracterize os resultados de seu estudo.

Os filósofos chineses compreendiam a realidade (*Tao*) como um processo contínuo de mudanças, manifestadas pela interação dinâmica dos polos arquetípicos *yin* (receptivo, contrátil, conservador) e *yang* (expansivo, agressivo, exigente). Capra observou uma similaridade entre a dialética e o *I Ching*, e identificou que

8 O trabalho de Adorno intitulado “Notas de Literatura” foi originalmente publicado na Alemanha em 1961. Somente em 1973 foi publicado em português no Brasil.

a dialética poderia ser uma alternativa de abordagem para seu estudo. O autor destacou, porém, que a dialética marxiana prega a luta de classes como mola propulsora da história, enquanto que o *I Ching* entende a mudança como movimento cíclico e espontâneo de oscilação entre forças opostas, não baseado na luta ou no conflito. Por dar preferência a uma abordagem que prioriza a cooperação e que minimiza o conflito social, Capra optou por adotar o *I Ching* como abordagem em seu estudo, em lugar da abordagem dialética.

Acreditamos que haja, de fato, conforme sugere Capra, pontos de aproximação entre a dialética marxiana e o *I Ching*. Porém, sua interpretação de que há uma divergência significativa entre o conceito materialista dialético de luta de classes e a interação dinâmica entre os polos opostos do *I Ching* nos parece questionável. Entendemos que talvez exista entre essas abordagens uma compatibilidade maior do que julga Capra. Para ilustrar este entendimento, reproduzimos abaixo o texto de Triviños acerca da interpenetração dos contrários no materialismo dialético:

Os opostos estão em interação permanente. Isto é o que constitui a contradição, ou seja, a luta dos contrários [...] O fato de que os contrários não podem existir independentemente de estar um sem o outro constitui a unidade dos contrários. Dialeticamente, tanto na luta como na unidade existe movimento. Na luta, o movimento é absoluto; na unidade, relativo. Os contrários interpenetram-se porque em sua essência têm alguma semelhança, alguma identidade, que se alcança quando se soluciona a contradição, quando se realiza a passagem dos contrários de um para o outro. (TRIVIÑOS, 1987, p. 69).

Para nós, a comparação entre a dialética e o *I Ching* exigiria um estudo específico e aprofundado de ambas as abordagens, que estava fora do escopo da pesquisa desenvolvida durante o Mestrado.

Registramos, no entanto, que a argumentação de Capra a respeito da sociedade emergente e da abordagem adotada em seu estudo foi de grande contribuição para a nossa reflexão a respeito das transformações sociais e do papel da tecnologia neste processo.

A VISÃO DIALÉTICA DO USO DA INTERNET PELA SOCIEDADE

Dyer-Witheford (1999) defende a tese de que as tecnologias de comunicação e informação (TIC) modernas, um dos elementos emblemáticos da Sociedade da Informação, ao mesmo tempo em que possibilitam um fluxo mundial de capital, poder e cultura, favorecem também o surgimento de comunidades que se integram através de fluxos informacionais para atuar em escala global em relação aos problemas de nossa sociedade.

Em outras palavras, o autor identifica uma contradição no uso da tecnologia pela sociedade contemporânea que, ao impulsionar o modelo transnacional do capitalismo, cria também um ambiente propício para o fortalecimento dos movimentos sociais que irão contestar e propor alternativas a este modelo socioeconômico.

Dyer-Witheford destaca que Marx apresentava em sua obra mais de um ponto de vista a respeito da tecnologia. Conforme o autor, Marx considerava que as inovações tecnológicas nos transportes e nas comunicações no século XIX, tais como o telégrafo, o navio a vapor e as estradas de ferro, eram elementos que contribuíam para o sistema de dominação, ampliando a exploração dos trabalhadores para escalas nacionais e fortalecendo o intercâmbio do capital para dimensões além da possibilidade de intervenção humana.

Em outros momentos, como em *O Manifesto Comunista*, Marx apontava a possibilidade de integração de trabalhadores de diferentes localidades, através da utilização dos meios de comunicação que surgiram na época. Marx sugeria que este aspecto integrava um

processo no qual as próprias armas construídas pelo capitalismo seriam apropriadas pela classe trabalhadora moderna, forjando, então, elementos que poderiam conduzir ao fim do capitalismo (MARX, 1969 apud DYER-WITHEFORD, 1999).

Dyer-Witheford argumenta que, ao mesmo tempo em que a globalização transformou quase todas as atividades da sociedade em relações de comércio e lucro, os movimentos sociais transcendiram o ambiente fabril exposto por Marx e passaram a defender causas que vão além da questão do trabalho, atuando também na luta por direitos sociais, raciais e preservação ambiental. Nos últimos anos, estes movimentos sociais vêm fazendo uso do potencial de comunicação coletiva do ciberespaço; porém ainda sofrem de problemas associados à fragmentação e separação.

É esta visão dialética das contradições do uso da tecnologia, e mais especificamente da internet, que queremos adotar para analisar os processos informacionais nas comunidades virtuais e embasar a reflexão acerca da inteligência coletiva formada no ciberespaço.

Na próxima seção iremos comentar sobre a apropriação da internet pelo uso corporativo e pelos grupos de mídia e entretenimento que a invadiram como uma oportunidade de marketing planetário. Em seguida, iremos comentar o uso comunitário do ciberespaço para a construção de conhecimento a partir da interação coletiva, a classificação de comunidades virtuais proposta na pesquisa e o conceito de Comunidades Virtuais de Conhecimento.

A internet na visão “supervia de informação”

Diversos autores destacaram que, após seu uso militar original como ARPANET, a internet foi inicialmente construída a partir de um movimento social cooperativo e auto-organizado, basea-

do em iniciativas locais, alheio à ação das grandes corporações⁹. Conforme observado por Dyer-Witheford, a internet surgiu seguindo padrões democráticos de comunicação, tais como a liberdade de uso e expressão, múltiplos centros de distribuição e acesso gratuito ou a custo simbólico para uma grande quantidade de pessoas através de universidades espalhadas por todo o mundo.

O seu sucesso nos meios acadêmicos e a proliferação dos ideais da Sociedade da Informação, no início dos anos 1990, atraíram o interesse do governo norte-americano e das grandes corporações para a internet. Foi em 1994, durante a primeira gestão Clinton na presidência dos Estados Unidos, que foi criado o projeto “*Information Highway*”, ou Supervia de Informação, que consistia em uma rede digital de alta velocidade, visando a integrar computadores, telefones e televisores de todos os lares americanos, em uma rede construída e operada de forma privada. Al-Gore¹⁰, então vice-presidente dos Estados Unidos, declarou à época que “[...] a nova forma de comunicação iria divertir e informar. Além disso, iria educar, prover a democracia e salvar vidas, criando empregos.” (GORE, 1993). Dyer-Witheford destacou que o anúncio do projeto “Supervia de Informação” coincidiu com uma grande movimentação de empresas de telecomunicações e provedores de conteúdo, todos eles interessados em participar do projeto, em uma espécie de reedição da “corrida do ouro”.

Besser (1995), em seu artigo sobre a Supervia de Informação, alertou que um dos riscos que ameaçava a internet é que viesse a ter o mesmo destino que a TV a cabo, que frustrou a expectativa de democratização do acesso à exibição de programas por gru-

9 Cf. Lévy (1999), Dyer-Witheford (1999) e Capra (2002).

10 Al Gore ganhou o prêmio Nobel da Paz em 2007 juntamente com o Painel Intergovernamental para Mudanças Climáticas (IPCC, na sigla em inglês), por sua participação em iniciativas que denunciam as mudanças climáticas e o aquecimento global.

pos regionais graças à disponibilidade e barateamento do meio de transmissão. Besser previu que assim como ocorreu com a TV a cabo, a rede mundial passaria a ser controlada por poucos grupos multinacionais, e se transformaria num monopólio de portais gigantescos, funcionando como feudos, que dificultariam a divulgação de conteúdo que não fosse de interesse de seus grupos controladores.

Passados mais de dez anos desde a publicação do artigo de Besser, a internet se tornou um negócio prioritário para os grandes *players* do capitalismo internacional, que investem maciçamente nesta tecnologia de comunicação. O conteúdo publicado na internet por esses grupos, bem como suas ofertas de produtos e serviços, estão vinculados a interesses econômicos muitas vezes dissociados da construção do conhecimento. Conforme Schiller:

A internet, por exemplo, é o meio mais recente de que as empresas dispõem para veicular suas propagandas. A América Online (AOL), o maior provedor da internet, é essencialmente um shopping center virtual, saturado de anúncios. Embora ofereça acesso a Web, seus 20 milhões de assinantes passam 84 por cento do tempo usando os serviços do próprio provedor, e só 16 por cento do tempo na internet aberta. (SCHILLER, 2000 apud CAPRA, 2002, p. 165).

A internet tornou-se, assim, não só um veículo no qual as grandes corporações da tecnologia da informação, da mídia e do comércio eletrônico podem conseguir lucros estratosféricos, mas também um meio em que capturam dados estratégicos de seus consumidores para traçar perfis através de ferramentas de monitoramento e coleta de dados.

A empresa Google, atualmente uma das organizações mais poderosas do mundo no negócio da internet, processa o conteúdo

de cada mensagem de usuário aberta através de sua ferramenta de correio eletrônico, o *gmail*, e apresenta ao lado da mensagem propagandas sobre temas associados a palavras-chave encontradas no texto. Embora afirme que estes dados não estão sendo registrados ou utilizados para outras finalidades, esse exemplo demonstra a falta de privacidade dominante na internet, e principalmente a possibilidade de controle do conteúdo informacional circulante pelos detentores das principais ferramentas e infraestrutura utilizadas. Vale, nesse caso, a metáfora da Supervia de Informação. A Supervia permite que trafeguem por ela os dados de todo o mundo, desde que se pague o pedágio aos seus detentores, na forma de um sistemático processo de manipulação e direcionamento ideológico na formação de opinião, e, por conseguinte, de elementos de constituição da consciência humana, pelo discurso corporativo.

Sob esse ângulo, a migração das grandes corporações de comércio, mídia e entretenimento para a internet fizeram com que a rede mundial de computadores se assemelhasse aos meios de comunicação tradicionais, tornando-se mais um veículo da indústria cultural e da mercantilização da sociedade, beneficiando-se inclusive da possibilidade de mapeamento do perfil e hábitos dos usuários, a partir do histórico de seus movimentos pela rede. Por outro lado, o ciberespaço, construído como um movimento social sobre a infraestrutura tecnológica da internet, constitui-se em uma “arena de contradições”, como afirma Dyer-Witheford. A interação coletiva da qual ele se nutre possibilita sua diferenciação em relação aos outros meios de comunicação de alcance global, e até mesmo do modelo de Supervia de Informação almejado pelas grandes corporações.

A internet como prática de comunicação interativa e comunitária – as comunidades virtuais

A contradição presente no ciberespaço não está na utilização dos

mecanismos e ferramentas interativas da internet para reforçar a lógica do capitalismo global e seus fluxos de capital. A contradição está no fato de que a utilização de tais mecanismos e ferramentas promove interação na construção de representações no interior de processos informacionais que, por seu turno, acabam por favorecer a ampliação da consciência humana acerca da possibilidade de conhecer – questionando, portanto, a lógica capitalista e os problemas de nossa sociedade – e de agir, com o propósito de transformar a sociedade por meio de um movimento de superação destes problemas.

Por sua possibilidade de interação social coletiva e em escala global, o ciberespaço permite que estes processos informacionais ocorram, como afirma Lévy (1999), independente da localização geográfica e dos vínculos institucionais dos indivíduos, constituindo comunidades virtuais baseadas em afinidades de interesses, em processos de troca de saberes entre os participantes. Quando os interesses que motivam a agregação dos indivíduos nestas comunidades se relacionam a questões sociais, de saúde pública, distribuição de renda, ou à preservação ambiental, entendemos que se caracteriza a contribuição das comunidades virtuais para uma evolução à Sociedade do Conhecimento.

Em nosso trabalho de pesquisa, julgamos necessário definir um conjunto abrangente de comunidades virtuais para investigação, com o intuito de observar possíveis contradições e semelhanças no desenvolvimento de diferentes tipos de comunidades. Desta forma, evidenciou-se a necessidade de adotar um modelo de classificação que nos respaldasse quanto aos critérios de seleção das comunidades virtuais a serem investigadas.

A escolha do modelo de Henri e Pudelko (2003) como referência para a classificação se deu pelo fato dos autores associarem tipos de CV a diferentes formas de aprendizado, baseando-se na teoria social do aprendizado de Wenger (1998) e por ele aplicada

às comunidades de prática. Henri e Pudelko utilizaram como critérios para sua classificação a intenção de formação da comunidade virtual e o nível de envolvimento entre os participantes. O modelo proposto pelos dois autores é composto de quatro tipos de comunidades, como pode ser visto na Figura 1. Cada um desses tipos de comunidades estaria respectivamente num nível mais evoluído em relação ao anterior quanto ao envolvimento entre os participantes e à intenção de formação da CV:

- a) Comunidades de Interesse (CI): é um agregado de pessoas reunidas em torno de um tema de interesse comum. Seus membros participam da comunidade para ampliar o conhecimento por meio da troca de saberes. O objetivo da comunidade de interesse não é dirigido para a produção coletiva, o aprendizado obtido neste tipo de comunidade é mais individual do que coletivo;
- b) Comunidades de Interesse Orientadas a Objetivos (CIO): comunidades que surgem com o intuito de realizar um projeto, visando ao atendimento de uma necessidade específica, e cujos participantes não são agregados de forma aleatória. Uma comunidade deste tipo reúne especialistas recrutados em função de suas competências e, geralmente, tem o seu ciclo de vida associado ao prazo do projeto;
- c) Comunidades Educacionais (CE): é constituída “por alunos de uma mesma classe, de uma mesma instituição ou geograficamente dispersos” (HENRI; PUDELKO, 2003, p. 481). O objetivo deste tipo de comunidade é o aprendizado através do relacionamento social. Diferente dos outros tipos de comunidades apresentados nesta classificação, a construção do conhecimento em uma comunidade educacional se dá através da orientação de um professor, e está relacionada aos objetivos de um programa educacional;

- d) Comunidades de Prática (CP): são constituídas por pessoas que, no mundo real, já realizam as mesmas atividades profissionais ou compartilham as mesmas condições de trabalho e que tem na comunidade uma oportunidade de aperfeiçoar suas práticas, reafirmar sua identidade profissional e contribuir para a própria comunidade.

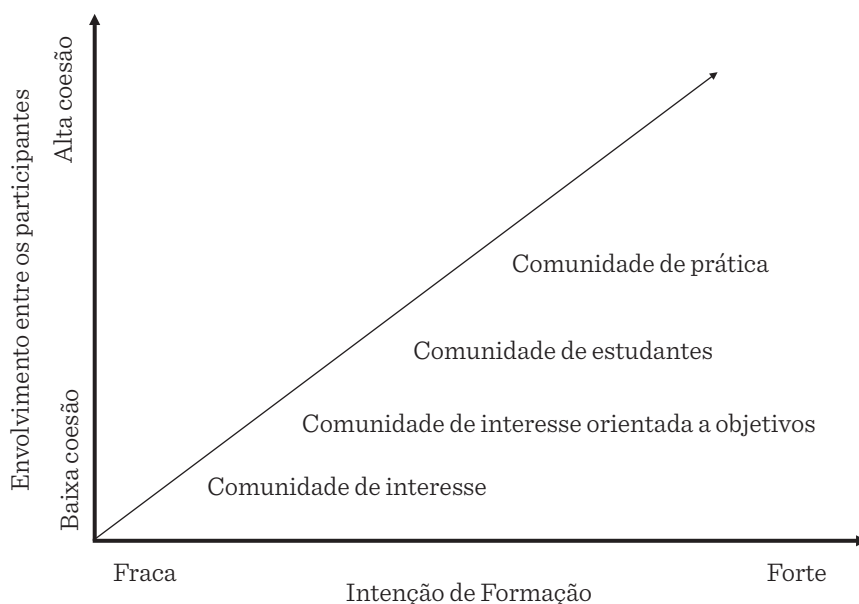


Figura 1: Tipos de CV de acordo com os critérios de classificação de Henri e Pudelko (2003)

Fonte: Henri; Pudelko, 2003, p. 476 (Tradução nossa).

Assim como Wenger criou o termo comunidades de prática e analisou sua influência nas organizações, Henri e Pudelko destacaram em sua classificação o envolvimento corporativo e a intenção de formação de CV como aperfeiçoamento da prática profissional dos participantes. Nesse ponto discordamos do modelo de classificação proposto pelos dois autores.

O enfoque sócio-humanista da pesquisa fez com que propuséssemos uma revisão do modelo de Henri e Pudelko, incluindo as Comunidades Virtuais de Conhecimento (CVC) na classificação. Estas seriam CV cujo envolvimento entre os participantes está associado ao senso de cidadania, e cuja intenção de formação está relacionada ao compromisso de transformação da sociedade. A proposta de revisão do modelo de Henri e Pudelko, que resultou no modelo de classificação de CV adotado na pesquisa, pode ser visto na Figura 2. Comparando ao modelo de Henri e Pudelko, este modelo proposto apresenta uma nova configuração axial, a inclusão das Comunidades Virtuais de Conhecimento (CVC) no ponto mais alto da escala, e um reposicionamento das Comunidades Educacionais (CE), “à frente” das Comunidades de Prática, com base em resultados obtidos na própria pesquisa de campo realizada.

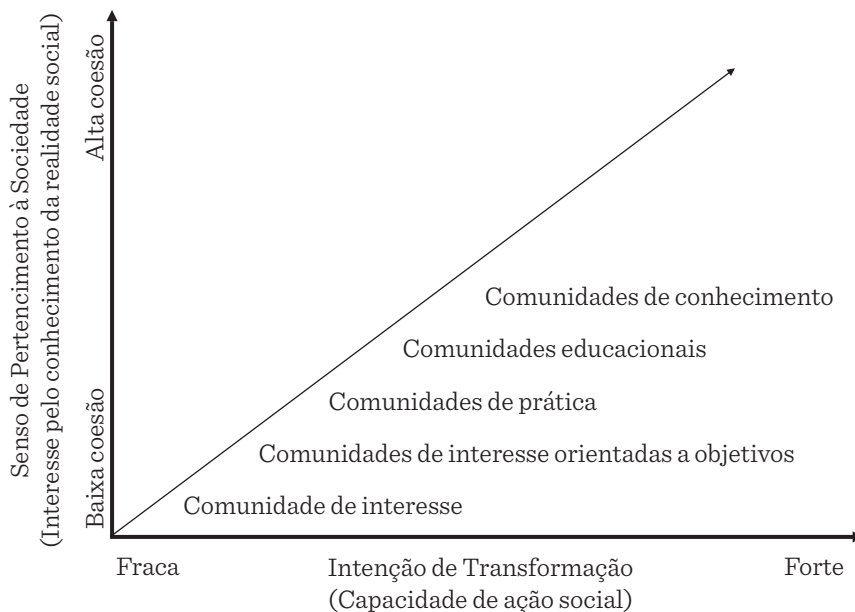


Figura 2: Diferentes tipos de CV de acordo com seus vínculos sócio-humanistas (desenvolvida com base em Henri e Pudelko, 2003)

Segue abaixo um resumo dos temas das 20 CV selecionadas para a pesquisa de campo realizada, divididas entre os tipos previstos pela classificação adotada:

- a) quatro Comunidades de Interesse (CI), relativas às áreas de cinema, medicina alternativa, fotografia e plantas medicinais;
- b) uma Comunidade de Interesse Orientada a Objetivos (CIO), relativa ao estudo e análise do estatuto da pessoa com deficiência;
- c) quatro Comunidades Educacionais (CE), relativas aos estudos escolares da cultura regional brasileira, gestão ambiental, preservação de rios (ecologia), e matemática;
- d) cinco Comunidades de Prática (CP), nas áreas de gestão do conhecimento, meteorologia, formação de professores de Artes, ensino à distância, e intranets e portais;
- e) seis Comunidades Virtuais de Conhecimento (CVC), nas áreas de mídia independente, movimento feminino negro, debates sobre o 3º setor, segurança, cidadania, campanhas de trabalho voluntário, e defesa do meio-ambiente.

Na dissertação, apresentamos e discutimos os resultados obtidos durante a pesquisa de campo realizada entre agosto e outubro de 2007, tendo sido obtidas 17 respostas ao questionário para criadores de CV e 111 respostas de participantes pertencentes a 18 comunidades. A partir da observação das comunidades e das respostas aos questionários, analisamos aspectos gerais das CV investigadas, aspectos relativos ao desenvolvimento e divulgação das comunidades e verificamos também a classificação de CV adotada.¹¹

11 Cf. Szabó, 2008.

INTELIGÊNCIA COLETIVA E INFORMAÇÃO NO CIBERESPAÇO

Lévy foi um dos primeiros filósofos a se dedicar a uma reflexão sobre a tecnologia emergente da internet e seu trabalho vem contribuindo de forma significativa para o que hoje se discute a respeito dos desdobramentos resultantes desta tecnologia para nossa sociedade.

O enfoque que demos para a inteligência coletiva divergiu em alguns aspectos do proposto por Lévy, o que consideramos salutar para o processo de construção de conhecimento científico. Suas ideias serviram, contudo, como base para nossa reflexão crítica, na qual nos baseamos também em ideias de autores que utilizam a abordagem dialética, como um contraponto enriquecedor para esta reflexão sobre a inteligência coletiva.

Lévy afirma que o crescimento do ciberespaço está associado a três fatores: a interconexão, a construção de comunidades virtuais e a inteligência coletiva. A construção de CV é o próprio tema de nossa pesquisa.

A interconexão, para Lévy (1999, 2001), é um movimento contínuo sem fronteiras, ligado à expansão da consciência. Embora estejamos tratando da interconexão virtual através das redes eletrônicas, Lévy generaliza esse movimento para todas as formas possíveis de transporte, comunicação e mídia, que ocasionam o retraimento do espaço comum humano.

Lévy afirma que o ciberespaço se constitui cognitivamente através dos processos de inteligência coletiva. Reproduzimos, a seguir, alguns questionamentos do autor a respeito do modelo que define a inteligência coletiva, e que contribuem como um ponto de partida para a reflexão a respeito do conceito:

A inteligência coletiva constitui mais um campo de problemas do que uma solução. Todos reconhecem que o melhor uso

que podemos fazer do ciberespaço é colocar em sinergia os saberes, as imaginações, as energias espirituais daqueles que estão conectados a ele. Mas em que perspectiva? De acordo com qual modelo? Trata-se de construir colméias ou formigueiros humanos? [...] A inteligência coletiva é um modo de coordenação eficaz na qual cada um pode considerar-se como um centro? Ou, então, desejamos subordinar os indivíduos a um organismo que os ultrapassa? [...] Cada um dentre nós se torna uma espécie de neurônio de um mega-cérebro planetário ou então desejamos constituir uma multiplicidade de comunidades virtuais nas quais cérebros nômades se associam para produzir e compartilhar sentido? (LEVY, 1999, p. 131).

O próprio Lévy já havia respondido, anteriormente, a parte dessas questões, ao afirmar que, embora as formigas sejam animais irracionais, sua interação produz um comportamento globalmente inteligente. Entretanto, o formigueiro está dividido em uma estrutura rígida de castas, o que faz dele um exemplo contrário ao que o autor entende como a inteligência coletiva, porque esta depende da colaboração das consciências humanas.¹²

A respeito desta comparação entre o comportamento do animal e do homem, Kofler (1964 apud FLEISCHER, 1978) esclarece que, enquanto o animal luta pela conservação da vida, o homem transforma a disposição congênita (a ameaça da morte), utilizando a sua inteligência consciente, para um desenvolvimento sempre progressivo, tanto social como individual, em força propulsora do processo histórico.

12 O trabalho de Lévy intitulado “A Inteligência Coletiva” foi originalmente publicado na França em 1994. Somente em 1998 foi publicado em português no Brasil (Cf. LÉVY, 1998).

Lévy afirma ainda que, assim como os psicólogos perceberam que o espírito é uma imensa rede associativa de representações, o ciberespaço pode ser considerado uma rede similar na escala da humanidade que, pela quase ausência de censura e da autocensura, permite descobrir

[...] uma espécie de objetivação do espírito humano, que contém tudo que o ocupa: sexo, agressão, apetite de ganho, amizade, amor, beleza, conhecimentos [...] a imensidade do espírito humano sobre todas as suas facetas. (LEVY, 2001, p. 107).

Para o autor, o processo global de cooperação que se constitui no ciberespaço é superior a todos os indivíduos e a todos os neurônios. E este seria um momento de nossa história em que “[...] podemos ultrapassar os egoísmos a fim de desenvolver nossa inteligência coletiva e expandir nossa consciência.” (LEVY, 2001, p. 188).

Embora estejamos de acordo com todas as afirmações feitas por Lévy sobre a inteligência coletiva descritas até aqui, discordamos, no entanto, quando o autor afirma que “a inteligência coletiva [...] torna-se uma economia de mercado ampliada”. (LEVY, 2001, p. 60). Ou quando associa elementos da globalização e do liberalismo do século XX à inteligência coletiva, como pode ser observado no trecho a seguir:

Podemos acompanhar o surgimento de uma inteligência coletiva da humanidade global desde o século XVI. Esse movimento se acelera na última década do século XX, com o início da unificação política do planeta, o sucesso das abordagens liberais, a fusão da comunidade universitária e da indústria, a explosão do ciberespaço e a virtualização da economia. (LEVY, 2001, p. 123).

O que questionamos em Lévy é a conexão entre o ciberespaço e o liberalismo na formação da inteligência coletiva, por meio da qual, segundo o autor, poderíamos superar nossos egoísmos e expandir nossa consciência através do ciberespaço. Como poderemos construir uma sociedade baseada em relações de cooperação, se a inteligência coletiva não se caracterizar como parte de um movimento de transformação que se opõe ao modelo socioeconômico vigente?

Iniciamos essa reflexão a partir daquela que é, para Konder (2004), a essência do pensamento dialético, a décima primeira tese de Marx, contra Feuerbach (ou ‘sobre’ Feuerbach, para alguns autores): “Os filósofos trataram de interpretar o mundo de diferentes maneiras; o que importa é transformá-lo.” (MARX; ENGELS, 1986, p. 14).

Ao tentar associar o liberalismo econômico e a virtualização da economia à inteligência coletiva do ciberespaço, Lévy parece não considerar a questão apontada por vários autores¹³, que afirmam que a migração do capital para as redes eletrônicas contribuiu para o sucateamento de indústrias locais e o abandono de comunidades e, ao mesmo tempo, para a ocorrência de ataques especulativos a países emergentes, como o Brasil.

Segundo Castells (2003), os fluxos globais de capital conectam o necessário para cumprir as suas metas programadas e este processo levou, na maioria das vezes, ao desemprego e à deterioração da qualidade de vida da população de países periféricos. Por isso, não podemos considerar que a virtualização da economia esteja associada à formação de uma inteligência coletiva ou ao surgimento de uma sociedade mais evoluída.

Por sua vez, o neoliberalismo das últimas décadas do século XX se caracteriza, dentre outros aspectos, como afirma Dyer-Witheford, pelo uso das redes e da tecnologia por empresas mul-

13 Cf. Dyer-Witheford (1999), Capra (2002) e Castells (2003).

tinacionais e governos, como parte do processo de reestruturação e fortalecimento do capitalismo em escala mundial.¹⁴

Concordamos, assim, com a tese desse autor, que afirma que a inteligência coletiva está associada a um processo que subverte¹⁵ a subordinação da rede à mercantilização da sociedade, possibilitando seu uso para o fortalecimento de movimentos de transformação social que se integram através do ciberespaço, ligados à saúde, à ecologia, à educação e à igualdade étnica e social. Em nosso entendimento, a inteligência coletiva seria, portanto, uma formação coletiva que conecta os saberes e a criatividade humana em uma escala global, possibilitando a ação de transformação humanista da sociedade, que nos levará à Sociedade do Conhecimento.

Retomando a reflexão a respeito dos processos informacionais no ciberespaço, podemos, então, propor uma associação entre o conceito que adotamos de informação e o que entendemos como a inteligência coletiva.

Partindo do conceito proposto por Silva (2002, 2006), que define informação no universo digital como uma concatenação não linear, aleatória, de eventos e fenômenos, um processo essencialmente humano associado à ampliação da consciência acerca da possibilidade de conhecer e agir – entendemos que os processos informacionais no ciberespaço podem conduzir à ampliação da consciência humana a partir da inteligência coletiva constituída, resultante de um processo de conexão de saberes e de criatividade em escala global, que possibilita a ação social humanista transformadora.

14 Para uma análise da reestruturação do capitalismo nos E.U.A e Inglaterra a partir dos anos 1980, conhecida como reaganismo e tatcherismo, ver Dyer-Witheford (1999).

15 Utilizamos aqui a definição de subversão como ação visando a modificar os valores e instituições estabelecidas. Cf. Larousse (1999).

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Conforme afirmamos no início deste capítulo, a abordagem dialética prevê que os contrários estão em interação permanente, o que constitui a contradição. Da mesma forma, a visão dialética materialista do ciberespaço e da inteligência coletiva supõe que seu uso poderá pender para qualquer dos lados, como afirma Dyer-Witheford: caracterizar-se como mais uma prática de comunicação a serviço dos fluxos globalizados de capital ou, alternativamente, como um processo informacional em escala planetária, agregando o saber humano para a transformação da sociedade, como no caso das Comunidades Virtuais de Conhecimento.

Não se pretende elaborar aqui uma visão maniqueísta da globalização. Consideramos, entretanto, que a própria globalização é maniqueísta, ao não incluir toda a humanidade em sua lógica de integração. Acreditamos que um caminho possível para uma sociedade com relações mais justas e mais consciente de seus problemas, como seria, para a Unesco, a Sociedade do Conhecimento, pode ser aberto com a revisão e o aprofundamento do conceito de inteligência coletiva.

Entendemos que seja relevante agir para que esta vertente predomine no processo contraditório que, dialeticamente, caracteriza os opostos que participam do significado da inteligência coletiva. É desta forma que entendemos a importância do estudo, na área da Ciência da Informação, das comunidades virtuais e sua disseminação.

REFERÊNCIAS

BESSER, Howard. The Information SuperHighway: social and cultural impacts. In: Brook, James; Boal, Ian (eds.). **Resisting the virtual life:**

the culture and politics of information. San Francisco: City Lights Press, 1995. Disponível em: <<http://www.sims.berkeley.edu/~howard/Papers/brook-book.html>>. Acesso em: 29 abr. 2010.

CAPRA, Fritjof. **As conexões ocultas**: ciência para uma vida sustentável. São Paulo: Cultrix, 2002.

_____. **O ponto de mutação**. São Paulo: Círculo do Livro. 1982.

CASTELLS, Manuel. **A sociedade em rede**. São Paulo: Paz e Terra, 1999. v. 1.

_____. **A galáxia da internet**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2003.

DYER-WITHEFORD, Nick. **Cyber Marx**: cycles and circuits of struggle in high technology capitalism. Chicago: Illinois Press, 1999.

FLEISCHER, Helmut. **Concepção marxista da História**. Tradução de Maria do Carmo Viana. Lisboa: Ed. 70, 1978.

FOULQUIÉ, Paul. **A dialética**. Lisboa: Europa-América, 1966. (Coleção Saber).

FREITAG, Barbara. **A teoria crítica**: ontem e hoje. São Paulo: Brasiliense, 1986.

GOLDMANN, Lucien. **Dialética e cultura**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1979.

GORE, Al. [Sem título]. In: SUPERHIGHWAY SUMMIT ROYCE HALL, 1993, Los Angeles: UCLA. Disponível em <<http://www.uibk.ac.at/voeb/texte/vor9401.html>>. Acesso em: 29 abr. 2010.

HENRI, France; PUDELKO, Béatrice. Understanding and analyzing activity and learning in virtual communities. **Journal of Computer Assisted Learning**, [S.l.], p. 474-487, 2003.

KONDER, Leandro. **O que é dialética**. 28.ed. São Paulo: Brasiliense, 2004.

LARROUSE: grande dicionário Larousse Cultural da Língua Portuguesa. São Paulo: Nova Cultural, 1999.

LEVY, Pierre. **Cibercultura**. São Paulo: Ed. 34, 1999.

LEVY, Pierre. **A conexão planetária**: o mercado, o ciberespaço, a consciência. São Paulo: Ed. 34, 2001.

_____. **A inteligência coletiva**: por uma antropologia do ciberespaço. São Paulo: Loyola, 1998.

MARX, Karl; ENGELS, Friedrich. **A ideologia alemã**. São Paulo: Hucitec, 1986.

_____. **Obras escolhidas**. Em três tomos. Lisboa, Edições Avante, Moscou: Editorial Progresso, 1985.

_____. **Teses sobre Feuerbach**. Tradução de Álvaro Pina. Lisboa: Avante!, 1982. Disponível em: <<http://www.marxists.org/portugues/marx/1845/tesfeuer.htm>>. Acesso em: 29 abr. 2010.

SCHILLER, Dan. Internet Feeding Frenzy, Le Monde Diplomatique, edição em inglês, fevereiro de 2000. Disponível em: <<http://www.globalpolicy.org/socecon/tncs/aol1.htm>>. Acesso em: 29 abr. 2010.

SILVA, Rubens R.G. **Digitalização de acervos fotográficos públicos e seus reflexos institucionais e sociais**: tecnologia e consciência no universo digital. 2002. 282 f. Tese (Doutorado em Ciência da Informação) – PPGCI; UFRJ/IBICT, Rio de Janeiro, 2002. Disponível em: <<http://biblioteca.ibict.br/phl8/anexos/rubenssilva52002.pdf>>. Acesso em: 29 abr. 2010.

_____. Informação, Ciberespaço e Consciência. **Transinformação**. Campinas. v. 18, n. 3, p. 191-201, set./dez., 2006. Disponível em: <<http://revistas.puc-campinas.edu.br/transinfo/include/getdoc.php?id=386&article=181&mode=pdf>>. Acesso em: 29 abr. 2010.

SZABÓ, Inácio. **Comunidades virtuais de conhecimento**: informação e inteligência coletiva no ciberespaço. 2008. 135 f. Dissertação (Mestrado em Ciência da Informação) – Instituto de Ciência da Informação, Universidade Federal da Bahia, Salvador, 2008. Disponível em: <<http://www.reconcavotecnologia.org.br/sitenovo/portal/Portal.do?method=open&session=publicacoes&id=33>>. Acesso em: 29 abr. 2010.

TRIVIÑOS, Augusto N.S. **Introdução à pesquisa em ciências sociais**: a pesquisa qualitativa em educação. São Paulo: Atlas, 1987.

UNESCO. **Hacia las sociedades del conocimiento**. Paris: Ed. Unesco, 2005. Disponível em: <<http://unesdoc.unesco.org/images/0014/001419/141908s.pdf>> Acesso em: 29 abr. 2010.

WENGER, Etienne. **Communities of practice**: learning, meaning and identity. Cambridge: Cambridge University Press, 1998.

WILHELM, Richard. **I Ching**: o livro das mutações. São Paulo: Pensamento, 1996.

Alfabetização informacional: consciência e tecnologia na prática bibliotecária

Iole Costa Terso¹ iterso@ufba.br

INTRODUÇÃO

O presente texto é fruto das lucubrações integrantes da fundamentação teórica de pesquisa de mestrado concluída no semestre de 2009.2 no âmbito do Programa de Pós-Graduação em Ciência da Informação (PPGCI) do Instituto de Ciência da Informação da Universidade Federal da Bahia (ICI/UFBA).

Tendo em vista a oportunidade de repensar a dinâmica da interação humana no ambiente da biblioteca, este texto desenvolve uma compreensão dialética materialista da alfabetização informacional (AI), no âmbito do cotidiano do profissional bibliotecário, na condição de usuário de tecnologias digitais, identificando a correlação entre as meditações do educador Paulo Freire e do filósofo Álvaro Vieira Pinto, autores brasileiros.

Para discernir sobre a realidade material do bibliotecário, consideramos as mediações sociais embutidas nas técnicas, cada vez mais complexas, e a necessidade de uma atitude reflexiva, traduzidas nas propostas dos supracitados autores, a fim de explanar sobre o processo da AI.

1 Bibliotecária e documentalista do Sistema de Bibliotecas da Universidade Federal da Bahia. Mestra em Ciência da Informação (PPGCI/UFBA).

INFORMAÇÃO E FORMAÇÃO

A partir da diretriz conceitual dialética materialista baseada em Marx e Engels (1986) e em Foulquié (1966), Cheptulin (2004), Konder (2004), entre outros, observamos a existência de um estreitamento entre os sentidos de informar e formar. Podemos identificar essa relação quando Capurro e Hjørland (2007) examinam com atenção a etimologia de ‘informação’ e atinam para suas raízes latinas e origens gregas:

O *Thesaurus Linguae Latinae* (1900) dá referências detalhadas dos usos em latim de *informatio* e *informo* desde Virgílio (70-19 a.C.) até o século VIII. Existem dois contextos básicos, a saber, um tangível (*corporaliter*) e um intangível (*incorporaliter*) [...]. O contexto intangível diz respeito a usos morais e pedagógicos desde o II século d.C. e revelam não apenas a influência do cristianismo – Tertuliano (ca. 160-220 d.C.) chama Moisés de *populi informator* [sic]; ou seja, educador ou moderador de pessoas [...] (CAPURRO; HJORLAND, 2007, p. 156).

A inter-relação entre a informação e a Educação também pode ser reconhecida no importante documento norteador para políticas em Educação e parâmetros curriculares – o Relatório para a Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura (UNESCO) – da Comissão Internacional sobre Educação para o século XXI (DELORS et al., 1998), no qual são destacadas as capacidades de seleção e hierarquização, voltadas ao exercício do espírito crítico, valorizadas como estratégias de enfrentamento para os desafios das chamadas ‘sociedades de informação’. Para tanto, é requerida a aprendizagem ao longo de toda a vida (*Lifelong Learning*), fundamentada em quatro pilares: aprender a conhecer,

aprender a fazer, aprender a viver juntos, aprender a ser. O texto do documento afirma que

[...] as instituições culturais como os museus ou as bibliotecas tendem a reforçar as suas funções educativas, já não se limitando apenas a tarefas científicas ou de conservação do patrimônio. Por outro lado, o sistema escolar tende a cooperar mais com essas instituições. (DELORS et al., 1998, p. 115).

Outro documento importante, que indica o potencial educacional do ambiente das bibliotecas, é o Informe Mundial, *Hacia las sociedades del conocimiento* (UNESCO, 2005), no qual

A biblioteca – desde o bibliobus até o grande complexo arquitetônico contemporâneo [a recém-inaugurada Biblioteca de Alexandria] – seguirá sendo um pilar da circulação social dos conhecimentos e um fator de vitalidade para as redes de aprendizagem. Com efeito, suas funções cognitivas fazem dela uma organização de aprendizagem por excelência. (UNESCO, 2005, p. 73, tradução nossa).

Giraldo Giraldo, Otálvaro González e Moncada Patiño (2006) consideram os vínculos entre a Biblioteconomia e a Educação, propondo a construção de uma ‘pedagogia do conhecimento’ como resposta às exigências de aprender para a vida, em que estão implicadas todas as dimensões para a elaboração e uso da de conteúdos informacionais (acesso, análise, interpretação, avaliação, produção, entre outros). Trata-se de uma pedagogia que visa a redimensionar os encontros entre as duas áreas, promotora de uma aprendizagem integral e que atribua à informação um lugar vital no processo de produção e geração de novo conhecimento, com responsabilidade crítica e reflexão, conforme representada na Figura 1.

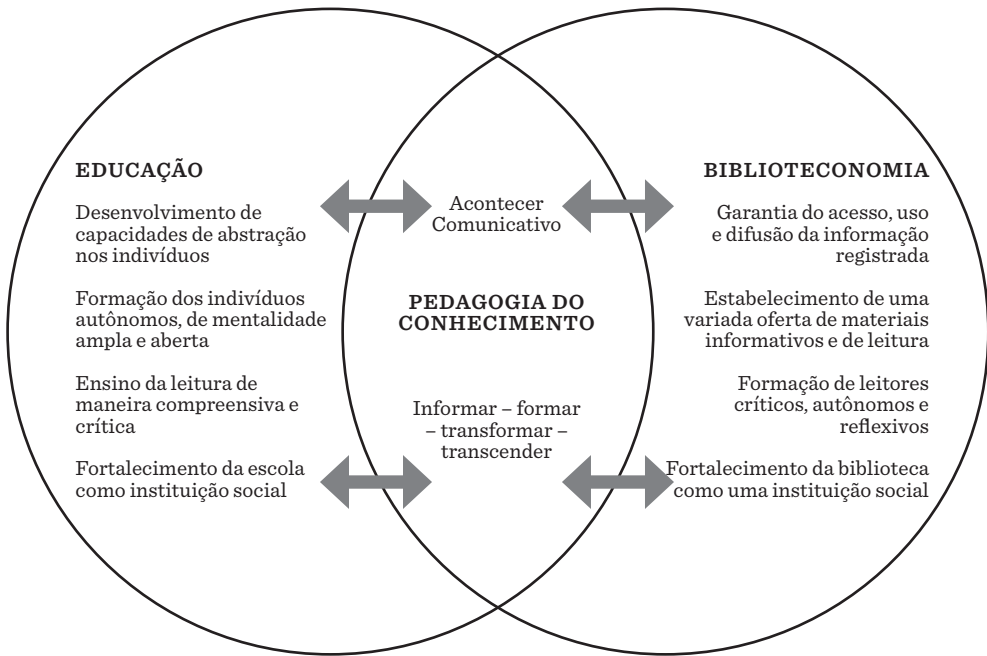


Figura 1 – Relações que fundam uma pedagogia do conhecimento pela Biblioteconomia e a Educação

Fonte: GIRALDO GIRALDO; OTÁLVARO GONZÁLEZ; MONCADA PATIÑO, 2006, p. 75, tradução nossa.

ALFABETIZAÇÃO INFORMACIONAL E CONSCIENTIZAÇÃO

Para nossa análise, a AI é tida como processo que envolve um emaranhado de relações sociais para sua origem e desenvolvimento. Entendemos que o conceito possui pontos convergentes com a filosofia e com a problemática do processo de alfabetização como conscientização, que Paulo Freire (1921 - 1997) traduz em sua trajetória teórica e prática.

Martí Lahera (2007) afirma que a AI pode contribuir para a garantia dos direitos políticos, sociais, econômicos e culturais dos sujeitos, mediante a formação de uma cultura informacional. Baseados nesse sentido, esclarecemos a adoção da expressão alfabetização informacional (ao invés de *information literacy* ou

competência em informação ou letramento informacional, entre outras), por encontrarmos uma aproximação do conceito com a teoria de Paulo Freire, pedagogo e filósofo da Educação brasileiro que, a partir da década de 1960, sistematizou e aplicou, nacionalmente e internacionalmente, o método para educação popular de alfabetização de jovens e adultos, obtendo resultados notórios.

Freire (1980) considera a educação como um ato de conhecimento. A categoria fundamental do método de alfabetização é a conscientização, processo contínuo que implica no comprometimento do sujeito pela transformação, devido à reflexão sobre o mundo. Para o autor, o processo de alfabetização implica a ultrapassagem da esfera espontânea de apreensão da realidade, para um estado crítico.

Segundo o autor, a alfabetização envolve necessariamente a conscientização e decorre da apreensão crítica da realidade na qual o homem assume uma posição epistemológica, baseada na relação consciência-mundo. “[...] A conscientização não pode existir fora da ‘práxis’, ou melhor, sem o ato ação-reflexão. Esta unidade dialética constitui, de maneira permanente, o modo de ser ou de transformar o mundo que caracteriza os homens.” (FREIRE, 1980, p. 26).

Mesmo que Freire não tenha nos elucidado sobre a alfabetização do ponto de vista informacional, identificamos uma proximidade da AI com o método do autor, tendo em vista nosso entendimento sobre o processo denominado informação. O conceito de informação que adotamos está associado, sem dúvida, à expansão da consciência política e social, mas especialmente à expansão do que chamamos de consciência informacional, traduzindo-se na reflexão crítica acerca da informação como processo capaz de ampliar as possibilidades de conhecer para agir (SILVA, 2006). Não é nossa intenção discorrer sobre Educação sob o enfoque informacional, mesmo porque o conceito de educação é reflexo do momento histórico, sendo que “A classe que domina materialmente é também a que domina com sua moral, a sua educação, e as suas idéias.” (PONCE,

2005, p. 171). Sob este prisma, preocupamo-nos com a ação empreendida a partir da expansão da consciência informacional, porque supomos, pelo nosso aporte teórico e prático, que, à medida que se consolida a AI, a ação é a consequência e a causa da transformação humanista ao redor do sujeito e no próprio sujeito da ação.

Podemos distinguir, com o auxílio da agudeza de raciocínio de Freire, que a AI, como processo de formação, relaciona-se não só à aquisição de habilidades e conhecimentos para localizar, avaliar e usar efetivamente a informação, mas também à reflexão cidadã para o exercício de direitos. Assim sendo, é necessário não só formar hábitos e atitudes morais positivos de compilação, acesso, recuperação, difusão, uso e geração de conteúdos informacionais, é imprescindível incorporá-los ao modo de fazer e pensar cotidianos (MARTÍ LAHERA, 2007).

SOBRE O ENTENDIMENTO DIALÉTICO DE TECNOLOGIA

Atestamos a evidente mudança qualitativa e quantitativa das transformações tecnológicas atuais e, com isso, o incremento da complexidade do acesso a conteúdos informacionais. Do nosso ponto de vista, o que estamos vivenciando no âmbito das transformações tecnológicas é o que Cheptulin (2004) chama de salto qualitativo gerado pelas lentas, discretas e contínuas mudanças quantitativas. O autor afirma que há, basicamente, dois tipos de saltos: os saltos que se produzem sob a forma de rupturas, e também aqueles que se desenvolvem gradualmente, pelo predomínio dos elementos da nova qualidade. A ruptura se dá brutalmente e por substituição, afetando todo o conjunto da qualidade. O salto gradual pode ser dado pela transformação paulatina e progressiva dos elementos da antiga qualidade. De acordo com Silva (2001, p. 168):

A tecnologia propõe mudanças, mas é a sociedade que vai fazer uso dessas tecnologias, logo, não se deve ter uma expec-

tativa demasiada elevada quanto a mudanças porque a velocidade da mudança social é substancialmente mais lenta que a mudança tecnológica. A mudança social não acontece, constrói-se. Um novo Éthos, o *Éthos da mediatização* tecnológica da comunicação, instalar-se-á progressivamente, envolvendo-nos de modo silencioso, subtil [sic], mas eficaz. É necessário estar atento para participar criticamente no processo.

O conceito de AI é frequentemente vinculado e até confundido com o que se explora como alfabetização digital, alfabetização informática, alfabetização em redes, alfabetização em meios eletrônicos e até hiper-alfabetização. A legislação sobre Educação Obrigatória na Espanha e o Parlamento Europeu (apud GÓMEZ HERNÁNDEZ, 2008, p. 60) adota esse cruzamento de conceitos, quando diz que a alfabetização digital é também informacional em sentido amplo, já que na sociedade atual se faz necessária a compreensão do que propõem as tecnologias para a vida privada, social e profissional. Neste sentido, faz-se necessária a capacidade de buscar, obter e tratar conteúdos informacionais, assim como de utilizá-los de maneira crítica e sistemática, avaliando sua pertinência, e comunicando-os de maneira adequada ao fim, aos destinatários e de modo responsável. Então, diante deste ambiente, torna-se desejável

[...] saber utilizar ferramentas para produzir, oferecer e compreender informação complexa e ter a habilidade necessária para acessar serviços baseados na Internet, buscá-los e utilizá-los, assim como saber utilizar as tecnologias no apoio ao pensamento crítico, à criatividade e à inovação, e ter interesse por participar em comunidades e redes com fins culturais, sociais ou profissionais. (GÓMEZ HERNÁNDEZ, 2008, p. 60).

Encontramos um sentido imanente ao de tecnologia na concepção de AI, pois, partindo da compreensão sobre alfabetização como processo de conscientização mediado pela realidade material do sujeito, percebemos que a capacidade de transformação da sociedade também está atrelada à vivência com a tecnologia. Numa leitura mais desatenta, pode parecer que nossas assertivas, ao relacionarem tecnologia com a AI, tendam a condicionar um processo ao outro ou a privilegiar o entendimento de AI como um conjunto de habilidades técnicas. Contudo, é necessário esclarecer que compreendemos o processo de AI relacionado à ação empreendida a partir do conteúdo informacional, em outras palavras, distinguimos o conceito de AI pela consideração das possibilidades de transformação social, estejam elas associadas ou não ao uso de tecnologias.

Nosso entendimento de tecnologia está baseado no pensamento de Álvaro Vieira Pinto (1909–1987), filósofo e matemático brasileiro cuja produção está ligada, principalmente, ao Instituto Superior de Estudos Brasileiros (ISEB), centro de estudos vinculado ao Ministério da Educação e Cultura, criado em 1955 e extinto pelo golpe militar de 1964. A obra selecionada para fundamentar nossa análise tem como principal interesse o exame crítico dos conceitos de tecnologia, trabalho e ciência na realidade brasileira, a partir da lógica dialética materialista, na qual o autor pretende desmistificar a percepção imediata da máquina, propondo uma nova abordagem e compreensão acerca do conceito de técnica².

Numa compreensão com capacidade de abstração mais elaborada, a tecnologia apresenta-se como campo original de estudo, considerada, conforme Vieira Pinto, como epistemologia da técnica, ciência que a abrange e que explora o produto da percepção

2 A obra de Vieira Pinto na qual baseamos nossa pesquisa, intitulada *O conceito de tecnologia*, foi mimeografada em 1973 e recém-descoberta na forma de 1.410 laudas datilografadas, minuciosamente corrigidas à mão pelo autor, e finalmente publicada em 2005, em dois volumes. A atemporalidade do pensamento do autor é assegurada quando ele esclarece que toda época possui a tecnologia a que pode ter acesso.

humana que retorna ao mundo em forma de ação, materializado em instrumentos e máquinas. De forma primordial, na sua análise, a tecnologia é indicada e deslindada como capaz de oferecer um conjunto de formulações teóricas, plenas de conteúdo epistemológico. Tal compreensão reflete a inerência, para o pensamento dialético, da associação entre a teoria e a prática.

O ponto de partida de Vieira Pinto (2005, v.1) é a observação da realidade segundo suas impressões do contexto nacional brasileiro e suas condições históricas particulares. Com esta perspectiva, o autor entrelaça ideias que indicam como o trabalho se constitui como mediador para um estágio de consciência crítica, que impulsiona o sujeito a refletir sobre a sua realidade.

Além do exposto, Vieira Pinto observa a gênese da máquina, inserida no processo histórico da sociedade, que incita a criação do engenho, porque provoca no homem a concepção da possibilidade de utilizá-lo para resolver uma contradição com a natureza. Assim, a máquina é construída já com uma contradição interna que se resolverá pela substituição por outra, mais perfeita, projetada para superar as eventuais deficiências do tipo que a antecede. Diz Vieira Pinto:

Desligada a técnica das bases do processo social produtivo, o que significa ao mesmo tempo desconhecer a inerência dela à ação racional do homem, converte-se em um fantasma filosófico, a respeito do qual podem contar-se as impressionantes histórias, algumas otimistas, outras terroríficas. A técnica torna-se não um substantivo, categoria gramatical, mas uma substância, categoria física, um ser, uma coisa. (VIEIRA PINTO, 2005, v. 1, p. 50).

Outro ponto importante da obra de Vieira Pinto é o entendimento que se concebe sobre o sentido ideológico que imbui o conceito de ‘era tecnológica’, geralmente utilizado para designar os tempos atuais. Para o autor, esta compreensão está desvinculada

do contexto histórico e é exercida, principalmente, por grupos interessados em entranhar de valor moral o sentido de tecnologia. Esta sutil, mas poderosa, ferramenta ideológica, objetiva causar um permanente sentido de dependência e admiração ingênua nas áreas estritamente consumidoras do conjunto de objetos e procedimentos técnicos. A estratégia é a de disseminar a imagem de um tempo sem precedentes em termos de inovação e originalidade da ciência e da técnica proveniente das relações de mercado. Resta, então, às regiões desestimuladas à realização, a sensação de gratidão às potências e a renúncia ao direito de aprofundamento dos conhecimentos sobre as tecnologias propostas. O autor explica ainda que

Por sua natureza dual e contraditória, refletindo o caráter dialético de toda natureza humana, a técnica presta-se às duas funções antagônicas. Serve para conservar o atraso, quando se constitui, pela repetição, em fator limitante da necessária transformação do trabalho das massas, que têm com os instrumentos e os métodos que os proprietários lhes põem nas mãos, uma vez que por própria iniciativa, não dispõem de força social, de inspiração intelectual, nem de recursos econômicos para mudar de técnica. Na sociedade adiantada, ao contrário, o interesse do grupo dominante situa-se na constante substituição da tecnologia, e para tanto estipendia a pesquisa avançada. (VIEIRA PINTO, 2005, v. 1, p. 309).

Com este rumo conceitual, Vieira Pinto discerne sobre o processo de conscientização gerado pelo exercício do trabalhador e a consequente clareza do sujeito sobre o dever de mudar a realidade em que se vive.

De acordo com a contribuição de Benakouche (2005), adotamos a concepção de tecnologia como fruto inerente ao desenvolvimento da sociedade. Preterimos as visões que privilegiam as impressões de impacto tecnológico ou qualidade nefasta da tecnologia

que algumas correntes teóricas comunicam. Como exemplo desta posição, situa-se Baudrillard, filósofo francês citado por Franco e Sampaio (1999), que compartilha a concepção de que a técnica está à parte da máquina, desconsiderando o processo criador humano, como nos explicita no trecho a seguir:

O Homem Virtual, imóvel diante do computador, faz amor pela tela e faz cursos por teleconferências. Torna-se um deficiente motor, e provavelmente cerebral também. Esse é o preço para que ele se torne operacional. [...] é de temer que a inteligência artificial e seus suportes técnicos tornem-se a prótese de uma espécie da qual as idéias tenham desaparecido. (BAUDRILLARD, 1992, p. 60 apud FRANCO; SAMPAIO, 1999, p. 2).

Por um momento associado à ideologia que afirma a propriedade impactante das tecnologias, é possível considerar a imagem do indivíduo submerso por enxurradas de lançamentos de ferramentas tecnológicas, que se multiplicam e lhe sugerem novas necessidades de consumo. O fatalismo dessa concepção não atenta para as circunstâncias sociais, históricas e humanas nas quais o ‘Homem Virtual’ desempenha seu trabalho. Conforme Vieira Pinto (2005, v.1), são as estruturas sociais que podem prejudicar a dignidade do ser humano. “Se essa situação externa chega a se concretizar, aconteceu na verdade ter se tornado escravo de outro homem, por intermédio da máquina possuída pelo segundo, o proprietário.” (VIEIRA PINTO, 2005, v. 1, p. 106).

O que parece fazer mais sentido no entendimento da tecnologia como fruto da ação e reflexão humanas, é que os níveis de significado dos termos técnica e tecnologia podem variar, como objetos físicos ou artefatos, atividades ou processos, e conhecimento ou saber-fazer (BENAKOUCHE, 2005). Assim sendo, passamos da percepção sensível imediata da máquina para a compreensão da aplicação da técnica como atividade intelectual humana.

Benakouche (2005) nos traz como exemplo do rompimento com a visão ingênua da tecnologia, a sociologia da técnica, que trabalha com três abordagens: tecnologia como sistema, a tecnologia como construção social, a tecnologia como rede. Tais abordagens buscam desmistificar a falsa autonomia da técnica, rejeitar a noção de impacto tecnológico, reconhecer, sobretudo, a trama das relações – culturais, sociais, econômicas, políticas - que envolve sua produção, difusão e uso.

Com isso, é possível defender que o homem, desde os seus primórdios históricos, vivencia a chamada ‘era tecnológica’, na qual os artefatos são traduções do seu aprimoramento reflexivo e das relações com outros homens e instrumentos materiais.

O papel mediador do conhecimento que os instrumentos materiais assumem no contexto da aprendizagem também pode ser observado na interpretação histórico-cultural de Vigotski (1896 – 1934) do desenvolvimento humano, que entende o conceito de mediação na interação homem-ambiente. O sistema de signos e os instrumentos são criados pela sociedade ao longo da história e transformam o nível de desenvolvimento cultural. Nesta perspectiva, observa-se que as transformações individuais dos sujeitos têm fundamento na mudança das dinâmicas da cultura das sociedades (VIGOTSKI, 2003).

No âmbito da CI, Varela (2007) estuda a mediação na aprendizagem a partir do Programa de Ensino Instrumental (PEI), baseado na Teoria de Modificabilidade Cognitiva Estrutural (TMCE), criados pelo pedagogo e psicólogo israelense Reuven Feuerstein e aplicado no contexto de escolas públicas de ensino médio da Bahia. A TMCE se fundamenta nos pressupostos de teorias psicológicas interacionistas de Jean Piaget (1896 - 1980) e Vigotski, pois “[...] parece apropriar-se da ênfase vigotskiana da mediação cultural nos processos psicológicos, enfatizando epistemologicamente a necessidade e importância da ação mediada nos processos de construção intelectual [...]” e contribui com a teoria piagetiana, ao desenvolver “[...] a questão dos mecanismos concretos da apren-

dizagem em relação à mediação de outro ser humano.” (VARELA, 2007, p. 125-126).

Também Lévy (1993, p.169) aponta nesta direção quando diz que

Pensar é um dever coletivo no qual misturam-se homens e coisas. Pois os artefatos têm o seu papel nos coletivos pensantes. Da caneta ao aeroporto, das ideografias à televisão, dos computadores aos complexos de equipamentos urbanos, o sistema instável das coisas participa integralmente da inteligência dos grupos.

Esse entendimento, para nós, está presente no conceito de AI, ao considerarmos as tecnologias como ferramentas para objetivos mais amplos, os quais colocam o indivíduo, não a ferramenta tecnológica, como responsável pela sua própria história. Dessa forma, a tecnologia é considerada como processo e ou produto da inteligência do homem, fruto do amadurecimento do seu sistema nervoso, da sua capacidade de se relacionar, de criar pontes para intercâmbio do conhecimento. Ela interfere nas atribuições dos trabalhadores e as novas atribuições influenciam a essência do trabalho, revelando à consciência a condição material para o surgimento de novos conhecimentos.

A ALFABETIZAÇÃO INFORMACIONAL NO COTIDIANO DO BIBLIOTECÁRIO

Faz-se notável como a AI e o processo educacional aparecem imbricados claramente em vários documentos provenientes da CI e das suas subáreas. Os trabalhos, em sua maioria, detêm-se em descrever o ambiente da biblioteca como o lugar ideal para o desenvolvimento da AI e/ou a função pedagógica do profissional bibliotecário. Neles, observa-se a maneira como a AI é pontuada com elementos da prática do consolidado serviço de referência das

bibliotecas. Para Mangas (2007), o serviço de referência pode ser entendido como aquele específico da biblioteca que visa a facilitar utilização e acesso a conteúdos informacionais, em outras palavras, existe para atender o usuário nas suas dúvidas e pesquisas.

Para se abranger também o tema na perspectiva dialética da totalidade, faz-se necessário interpretar a AI pelo ângulo da função que exerce no ambiente social no qual opera, já que entendemos que “[...] só podemos compreendê-lo [o indivíduo] situando-o no cruzamento das ações [sic] do todo sobre ele e das suas relações em relação ao meio.” (FOULQUIÉ, 1966, p. 60).

Valendo-nos das impressões sobre a atual condição histórica, nos propomos a examinar a prática do bibliotecário quando afetada pelas possibilidades de acesso a conteúdos informacionais.

Segundo Cheptulin (2004, p. 2-3), as categorias e leis da dialética são

[...] o reflexo das formas universais do ser e das relações que se manifestam no mundo material e no conhecimento [...] conclusões tiradas da história do desenvolvimento da ciência e da atividade prática.

No decorrer de nossa análise, convergimos contexto e relações humanas, considerando quatro categorias da abordagem dialética:

- a) mudança dialética ou negação da negação: o bibliotecário deixa de utilizar algumas práticas biblioteconômicas, mas a lógica delas ainda resiste em atividades de organização, representação de conteúdos informacionais digitais;
- b) ação recíproca: todo o contexto da prática bibliotecária sofre a influência do atual sistema de produção, que valoriza a tecnologia como base para operações técnicas alienantes;
- c) passagem da quantidade à qualidade e vice-versa: o uso do crescente número de recursos tecnológicos tanto pode revelar nova condição material para o surgimento de conhecimentos e possibilidades de ação, quanto também pode tirar

- o controle do bibliotecário sobre sua própria qualificação, quando ele não participa da concepção de tais recursos e nem tem permissão e meios para alterá-los;
- d) interpenetração dos contrários: ao mesmo tempo em que a técnica pode ser vista como simples ação operatória, pode também ser considerada elemento de relação social, instrumento de florescimento de criações do conhecimento e da capacidade de modificação do mundo.

Existe uma hipótese bem aceita sobre o avançado estágio em que o bibliotecário está situado, quando o tema é a AI. Provavelmente, porque o tema seja frequentemente tratado como um conjunto de destrezas e habilidades aplicado ao uso dos recursos da biblioteca. Reconhecemos que a Biblioteconomia apresenta um conjunto eficaz de caminhos para a criação, processamento e disseminação de conteúdos informacionais e, com isso, contribui incisivamente para a AI. Porém, ao restringir o âmbito em que a AI pode se desenvolver, corremos o risco de privilegiar a faceta pragmática do conceito e sobrepor-la ao mecanismo interno de potência transformadora da AI, que é a consciência crítica frente às possibilidades de conhecimento.

Gómez Hernández (2008) defende uma atitude reflexiva diante das ferramentas tecnológicas, representada numa posição ativa do bibliotecário, na qual o aprendizado conjunto com o usuário é essencial. O impacto da automação do catálogo, a implementação das redes cooperativas, a criação das bibliotecas digitais, dos repositórios, e de outras formas de edição são citadas como mudanças contínuas nas práticas de gerência e prestação de serviços de manutenção biblioteconômica durante os últimos trinta anos. E, diante de tais transformações, é proposta uma aproximação social dos bibliotecários aos usuários mais desvalidos cultural, social ou economicamente. Atenção deveria ser dada à diversidade, à mediação e à projeção cultural ou, em outras palavras, à AI.

A interação entre o bibliotecário e o público pode levar a uma oportunidade para aqueles comprometidos com a AI, no sentido freireano, pois é nesse momento em que a biblioteca pode assumir seu potencial pedagógico, enfatizando a vocação transformadora do indivíduo e das coletividades.

Freire (1983) relata-nos um tipo de relação, comumente observada na Educação, que é caracterizada pela existência do narrador (professor) e do ouvinte (aluno). Esse é o princípio da concepção ‘bancária’, na qual o ouvinte é exposto a conteúdos herméticos, desvinculados da sua realidade, pelo considerado detentor do conhecimento, o narrador.

Percebemos que o estabelecimento de conduta instrucionista e impositiva no âmbito da biblioteca, tal qual ocorre na ‘educação bancária’, pode resultar no prejuízo do desenvolvimento da AI dos sujeitos envolvidos. Tal prejuízo dar-se-ia pelo reflexo da ação do bibliotecário que visa a transferir mecanicamente seu aprendizado ao usuário, esperando que ele o receba, memorize e repita.

Os esforços empreendidos na busca de conteúdos informacionais devem dirigir-se para o comprometimento com o pensamento crítico e pela procura da mútua educação, já que “Ninguém educa ninguém, ninguém educa a si mesmo, os homens educam-se entre si, mediatizados pelo mundo.” (FREIRE, 1983, p. 63). Preterindo serem zeladores do conhecimento que não criaram, os envolvidos no processo de AI refletem sobre o conhecimento que querem construir, sempre realizando a correspondência deste conhecimento com a realidade vivida.

A prática ‘bancária’ aparece em alguns modelos propostos para o desenvolvimento da AI para resolução de problemas, atribuindo ênfase à busca e ao uso de conteúdos informacionais. Exemplo deste tipo de proposta é o explicitado no programa educacional e também marca comercial *Big6 Skills*, idealizado por Eisenberg (1998), em que são definidos seis passos para o processo de AI. São eles: 1º - definição da tarefa, 2º - estratégias de busca da informação, 3º - localização e acesso, 4º - uso da informação, 5º - síntese, 6º -

avaliação. Em modelos como o citado, não identificamos o estímulo ao poder criador das pessoas, ou espaço para a problematização, pois sugere o estímulo à repetição.

Segundo Freire (1980), toda educação deve estar precedida de uma reflexão sobre o homem e sobre seu meio de vida. Com essa compreensão talvez possamos pensar que a atuação daqueles envolvidos com a AI não pondere exclusivamente sobre a necessidade informacional do sujeito ou sobre sua lacuna de conhecimento, mas também reconheça a importância das relações mantidas com o mundo, que impelem a buscar conteúdos informacionais. Com essa perspectiva, modelos prontos de respostas a tais buscas poderiam inviabilizar o regozijo pela conquista de respostas originais.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Percebemos que a tecnologia representa um salto qualitativo e gradual da existência humana, em que a sua essência, a relação do homem com a tecnologia, constitui-se como *perene*. É essa a forma de apreciação da realidade que incorrerá na compreensão da prática potencialmente transformadora do profissional bibliotecário.

A busca pela criatividade e o incentivo devem ser internalizados e concretizados pelos interessados no desenvolvimento da AI, visto que toda apreensão crítica se dá pela relação do humano com o mundo, com a realidade cotidiana. Se o encontro do bibliotecário com o público da biblioteca significar a unidade de diálogos, e não o mero diagnóstico de situações, caracterizado pela constatação mecânica de necessidades e prescrição de conteúdos informacionais, eles podem conquistar as condições de interferir conscientemente no momento histórico, pois estarão refletindo, inventando, decidindo juntos, deixando para trás ambientes passivos, instrucionistas.

Utilizando as técnicas bibliotecárias tradicionais, que se apresentam como resultado histórico da elaboração intelectual do ser

humano no sentido de organizar e representar sistematicamente seus conhecimentos, o sujeito toma um necessário distanciamento de sua obra para visualizar o escopo de sua ação, expandindo a sua consciência em direção às novas possibilidades de construção do conhecimento pelo domínio do real sentido da tecnologia. Nessa perspectiva, a tecnologia não determina o destino da profissão, mas o seu agente determina o destino da tecnologia, e assim, dialeticamente, constrói sua própria profissão.

REFERÊNCIAS

BENAKOUCHE, Tamara. Tecnologia é sociedade: contra a noção de impacto tecnológico. In: DIAS, Leila Christina; SILVEIRA, Rogério Leandro Lima da (Orgs.). **Redes, sociedades e territórios**. Santa Cruz do Sul: EDUNISC, 2005, p. 79-106.

CAPURRO, Rafael; HJORLAND, Birger. O conceito de informação, **Perspect. ciênc. inf.**, Belo Horizonte, v. 12, n. 1, p. 148-207, jan./abr. 2007. Disponível em: <<http://www.eci.ufmg.br/pcionline/index.php/pci/article/viewFile/54/47>>. Acesso em: 30 abr. 2010.

CHEPTULIN, Alexandre. A qualidade e a quantidade. In: _____. **A dialética materialista: categorias e leis da dialética**. São Paulo: Alfa-Omega, 2004, p. 203-223.

DELORS, Jacques et al. **Educação: um tesouro a descobrir: Relatório para a UNESCO da Comissão Internacional sobre Educação para o século XXI**. São Paulo; Brasília: CORTEZ; UNESCO; Ministério da Educação e do Desporto, 1998. Disponível em: <http://www.dhnet.org.br/dados/relatorios/a_pdf/r_unesco_educ_tesouro_descobrir.pdf>. Acesso em: 30 abr. 2010.

EISENBERG, M. B. Big 6: Teaching information problem solving. **Emergency Librarian**, [S. l.], mar./abr. 1998.

FOULQUIÉ, Paul. **A dialética**. Lisboa: Europa-América, 1966. (Coleção saber).

FRANCO, Marcelo Araújo; SAMPAIO, Carmen Sanches. Linguagens, comunicação e Cibercultura: novas formas de produção do conhecimento. **Revista de informática**, Campinas, jun. 1999. Disponível em: <<http://www.ccuec.unicamp.br/revista/infotec/educacao/educacao5-1.html>>. Acesso em: 30 abr. 2010.

FREIRE, Paulo. **Conscientização**: teoria e prática da libertação: uma introdução ao pensamento de Paulo Freire. São Paulo: Moraes, 1980.

_____. **Pedagogia do oprimido**. 12. ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1983.

GIRALDO GIRALDO, Yecel Nayrobis; OTÁLVARO GONZÁLEZ, Doris Elena; MONCADA PATIÑO, José Daniel. La deconstrucción de las relaciones entre bibliotecología y educación: una dialéctica de la alteridad. **Rev. Interam. Bibliot.**, Medellín, v. 29, n. 1, jan./jun. 2006. Disponível em: <<http://www.scielo.org.co/pdf/rib/v29n1/v29n1a4.pdf>>. Acesso em: 19 fev. 2010

GOMÉZ HERNÁNDEZ, José Antonio. La función educativa de bibliotecas e bibliotecários em el contexto de las tecnologías participativas de la web social. **Ponto de Acesso**, Salvador, v.2, n.1, p. 51-71, jun./jul. 2008. Disponível em: <<http://www.pontodeacesso.ici.ufba.br/>>. Acesso em: 30 abr. 2010.

KONDER, Leandro. **O que é dialética**. São Paulo: Brasiliense, 2006. (Coleção primeiros passos, 23).

LÉVY, Pierre. **As tecnologias da inteligência**: o futuro do pensamento na era da informática. Rio de Janeiro: Editora 34, 1993.

MANGAS, Sérgio Filipe Agostinho. Como planificar e gerir um serviço de referência. **Biblios**, Lima, Peru, ano 8, n.2, abr/jun. 2007. Disponível em: <<http://www.revistabiblios.com/ojs/index.php/biblios/article/view/6/10>>. Acesso em 5 nov. 2008.

MARTÍ LAHERA, Yohannis . **Alfabetización informacional**: análisis y gestión. Buenos Aires: Alfagrama, 2007. (Biblioteca Alfagrama).

MARX, K.; ENGELS, F. **A ideologia alemã**. São Paulo: Hucitec, 1986.

OLIVEIRA, Marta Kohl de. **Vygotsky**: aprendizado e desenvolvimento: um processo sócio-histórico. São Paulo: Scipione, 1995.

PONCE, Aníbal. **Educação e luta de classes**. Tradução de José Severo de Camargo Pereira. 21. ed. São Paulo: Cortez, 2005.

SILVA, Lídia Oliveira. A Internet: a geração de um novo espaço antropológico. In: LEMOS, André; PALACIOS, Marcos (Orgs.). **Janelas do ciberespaço**. Porto Alegre: Sulina, 2001.

SILVA, Rubens Ribeiro Gonçalves da. Informação, ciberespaço e consciência. **TransInformação**, Campinas, v. 18, n. 3, p. 191-201, set./dez., 2006. Disponível em: <<http://revistas.puc-campinas.edu.br/transinfo/viewarticle.php?id=181>> Acesso em: 30 abr. 2010.

UNESCO. **Hacia la Sociedad del Conocimiento**. Paris: Ediciones Unesco, 2005. Disponível em: <<http://unesdoc.unesco.org/images/0014/001419/141908s.pdf>>. Acesso em 30 abr. 2010.

VARELA, Aida. **Informação e autonomia**: a mediação segundo Feuerstein. São Paulo: SENAC, 2007.

VIEIRA PINTO, Álvaro. **O conceito de tecnologia**. 2.ed. Rio de Janeiro: Contraponto, 2005. v.1.

VIGOTSKI, L.S. **A formação social da mente**: o desenvolvimento dos processos psicológicos superiores. 6.ed. São Paulo: Martins Fontes, 2003.

Digitalizar conteúdos informacionais de documentação pública audiovisual, sonora e fotográfica é democratizar o acesso

Lívia F. Tosta¹ liviaftosta@yahoo.com.br

Adelmária I. Santos² adelmariaione@yahoo.com.br

Lucas A. S. Serra³ lucasdocontra@yahoo.com.br

Rubens R. G. Silva⁴ rubensri@ufba.br

INTRODUÇÃO

Este texto relata as experiências adquiridas no desenvolvimento do projeto “A conversão digital de documentos especiais de acervos públicos e a consciência informacional - Aspectos técnicos e teóricos no âmbito da Ciência da Informação”, que contou com o apoio de três bolsas de iniciação científica, duas delas do Programa Institucional de Bolsas de Iniciação Científica/Universidade

-
- 1 Graduada em Arquivologia (ICI-UFBA). Ex-bolsista PIBIC/UFBA/CNPq e PIBIC/UFBA/FAPESB.
 - 2 Graduada em Arquivologia pelo ICI-UFBA. Ex-bolsista PIBIC/UFBA/FAPESB.
 - 3 Graduando em Arquivologia (ICI/UFBA), voluntário na pesquisa.
 - 4 Doutor em Ciência da Informação (UFRJ/IBICT, 2002). Professor adjunto III, vice-diretor do Instituto de Ciência da Informação da Universidade Federal da Bahia.

Federal da Bahia/Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado da Bahia (PIBIC/UFBA/FAPESB), e uma do Pibic/UFBA/Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (CNPq).

O projeto iniciou-se em agosto de 2005 tendo sido concluído em setembro de 2007. Caracteriza-se por dupla vertente, teórica e prática. A perspectiva teórica, de cunho materialista histórico, assumiu a compreensão acerca do processo informacional pela ótica de uma teoria marxiana da consciência, com o objetivo de investigar as correlações entre informação, tecnologias digitais de acesso remoto e consciência. Este enfoque fundamentou-se no entendimento da informação como processo orientado à ampliação da consciência acerca das possibilidades de conhecimento e de ação num determinado contexto social.

A vertente prática, sociotécnica-aplicada, teve por objetivo o reconhecimento de coleções/documentos especiais (especificamente, discos, fitas K7, fitas em rolo, fitas VHS, betacam, fotografias, álbuns fotográficos) dos acervos públicos soteropolitanos, e de seus usuários, bem como a formulação de abordagens adequadas à conversão digital desta documentação, detendo-se especificamente nos procedimentos orientados à preservação digital e ao acesso via internet.

Sendo assim, a proposta está definitivamente associada à inovação, que sempre envolve mudanças e incertezas. O ambiente de trabalho e as pessoas que o constituem, assim como o comportamento daqueles que dele se favorecem (usuários, por exemplo), são modificados pelo processo de inovação tecnológica que traz novas ferramentas e possibilidades resultantes do desenvolvimento do conhecimento. Expandindo-se o campo de ação previsto inicialmente, ideias e técnicas são transpostas para o amplo espaço da economia e novos produtos e serviços derivados do uso da tecnologia. Seja de forma incremental, trazendo poucas adaptações necessárias a processos já existentes, seja de maneira radical, forjando novos conceitos e forçando a criação de novos processos, a

inovação sempre acaba por mostrar-se como elemento que sugere a mudança de valores em uma organização ou em uma instituição.

A pesquisa se justificou, pois verificamos:

- a) a relevância da ação científica de aprofundamento de reflexões teórico-conceituais associadas a uma teoria da informação no âmbito das ciências sociais aplicadas e humanas;
- b) a integração de conhecimentos e a reunião de subsídios para a compreensão dos problemas relacionados à digitalização de som, fotografia e de imagens em movimento;
- c) o compartilhamento com o corpo discente do Instituto de Ciência da Informação (ICI/UFBA);
- d) a relevância da pesquisa acerca da criação de novos canais de distribuição de substitutos visuais de imagens e sons pertencentes ao acervo público, facilitando seu uso na educação, na pesquisa, no ensino, e favorecendo os processos de inclusão digital, de importante dimensão política;
- e) a ocorrência de efeitos positivos de conscientização de dirigentes de instituições que colaboraram com a pesquisa, relativos à necessidade de valorização, conservação e uso de seus próprios acervos;
- f) a correlação entre disponibilização de conteúdos e identidade histórico-cultural, relevante linha de ação do Programa Sociedade da Informação.

CONTEXTUALIZAÇÃO DOS PLANOS DE TRABALHO (PT) DESENVOLVIDOS PELAS BOLSISTAS DE INICIAÇÃO CIENTÍFICA

A pesquisa iniciou-se com o desenvolvimento de dois planos de trabalho: *Coleções especiais de instituições públicas federais em Salvador: que reflexos sociais e institucionais a digitalização pode promover?*, desenvolvido no período de agosto de 2005 a julho de 2006, com o apoio de uma bolsa de iniciação científica Pibic/

UFBA/Fapesb, e *Procedimentos metodológicos aplicados à seleção de documentos/coleções especiais (audiovisual, fotográfico e sonoro) para conversão digital*, inicialmente desenvolvido voluntariamente. No período seguinte (2006/2007) esse segundo plano de trabalho (PT) foi contemplado com uma bolsa de iniciação científica Pibic/UFBA/Fapesb.

Estas pesquisas tiveram por objetivo geral criar elementos de estímulo às discussões em torno da importância dos conteúdos informacionais disponíveis nestas coleções e de sua necessária conversão digital, a partir de procedimentos orientados à preservação. Foram identificadas unidades de informação como bibliotecas, museus, centro de documentação e arquivo, de instituições públicas municipais estaduais e federais na cidade do Salvador depositárias de documentação especial, e seus respectivos consultentes. Para tal atividade foram utilizados seis instrumentos de coleta de dados, três deles (questionários institucionais) dirigidos aos responsáveis pela documentação, e outros três (questionários individuais) dirigidos aos consultentes de cada coleção especial.

Os instrumentos de coleta de dados foram pensados inicialmente para serem do tipo “formulário” (tipologia que exige a presença do pesquisador no ato da coleta de dados). No entanto, após a criação dos diferentes instrumentos e após realizarmos os devidos testes prévios, percebemos que sua complexidade, aliada à necessidade de nossa presença no ato da coleta dos dados, alongaria em muito as operações desta etapa da pesquisa. Não havia recursos humanos para estas ações prolongadas no tempo que nos estava disponível. Fizemos, então, adaptações nos instrumentos, que facilitassem a compreensão das questões, e que nos permitissem adotar o formato “questionário” (que não exige a presença do pesquisador no ato da coleta dos dados). Esta decisão foi acertada, sem dúvida, mas não para todas as instituições. Algumas delas solicitaram a presença das pesquisadoras (bolsistas) para seu preenchimento, basicamente por motivos de insegurança e/ou de desconhecimento técnico do responsável pelo acervo.

Para a construção dos instrumentos destinados à documentação sonora e à documentação audiovisual contamos com o auxílio, via e-mail, de um técnico da Coordenação de Documentos Audiovisuais e Cartográficos do Arquivo Nacional, no Rio de Janeiro. Em Salvador, para o teste prévio dos questionários, contamos com instituições das três esferas públicas. Na esfera federal, tivemos o apoio da Divisão de Coleções Especiais da Biblioteca Central Reitor Macedo Costa, da UFBA; na esfera estadual, contamos com a importante colaboração da Subgerência de Recursos Audiovisuais da Biblioteca Pública do Estado da Bahia; na esfera municipal o apoio da Gerência de Arquivos e Bibliotecas do Arquivo Histórico Municipal de Salvador (AHMS) foi fundamental. A etapa dos testes prévios foi imprescindível para a validação, revisão e aperfeiçoamento dos instrumentos de coleta de dados, permitindo-nos incorporar inúmeras sugestões e decidir por relevantes aspectos relativos à sua aplicação prática.

Definidos os instrumentos de coleta de dados, partimos então para a pesquisa de campo. Os resultados da pesquisa foram disponibilizados no sítio eletrônico que foi criado pela primeira autora deste capítulo como produto do terceiro plano de trabalho executado durante a pesquisa, intitulado *Criação de sítio eletrônico experimental de dados relativos a coleções/documentos especiais dos acervos públicos de Salvador*⁵, que obteve o apoio de uma bolsa de iniciação científica Pibic/UFBA/CNPq. A seguir serão explicitados alguns aspectos referentes a essa possibilidade de acesso a dados referentes a instituições públicas de Salvador.

ELEMENTOS DE FUNDAMENTAÇÃO

A acessibilidade aos documentos textuais e especiais (audiovisuais, fotográficos e sonoros), produzidos em âmbito nacional, tem

5 Cf. <www.cridi.ufba.br>. Acesso em: 12 abr. 2010.

sido objeto de grande preocupação por profissionais da área de Arquivologia, uma vez que, historicamente, sempre se observou um cenário marcado pelo descaso de governantes quanto à situação estrutural e funcional dos chamados instrumentos de democratização da informação, tais como arquivos, bibliotecas, museus, centros de documentação e etc.

Neste contexto, verifica-se a crescente necessidade de se (re) pensar formas mais democráticas capazes de garantir o acesso aos diversos saberes produzidos pela humanidade. Assim, o Estado Democrático de Direito, enquanto agente social, político, econômico e cultural, tem como uma de suas principais missões prover direito de acesso igualitário aos conteúdos informacionais aos seus cidadãos, projetando uma sociedade mais justa e menos desigual.

Por esta razão, o objetivo principal do arquivo é a democratizar e socializar a informação arquivística, mas nem sempre as condições são dadas para isso (FREIXO, 2007). Considerando as documentações audiovisual, fotográfica e sonora, que necessitam de cuidados especiais, devido à sua fragilidade e requisitos específicos para armazenamento, como condições adequadas de temperatura, luminosidade e umidade do ar, devemos pensar em critérios para seleção de documentos especiais para digitalização, que é considerada potencial para garantir a preservação dos originais e acesso. É necessário resgatar conceitos como seleção e avaliação documental na perspectiva de alguns autores nas áreas de Biblioteconomia e Arquivologia.

Para Vergueiro (1997), a seleção consiste em uma tomada de decisão por parte de bibliotecários, levando em conta critérios que influenciam a ação de selecionar, tais quais: assunto, documento, usuário e preço. Nas palavras de Paes (1986), direcionadas ao campo da arquivística, a seleção consiste em um processo de avaliação e análise da documentação de arquivo visando estabelecer sua destinação, de acordo com os seus valores probatórios e informativos. De acordo com o Dicionário Brasileiro de Terminologia Arquivista (ARQUIVO NACIONAL, 2005, p. 41), a “[...] avaliação consiste no

processo de análise de documentos de arquivo, que estabelece sua destinação, de acordo com os valores que lhes são atribuídos.” Na perspectiva de Jardim,

[...] avaliação documental é ocasionada como o recurso técnico mais eficaz (na verdade, o único legitimado pela Arquivologia) para a escolha de documentos ‘históricos’, arquivísticos, possíveis de integrar o patrimônio documental de uma sociedade em razão de sua capacidade de expressar a memória desse grupo. (JARDIM, 1995, p. 6).

No que diz respeito aos documentos especiais, o processo de seleção para digitalização assume um caráter fundamental para a garantia da preservação do conteúdo informacional. Na Arquivologia, tradicionalmente, considera-se como documentação especial toda aquela que seja composta por gêneros documentais cuja predominância e característica são de caráter não textuais, tais como: a documentação sonora, audiovisual, fotográfica. No entanto, entendemos que a adoção desta expressão não define claramente coisa alguma, pelo seu caráter genérico. Em diferentes partes do mundo esta denominação “documentação especial” vem caindo em desuso, optando-se pela especificidade terminológica de cada tipo de documentação, como registrado pouco acima. Esta constatação foi claramente observada durante a participação do orientador desta pesquisa no International Course SOIMA 2007: Safeguarding Sound and Image Collections, oferecido pelo International Centre for the Study of the Preservation and Restoration of Cultural Property (ICCROM) e pelo Arquivo Nacional.⁶

Segundo Conway (2001) e a International Federation of Library Association, em parceria com o International Council of Archives (IFLA; ICA, 2002), um projeto de digitalização a ser implantado em arquivos deve contemplar os seguintes pontos: critérios de

6 Veja capítulo nesta coletânea relatando esta experiência.

seleção do material, critérios de conversão, critérios para controle de qualidade da digitalização, gerenciamento da coleção, disponibilização e armazenamento do acervo digital.

A IFLA e o ICA, com o apoio da Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura (UNESCO), criaram um guia com as diretrizes básicas para os projetos de digitalização em arquivos e bibliotecas. Neste guia os autores alertam para a necessidade de a instituição estabelecer objetivos claros para um projeto de digitalização, em função de seu alto custo.

No sentido de estabelecer claramente os objetivos de um projeto de digitalização faz-se necessário responder a algumas perguntas antes de se iniciar um projeto: o projeto objetiva atender aos usuários? Pretende atender à necessidade de preservação do documento? Visa aproveitar uma oportunidade de recursos financeiros? A instituição tem recursos orçamentários suficientes para a realização do projeto? A instituição dispõe de profissionais qualificados para isso? A instituição tem capacidade e infraestrutura técnica para a realização do projeto? Se a instituição conseguir delimitar e responder a essas perguntas já é um bom começo para a realização do projeto.

A migração periódica de conteúdos digitais (de um ambiente de *hardware* para outro, de um suporte para outro, de um *software* para outro) é a opção de estratégia operacional para a preservação digital mais frequentemente indicada pelas instituições detentoras de grandes acervos.⁷ A importância da migração está em transferir conteúdos informacionais para novos suportes e/ou formatos, enquanto for possível, preservando a integridade do conteúdo. Percebemos, então, que a atenção dos profissionais que trabalham diretamente com a documentação deve estar voltada ao conteúdo informacional e não apenas ao seu suporte. Isso consiste em observar meios que garantam a acessibilidade, de

7 Ainda há autores que diferenciam terminologicamente esta passagem de um suporte para outro, denominando-a 'atualização' ou *refreshing* ou 'refrescamento', mas predomina, atualmente, o uso do termo 'migração' também com relação aos suportes.

forma a contribuir com a preservação dos documentos e de seus conteúdos, fontes primárias para a produção de conhecimento e para o registro da história.

RESULTADOS DA PESQUISA

Foram identificadas 218 instituições públicas depositárias de coleções/acervos/ documentos audiovisuais, sonoros e/ou fotográficos, na cidade do Salvador, nas diferentes esferas:

- a) na esfera federal, 109 instituições foram identificadas, das quais apenas 44 possuem documentos do gênero;
- b) na esfera estadual, 65 instituições, com 30 instituições sendo detentoras destes acervos;
- c) na esfera municipal, das 42 instituições identificadas, apenas oito possuem esta documentação em seus acervos.

No cenário soteropolitano, observamos, através do contato direto com as unidades de informação das instituições das três esferas governamentais, que há um enorme desconhecimento por parte dos responsáveis pelos acervos com relação aos próprios acervos sob sua guarda e isso ocorre parcialmente devido à desatenção com capacitação de pessoal e ausência de profissionais com a devida formação superior. Embora não possamos, peremptoriamente, afirmar que o trabalho com acervos audiovisuais e sonoros seja uma atividade a ser desempenhada exclusivamente por arquivistas, já que, no mundo, diferentes profissionais atuam neste campo, com diferentes formações e excelentes resultados, talvez possamos dizer que a escassez de arquivistas nesta área de ação profissional documental deve-se ao curto tempo de criação do curso de Arquivologia na Bahia (1998), que é oferecido unicamente pela UFBA: formaram-se ainda poucos profissionais para serem absorvidos no vasto mercado de trabalho, além de possivelmente outros terem migrado para as mais diversas áreas de atuação. Há

ainda a questão da necessidade de reestruturação curricular dos cursos da área de Arquivologia. No ICI-UFBA a nova matriz curricular já prevê disciplinas específicas relacionadas ao universo da documentação audiovisual e sonora, já que no gênero fotográfico já havia oferta de componentes curriculares há algum tempo.

Alguns aspectos são considerados comuns às instituições pesquisadas, a saber:

- a) a documentação possui grande valor sócio-histórico e cultural e potenciais para a ampliação do conhecimento individual e da memória soteropolitana e nacional;
- b) há uma emergente necessidade de tratamento especial prévio à digitalização, visto que a documentação já se encontra muito fragilizada devido à ausência de condições adequadas de arquivamento.

Percebemos então a urgente necessidade de ações orientadas à preservação da documentação, utilizando-se principalmente recursos da digitalização, paralelamente, observamos a questão da qualificação profissional, principalmente por parte dos chamados ‘profissionais da informação’, que devem estar constantemente atentos às necessidades dos usuários e tomar decisões orientadas à garantia da acessibilidade dos conteúdos informacionais futuramente.

Ao nos prepararmos para a criação do sítio eletrônico, já referido aqui, para a disponibilização dos dados da pesquisa, fez-se necessária a observação de alguns elementos de Arquitetura da Informação, como a acessibilidade e usabilidade, de modo a garantir não somente o aspecto estético, mas principalmente os aspectos voltados ao conteúdo e à navegação.⁸

Muitos dados obtidos na pesquisa foram inéditos e relevantes para a realização de um diagnóstico de acervos especiais sob a guarda de instituições públicas. Isso poderá permitir mapeamen-

8 Ver Vechiato; Vidotti, 2006.

tos específicos dessa documentação, seus temas predominantes, quantidades, dentre outros elementos imprescindíveis à pesquisa e, sobretudo, para alertar as autoridades competentes sobre a necessidade de ações voltadas à preservação/conservação por meio de recursos tecnológicos, tais como a digitalização orientada à preservação.

Vale ressaltar que durante a construção do sítio em que os dados da pesquisa estão disponíveis elaboramos uma listagem de 30 requisitos, uma espécie de “guia” subdividido em três fases (FI, FII, FIII). Estas fases, por sua vez, subdividiram-se em graus de prioridade (P1, P2, P3, P4). Na listagem, foram identificados cada um dos requisitos, havendo um campo específico para que os diversos membros envolvidos com a criação do sítio eletrônico pudessem contribuir com sugestões e observações que viessem a ser adotadas na fase de criação do produto.⁹ São exemplos desses requisitos:

- a) FI, P1: prazo para implementação, consistência, visibilidade, dentre outros;
- b) FI, P2: compatibilidade, armazenamento de gráficos, *links* importantes, dentre outros;
- c) FII, P3: armazenamento de som, audiovisual e fotografias, dentre outros.

Para a construção do sítio utilizamos a ferramenta *Twiki*, disponibilizada pelo Centro de Processamento de Dados (CPD) da UFBA, visto que, além de ser um *software* de código aberto, nos possibilita o exercício com um produto adaptado pela própria UFBA. O sítio eletrônico resultante da pesquisa está hospedado nos servidores da Universidade.

9 Na fase de elaboração dos requisitos contamos com o generoso apoio de Inácio Szabó, engenheiro de computação, mestre em Ciência da Informação (2008, ICI-UFBA), que, na época da pesquisa, ainda era mestrando. Szabó nos supervisionou na etapa da formulação dos requisitos.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Diante de uma sociedade denominada por alguns teóricos como aldeia global, sociedade da informação e sociedade da aprendizagem (BURNHAM, 2002), em que conteúdos digitais circulam de forma rápida e dinâmica, através das novas malhas eletrônicas de comunicação, faz-se necessário promover reflexões no sentido de se verificar quais os padrões e procedimentos capazes de garantir a preservação dos conteúdos informacionais dos documentos em seus suportes originais e de suas versões digitais possibilitando o acesso remoto ao acervo e a democratização no acesso e uso destes acervos por parte dos seus cidadãos.

Andrade (2006) destaca a importância da atualização contínua do profissional da informação devido às crescentes transformações tecnológicas. Precisamos conhecer os processos para que possamos aliar a eles as importantes ferramentas da informática para disponibilização, disseminação e preservação dos conteúdos digitais.

Percebe-se, então, que a evolução das tecnologias utilizadas em ambientes informacionais deve ser acompanhada e entendida pelos profissionais da informação, sob pena de não conseguirem atuar no desenvolvimento das soluções informacionais necessárias ao ambiente onde atuam. (ANDRADE, 2006, p. 153).

É possível democratizar, via digitalização, o conteúdo dos acervos públicos de imagens em movimento, sons, e fotografias de Salvador, desde que uma mais adequada formação seja proporcionada aos arquivistas, por meio da prática em laboratórios, de visitas técnicas em outras regiões do Brasil onde estas ações já vêm sendo incorporadas profissionalmente há mais tempo. Temos procurado nos empenhar para que seja percebida a necessidade do desenvolvimento de componentes técnico-científicos inerentes às

atividades de conversão digital de acervos nas instituições que, por sua vez, deverão assumir o compromisso de compor seus quadros com os devidos profissionais e qualificações. Há que caracterizar esse processo pelo compromisso das mais altas instâncias decisórias do Estado da Bahia e mesmo da República, no sentido de que se invista na conversão digital orientada à preservação e ao acesso, simultaneamente. Cremos que a disponibilização dos dados da pesquisa que realizamos reúne elementos úteis às decisões que conduzam a um repensar da formação. Entendemos, ainda, que os dados disponíveis no sítio eletrônico criado facilitem a divulgação das características dos acervos institucionais, das próprias instituições e dos usuários destas documentações, fornecendo subsídios, portanto, para a discussão de políticas e geração de diagnósticos que visem a valorização de um trabalho técnico-científico adequado, visto que a documentação é detentora de grande valor sócio-histórico e cultural.

REFERÊNCIAS

ANDRADE, Ricardo S. Tecnologia. Memória e a formação do profissional arquivista. **Arquivística.net**, Rio de Janeiro, v. 2, n. 1, p. 149-159, jan./jun. 2006.

ARQUIVO NACIONAL. **Dicionário brasileiro de terminologia arquivística**. Rio de Janeiro, 2005.

BURNHAM, Terezinha Fróes. Sociedade da informação, sociedade do conhecimento, sociedade da aprendizagem. In: LUBISCO, Nídia; BRANDÃO, Lídia, M. B. (Orgs.). **Informação e informática**. Salvador: EDUFBA, 2002.

CONWAY, Paul. **Preservação no universo digital**. Tradução de Rubens Ribeiro Gonçalves da Silva. Rio de Janeiro: Arquivo Nacional, 1997. (Projeto Conservação Preventiva em Bibliotecas e Arquivos).

FREIXO, Aurora L. **Gestão de Arquivos na Administração Pública no Estado da Bahia**: da prática burocrática ao dis-

curso gerencialista. 2007. Dissertação (Mestrado em Ciência da Informação)- Instituto de Ciência da Informação, Universidade Federal da Bahia, Salvador, 2007.

IFLA; ICA. **Guidelines for digitalization projects for collections and holdings in the public domain, particularly those held by libraries and archives.** [S.l.], 2002. Disponível em: <<http://www.ifla.org/VII/s19/pubs/digit-guide.pdf>> Acesso em: 30 abr. 2010.

JARDIM, José Maria. A invenção da memória nos arquivos públicos. **Ciência da Informação**, Brasília, v. 25, n. 12, p. 1-13, 1995.

PAES, Marilena Leite. **Arquivo: teoria e prática.** 1. ed. Rio de Janeiro: Fundação Getúlio Vargas, 1986.

VECHIATO, Fernando Luiz ; VIDOTTI, S. A. B. G. . Arquitetura da Informação em Web Sites. In: CONGRESSO DE INICIAÇÃO CIENTÍFICA DA UNESP, 18., 2006, São Paulo. **Anais...** São Paulo: UNESP, 2006. p. 1-12. 2006. v. 1.

VERGUEIRO, Waldomiro. **Seleção de materiais de informação.** Brasília: Briquet de Lemos, 1995.

A microfilmagem e a digitalização de documentos sobre o Brasil colonial: experiências do Arquivo Público da Bahia

Maria Teresa Navarro de Britto Matos¹ mariatmatos@terra.com.br

INTRODUÇÃO

O Arquivo Público da Bahia (APB), criado em 1890, é nacionalmente considerado a segunda mais importante instituição arquivística do país, em razão de custodiar um acervo documental de valor inestimável produzido e acumulado ao longo de 214 (duzentos e quatorze) anos, período em que a cidade do Salvador foi sede do governo colonial no Brasil de 1549 a 1763.

Merece ser ressaltado que, até 1763, a cidade do Salvador se destacou pela condição de capital do Estado do Brasil. E a documentação, relativa às terras do Brasil, produzida pelo aparelho estatal do Governo Monárquico Português e pelo Governo do Estado do Brasil, de 1549 a 1763, concentrava-se nos órgãos governamentais estabelecidos na capital: a cidade do Salvador.

A condição de capital, aliada à localização geográfica estratégica, fez da cidade do Salvador, também, a capital do Atlântico Sul.

1 Doutora em Educação (FACED/UFBA). Professora adjunta do ICI-UFBA. Atualmente, Diretora do Arquivo Público da Bahia / Fundação Pedro Calmon / Secretaria de Cultura do Estado da Bahia.

Para Salvador, sede do Governo do Estado do Brasil, devido ao seu papel no contexto do sistema colonial, convergiam correspondências, alvarás, provisões, posturas e demais determinações oficiais necessárias ao controle, pela Coroa, da vida pública e privada da sociedade colonial.

Na Seção Colonial/Provincial estão reunidos estes documentos referentes à Bahia Colonial. São manuscritos consultados sistematicamente por pesquisadores nacionais e estrangeiros dedicados ao estudo da estrutura judicial da época; do cotidiano da sociedade; dos movimentos sociais entre outros. Na mesma Seção, encontramos o acervo da Bahia Provincial. Um acervo produzido no contexto do Brasil politicamente independente, em fase de transição. Um momento em que se conflitam elementos estruturais sedimentados, herdados da colônia (a escravização do negro africano, o latifúndio e a monocultura) com novas propostas, a exemplo da intensificação dos embates e das manifestações sociais relacionadas a questões vinculadas à descentralização X centralização político-administrativa das províncias.

A partir de 1763, com a transferência da Capital para a cidade do Rio de Janeiro, Salvador continuou como centro administrativo; mas restrito à Capitania Geral da Bahia e só administrando Bahia e Sergipe, situação que perdurou até 1821. Por isso, após a transferência da capital, a documentação custodiada pelo APB se restringe à da Capitania Geral da Bahia, que abrangia, à época, o território de três das capitanias originalmente doadas em 1534 quando da implantação do sistema de Capitanias Hereditárias: Baía de Todos os Santos, Ilhéus e Porto Seguro. Independentes destas três foram acrescidas mais duas. A da Ilha de Itaparica criada em 1558 e mais a Capitania do Paraguaçu em 1566².

2 A Capitania da Ilha de Itaparica englobava a Ilha de Taramandiva, ambas doadas à dona Violante da Câmara com o estatuto de sesmaria no ano de 1552. Em 1558, aquela sesmaria veio a tornar-se Capitania por Carta de Doação ao 1º Conde de Castanheira, dom Antônio de Athayde. Ainda englobou o território da Capitania Geral da Bahia a Capitania do Paraguaçu doada a Álvaro da Costa em 1566.

Nesta perspectiva, o APB tem procurado desempenhar as suas funções de acordo com as alternativas de preservação e de acesso do patrimônio documental, propiciadas pelos padrões e normas arquivísticas e pelos avanços tecnológicos de cada momento histórico. Apresentaremos a seguir experiências empreendidas pelo APB no que tange particularmente a aplicação da microfilmagem e da digitalização de documentos.

PROJETO RESGATE DE DOCUMENTAÇÃO HISTÓRICA “BARÃO DO RIO BRANCO”

A gênese do projeto Resgate pode ser estabelecida nos anos 1987-89, “[...] aproveitando-se das negociações entre os governos brasileiro e português sobre intercâmbio de documentos históricos e das sondagens realizadas por Caio Boschi na documentação de interesse do Brasil em arquivos portugueses [...]” (HISTÓRIA... , 2007, p. 13).

No entanto, a colaboração bilateral Portugal-Brasil foi institucionalizada apenas em 16 de agosto de 1995, através de Protocolo de Colaboração firmado entre o Ministério da Justiça Federativa do Brasil e a Presidência do Conselho de Ministros da República Portuguesa. Para operacionalizar os trabalhos do supracitado Protocolo, o Ministro de Estado da Justiça, através da Portaria nº. 1248, de 25 de setembro de 1995, designou o Conselho Nacional de Arquivos (CONARQ) como órgão executor. Sendo assim, o presidente do Conarq criou pela Portaria nº. 12, de 27 de fevereiro de 1996, a Seção Brasileira da Comissão, que passou a ser designada Comissão Luso-Brasileira para Salvaguarda e Divulgação do Patrimônio Documental (COLUSO) (ARQUIVO NACIONAL, 2009).

O primeiro resultado dos trabalhos desta Comissão foi a aprovação, em outubro de 1997, do *Plano Luso-Brasileiro de Microfilmagem*, que estabeleceu no seu Art.8 as bases que orientaram o processo de microfilmagem, como descritas nas normas a seguir:

- a) Os trabalhos de microfilmagem, sempre que possível, deverão ser realizados nos arquivos ou instituições detentoras dos documentos, sujeitos às regras do respectivo funcionamento;
- b) A microfilmagem deverá ser processada em rolos 35 mm;
- c) Os negativos matrizes deverão ser de sais de prata;
- d) Os negativos de segunda geração e/ou positivos de pesquisa, em sais de prata, deverão ser feitos, a partir das matrizes, para a remessa ao país que tem interesse na documentação comum;
- e) As partes estabelecerão intercâmbio de microfilmes, rolo a rolo, programando, anualmente, a operacionalização dos acordos a serem firmados. (COMISSÃO LUSO-BRASILEIRA PARA SALVAGUARDA E DIVULGAÇÃO DO PATRIMÔNIO DOCUMENTAL, 1997).

Ainda no ano de 1995, os trabalhos do Projeto Resgate foram iniciados. Concentrou-se no Arquivo Histórico Ultramarino (AHU), em Lisboa, por ser o Arquivo que custodia o maior acervo documental³ sobre o Brasil no exterior (ROSADO, 2008). Segundo a Coordenadora Técnica do Resgate Esther Caldas Bertoletti “[...] o significado e importância dessa proposta residem no apoio à preservação, pesquisa e divulgação da memória histórica nacional e na democratização do acesso ao patrimônio histórico brasileiro.” (HISTÓRIA..., 2007, p. 14).

Vale mencionar que “[...] o foco do processo de digitalização maciça do acervo do AHU restringiu-se à documentação relativa ao Brasil, que compreende a documentação avulsa, os códices e as coleções de cartografia e de iconografia.” (HISTÓRIA..., 2007, p. 15).

3 São aproximadamente 340.000 documentos – cerca de 3 milhões de páginas. O AHU foi a instituição recomendada pelo governo brasileiro, representado pelo embaixador Wladimir Murtinho, assessor especial da área de relações internacionais do Ministério da Cultura.

Procedeu-se à microfilmagem sistêmica dos documentos manuscritos avulsos sob a guarda do AHU, com a finalidade de efetivar a preservação de tal patrimônio. Em seguida, de forma a não colocar em risco as matrizes, priorizou-se a digitalização dos negativos de segunda geração, utilizando-se microfilmes em saís de prata, 35 mm. Foram gerados CD-ROM com as imagens dos microfilmes com vistas a facilitar o acesso e a disponibilização dos documentos. Desenvolveu-se, portanto, um sistema híbrido. Além da microfilmagem e da transposição para CD-ROM, foram publicados, em suporte papel, catálogos de divulgação dos documentos microfilmados no âmbito do Projeto Resgate.

No que tange a participação específica do Estado da Bahia, o Projeto Resgate teve início em 1996, com a assinatura de um convênio entre o Ministério da Cultura, a Secretaria da Cultura e Turismo, a Secretaria de Cultura do Estado de Sergipe, a Fundação Clemente Mariani e a Universidade Federal da Bahia, através do Centro de Estudos Baianos (NASCIMENTO, 2001, p. 34). Esse convênio possibilitou a efetiva participação do Estado, através do APB no referido Projeto. Vale destacar a configuração da documentação da Capitania Geral da Bahia no âmbito do Resgate.

Tabela 1
Configuração da Documentação da Capitania
da Bahia no âmbito do Projeto Resgate
1599 a 1828

Conjuntos Documentais	Datas-Extremas	Número de Rolos	Número de CD-ROMS	Número de Verbetes
Primeiro	1599 a 1807	181	33	34.758
	1619 a 1822	07	-	495
Segundo	1604 a 1828	293	31	19.610
TOTAL		481	64	54.863

Fonte: Arquivo Público do Estado da Bahia

O primeiro conjunto documental foi solenemente entregue em 15 de agosto de 1997. Trata-se dos documentos avulsos da Capitania da Bahia classificados por Luísa da Fonseca (1599 a 1700) e Eduardo de Castro e Almeida (1613 a 1807), e microfilmados em Lisboa na primeira metade do século XX. Neste primeiro conjunto, foram integrados ainda acervos da antiga Capitania de Sergipe (1619 a 1822), em razão da vinculação político-administrativa em relação à Bahia (BERTOLETTI, 2001, p. 16).

O segundo conjunto documental, que abrange o período entre 1604 a 1828, passou por um tratamento arquivístico sob a responsabilidade de uma equipe de pesquisadores baianos, que resultou na produção de duzentos e noventa e três (293) rolos de microfilme, contendo dezenove mil seiscientos e dez (19.610) verbetes, além de trinta e um (31) CD-ROM.

PROJETO REENCONTRO

No âmbito da Coluso, foi iniciada, em 1999, o Projeto Reencontro, objetivando proceder a microfilmagem, no Brasil, de documentos avulsos dos fundos coloniais existentes em arquivos e instituições de memória brasileiros, de interesse para a história comum do Brasil e de Portugal, tendo em vista a sua complementaridade.

No caso dos documentos custodiados pelo APB, foram selecionados conjuntos documentais para serem microfilmados pela Seção de Microfilmagem, a partir dos dados e informações registradas no Guia da Colônia, publicado nos *Anais do Arquivo Público do Estado da Bahia*, nº 52, em 1995. Trata-se de um conjunto documental com datas-balizas entre 1548 a 1822.

As normas que nortearam o Projeto Resgate foram mantidas igualmente neste Projeto, tendo sido produzido um total de setenta e sete (77) rolos de microfilmes, em cópias DDP de sais de prata, em 35 mm. Em um primeiro momento foram produzidos sessenta e cinco (65) rolos, somando-se em seguida mais doze (12) rolos. Vale

salientar que foram elaborados verbetes apenas para as “Ordens Régias”. Todo este material encontra-se a disposição, em Lisboa, no Centro de Estudos Damião de Góes.

PROJETO MICROFILMAGEM, DIGITALIZAÇÃO E CAPACITAÇÃO PARA O PROCESSAMENTO TÉCNICO DO ACERVO COLONIAL/PROVINCIAL

Os conjuntos documentais produzidos e acumulados no decorrer da vida política e administrativa do Brasil nos períodos colonial e provincial, correspondendo a três séculos e meio, são objeto de inúmeras pesquisas. Devido à idade desta documentação, cuja data-limite é de 1549 a 1822, impôs-se a urgência de microfilmá-la a fim de ser preservada, evitando assim o manuseio, que desgasta o acervo, além de propiciar ao pesquisador um acesso mais rápido à informação.

Face ao exposto, em 2005, foi apresentado pela Fundação Pedro Calmon (FPC), através do APB, um projeto ao Ministério da Cultura do Governo Brasileiro, posteriormente aprovado e apoiado através da Edição 2004/2005 do Programa Cultural Petrobras (PCP), implantado em 2006⁴, através de um processo licitatório de seleção de empresa para a execução das atividades de microfilmagem e digitalização de documentos de valor histórico.

Destacamos que os trabalhos de higienização e de pequenos reparos foram desenvolvidos pela equipe do Laboratório de Restauração e Encadernação do APB, além da participação de estagiários.

Foram produzidos duzentos e vinte e um mil e cem (221.100) fotogramas, reproduzidos em cento e quarenta e seis (146) rolos de microfilmes e dezenove (19) DVD (ARQUIVO PÚBLICO DA BAHIA, 2006).

4 Cf. <<http://www2.petrobras.com.br/minisite/MemoriaCultural/port/MuseusArquivos&Bibliotecas/ProjMicrofilmagem.asp>>

OUTROS PROJETOS

Existem, ainda, dois projetos com vistas à microfilmagem e à digitalização de documentos manuscritos. Ambos contemplados pelo Programa *Ayuda al Desarrollo de Archivos Iberoamericanos* (ADAI), que constitui um fundo financeiro multilateral de fomento ao desenvolvimento de arquivos dos países ibero-americanos. São eles: *Independência do Brasil na Bahia: microfilmagem, digitalização e elaboração de instrumento digital de pesquisa dos documentos originais custodiados no APB* (Edital ADAI 2007) e *Revolução dos Alfaiates 1798: restauração, microfilmagem, digitalização de instrumentos de pesquisa digital e de fontes manuscritas dos documentos originais custodiados no APB* (Edital ADAI 2008).

Soma-se o acervo do *Tribunal da Relação do Estado do Brasil e da Bahia (1652-1822)*, nominado como Memória do Mundo pela Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura (UNESCO) no Registro Nacional do Brasil em 2008. A homologação do reconhecimento consta da Portaria nº. 80, assinada pelo ministro da Cultura, Juca Ferreira, e publicada no Diário Oficial da União de sexta-feira, 14 de novembro de 2008 (Seção 1, página 42), confirmando o valor excepcional e o interesse nacional de um acervo documental que deve ser protegido para benefício da humanidade (BRASIL, 2008).

Este acervo reúne um quantitativo de 60.000 documentos aproximadamente, em suporte papel, que se constitui em uma fonte de pesquisa, consulta obrigatória para o entendimento da sociedade colonial a partir do conteúdo dos dispositivos, dos processos e das sentenças decisórias daquele Tribunal, que permeava todas as instâncias da vida e do cotidiano da Colônia. O valor histórico do acervo despertou o interesse do Tribunal de Justiça do Estado da Bahia, que tem se empenhado na preservação e divulgação de sua memória.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A microfilmagem foi institucionalizada no APB no ano de 1984, através do *Decreto Nº. 31.438*, de 2 de dezembro de 1984, que dispõe sobre a organização do então Arquivo Público do Estado da Bahia (APEB). O Art. 2.º do Capítulo II do supra-referido Decreto apresenta a estrutura do órgão, integrando à Gerência Técnico-Cultural (GETEC) a Seção de Reprografia. No Art. 8º destaca-se entre as finalidades da Getec: “promover [...] a preservação do acervo do APEB pela microfilmagem.” Neste mesmo artigo, são descritas as competências da Seção de Reprografia:

- a) viabilizar a indexação e a reprodução em microfilme do acervo do APEB;
- b) microfilmar ou adquirir microfilmes de outras instituições no Estado, no País ou no estrangeiro que guardem relação com o estado da Bahia, mediante expressa autorização do Diretor;
- c) promover a pesquisa do material microfilmado através de máquina de leitura;
- d) conservar catálogos dos microfilmes sob a sua guarda;
- e) guardar, em local fora do APEB, os microfilmes relativos ao acervo documental;
- f) proceder à reprografia de documentos, quando necessário, por solicitação das demais unidades do órgão ou pelos usuários, nesta hipótese mediante pagamento a ser fixado pela Direção do APEB;
- g) promover outras formas de reprodução;
- h) exercer outras atividades correlatas (BAHIA, 1984).

Em seguida, o Regimento da Fundação Pedro Calmon, homologado pelo *Decreto Nº. 9.757*, de 17 de janeiro de 2006, estabelece que compete a Coordenação Operacional do APB:

10. realizar a reprodução em microfilmes dos documentos sob a sua guarda;

[...]

12. microfilmar documentos ou adquirir microfilmes de outras instituições do Estado, da União ou internacionais, que guardem relação com o Estado da Bahia;

13. manter o controle e guarda dos microfilmes de segurança, relativos ao acervo documental do APB, em local fora da sede (BAHIA, 2006).

Vale lembrar que a microfilmagem é uma técnica adequada à preservação e ao acesso universal do patrimônio documental, amplamente regulamentada e autorizada no âmbito do Brasil pela *Lei Federal n.º 5.433*, de 08.05.1968, a qual foi regulamentada em 30 de janeiro de 1996, pelo *Decreto n.º 1799*. Paralelamente, padrões e técnicas internacionais para produção do microfilme estão definidos e funcionam bem. O microfilme é um produto relativamente de baixo custo e que garante a longevidade da informação registrada nos documentos, por mais de quatrocentos (400) anos. Além disso, novas tecnologias permitem a conversão posterior do microfilme para imagem digital com enorme ganho de tempo e qualidade, possibilitando a disponibilização da informação em tempo real, em qualquer parte, para o usuário pesquisador ou o cidadão em geral.

Diante disso, a Direção Geral da FPC, a Diretoria do APB, e os técnicos da Seção que lidam sistematicamente com a documentação em questão continuam a consagrar esforços para que os benefícios da microfilmagem e da digitalização se estendam efetivamente a todo o acervo do Brasil Colonial e do Brasil Provincial/Monárquico custodiado pelo APB.

O interesse em qualificar a aplicação das tecnologias, para assegurar a preservação e possibilitar a efetiva universalização do acesso às fontes de informação arquivística custodiadas pelo APB, motivou o diálogo da Direção do APB com o Grupo de Estudos

sobre Cultura, Representação e Informação Digitais (CRIDI)⁵, do Instituto de Ciência da Informação da Universidade Federal da Bahia (ICI-UFBA)⁶. A intenção é formalizar um termo de cooperação técnica entre as instituições com vistas a criar uma infraestrutura de digitalização, capaz de atender as demandas exigidas pelo próprio acervo, que reúne manuscritos desde o século XVII. Todo este investimento tem como fundamento assegurar o direito à memória e a cidadania.

REFERÊNCIAS

ARQUIVO NACIONAL. COLUSO. **Os Protocolos de colaboração**. 2009. Disponível em: <<http://www.conarq.arquivonacional.gov.br/cgi/cgilna.exe/sys/start.htm?sid=22>>. Acesso em: 1 abr. 2009.

ARQUIVO PÚBLICO DA BAHIA. **Relatório de Atividades do Projeto “Microfilmagem e Digitalização do Acervo Colonial e Provincial Custodiado pelo APB”**. Salvador, 2006.

BAHIA. Decreto nº 9.757, de 17 de janeiro de 2006. Homologa a Resolução nº 002/2005, do Conselho Curador da Fundação Pedro Calmon - Centro de Memória e Arquivo Público da Bahia. Disponível em: <<http://www.jusbrasil.com.br/legislacao/76028/decreto-9757-06-bahia-ba>>. Acesso em: 30 abr. 2010.

———. Decreto nº 31.438, de 2 de dezembro de 1984. Dispõe sobre a organização do Arquivo Público do Estado da Bahia. In: SISTEMA de arquivos do Estado da Bahia. Salvador: Empresa Gráfica da Bahia, 1985. p. 16.

BERTOLETTI, Esther Caldas. Documentos resgatados e reencontrados. In: ARQUIVO NACIONAL. **Revisitando a história colonial brasileira**: balanço das realizações de um programa de cooperação Brasil-Portugal na área de arquivos. Rio de Janeiro: Arquivo Nacional, 2001. p. 12-27.

5 Cf. <www.cridi.ufba.br>. Acesso em: 30 abr.2010.

6 Cf. <www.ici.ufba.br>. Acesso em 30 abr. 2010.

BRASIL. Ministério da Cultura. Portaria nº. 80 de 11 de novembro de 2008. Reconhece a inscrição no Registro Nacional do Brasil do Programa Memória do Mundo da UNESCO dos acervos documentais aprovados, de acordo com a decisão do Comitê Nacional do Brasil, proferida em reunião realizada em 24 de junho de 2008 na cidade do Rio de Janeiro. Disponível em: <http://74.125.95.132/custom?q=cache:TmTzpzUpOkMJ:www.cultura.gov.br/site/wp-content/uploads/2008/11/portaria-n-80_programa-memoria-do-mundo.pdf+registro+memoria+do+mundo&cd=7&hl=pt-BR&ct=clnk&client=google-coop-np>. Acesso em: 30 abr. 2010.

_____. Lei nº 5.433, de 8 de maio de 1968. Regula a microfilmagem de documentos oficiais e dá outras providências. Disponível em: <<http://www.conarq.arquivonacional.gov.br/cgi/cgilua.exe/sys/start.htm?infoid=89&sid=52>>. Acesso em: 30 abr. 2010.

COMISSÃO LUSO-BRASILEIRA PARA A SALVAGUARDA E A DIVULGAÇÃO DO PATRIMÔNIO DOCUMENTAL. **Plano Luso-Brasileiro de Microfilmagem**. Rio de Janeiro, 1997. Disponível em: <<http://www.conarq.arquivonacional.gov.br/Media/planolusobrasileirodemicrofilmagem.pdf>>. Acesso em: 1 nov. 2007.

HISTÓRIA DIGITAL. Brasília: UnB, 2007 -. Anual. ISSN 1982-230.

NASCIMENTO, Anna Amélia Vieira. O reencontro dos documentos de Portugal e da Bahia. In: ARQUIVO NACIONAL. **Revisitando a história colonial brasileira: balanço das realizações de um programa de cooperação Brasil-Portugal na área de arquivos**. Rio de Janeiro, 2001. p. 34-36.

ROSADO, Rita de Cássia Santana de Carvalho. **Reproduction de documents d'archives de differents pays Projet Resgate "Barão do Rio Branco"**. Salvador: [s.n.], 2008. 4p.

Elementos de informação para a construção de uma história da UFBA

Rejane Pereira Correia¹ rejanefazhistoria@yahoo.com.br

Ana Aparecida Gonzaga da Silva² cidaleah@yahoo.com.br

Odeilma da Silva da Cruz³ odeilma18@yahoo.com.br

Rubens R. G. da Silva⁴ rubensri@ufba.br

INTRODUÇÃO

O projeto de pesquisa, que vem reunindo elementos de informação sobre a história da Universidade Federal da Bahia (UFBA), foi constituído de três fases de um ano. Nas duas primeiras fases buscou-se coletar elementos de informação que ajudassem a reunir fontes para a produção de uma história da instituição. O projeto foi formalmente iniciado em agosto de 2007 (a partir dos editais do Programa Permanecer e Programa Institucional de Bolsas de Iniciação Científica, únicas fontes de recursos para a pesquisa,

- 1
Licenciada em História pela Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas da Universidade Federal da Bahia (FFCH-UFBA). Bolsista PIBIC-UFBA-FAPESB, na segunda fase de pesquisa sobre a História da UFBA; bolsista PIBIC-UFBA-CNPq na primeira fase da pesquisa.
- 2 Arquivista, graduada pelo ICI-UFBA; graduanda em História (FFCH-UFBA). Bolsista PIBIC-UFBA-FAPESB, na segunda fase de pesquisa sobre História da UFBA; bolsista do Programa Permanecer (UFBA) na primeira fase da pesquisa.
- 3 Arquivista, graduada pelo ICI-UFBA. Bolsista do Programa Permanecer (UFBA) na primeira fase da pesquisa.
- 4 Doutor em Ciência da Informação (UFRJ/IBICT, 2002). Professor adjunto III, vice-diretor do Instituto de Ciência da Informação da Universidade Federal da Bahia.

neste caso), mas está efetivamente em organização no Instituto de Ciência da Informação (ICI-UFBA) desde o mês de dezembro de 2006 e tem previsão de conclusão para agosto de 2010. Após o primeiro ano, quando o projeto era desenvolvido exclusivamente no âmbito do Grupo de Estudos sobre Cultura, Representação e Informação Digitais (CRIDI), a proposta passou a ser desenvolvida também no âmbito institucional do ICI, continuando, no entanto, a ser desenvolvida, complementarmente, no CRIDI como forma de se conseguir mais bolsas que viabilizassem seu desenvolvimento. Este capítulo nos remete apenas ao que foi realizado pelos bolsistas do grupo CRIDI.

Sua execução nos permite conhecer momentos da história da UFBA e, conseqüentemente, de seu espaço institucional, a partir de fontes existentes mesmo anteriores à sua federalização. A maior parte da coleta de dados foi realizada em jornais de grande circulação em Salvador (*Diário de Notícias*, *A Tarde* e *Tribuna da Bahia*). Textos produzidos por diretores de Unidades Universitárias da UFBA e documentos produzidos por diferentes instâncias da instituição complementam o trabalho de coleta de dados.

Esta pesquisa possibilita também o contato com o universo acadêmico da Universidade da Bahia, entre 1946 e 1950, momento anterior à sua federalização. A relevância dos planos de trabalho já executados está na reunião de elementos de informação sobre o ambiente institucional, que resultará na permanência da memória e na possibilidade do registro da história da maior instituição de ensino superior da Bahia.

O projeto remete, ainda, aos 200 anos da implantação do ensino de nível superior no Brasil, a partir do aniversário da Faculdade de Medicina da Bahia (FAMEB). Criada em 1808, foi inicialmente denominada Escola de Cirurgia da Bahia e teve sua sede no velho Hospital Militar do antigo espaço do Colégio dos Jesuítas. O desenvolvimento do projeto visa à publicação de uma base de dados no repositório UFBA e de um livro que reunirá conteúdo informacional relativo à trajetória da UFBA.

Durante os dois primeiros anos formais de execução do projeto, entre agosto de 2007 e julho de 2009, foram coletados dados que reuniram subsídios para a realização de uma complexa tarefa, quer devido à grande quantidade de dados existentes, quer pela desorganização em que a maioria se encontra nas Unidades, quer devido à necessidade de reunir dados em diferentes instâncias acadêmicas. Concluída a primeira fase, o projeto dá continuidade à execução de suas atividades, como levantamentos em fontes primárias e secundárias e organização dos dados coletados, agora com a inclusão de dados em campos criados para uma base num setor específico do repositório UFBA.

Neste sentido, são relatados aqui os resultados parciais de quatro planos de trabalho, executados por bolsistas de iniciação científica (PIBIC-UFBA-CNPq, PIBIC-UFBA-FAPESB e Programa Permanecer), que objetivaram reunir elementos de informação para a elaboração da história da UFBA.

METODOLOGIA

As atividades da pesquisa foram conduzidas pela atuação no âmbito de uma abordagem metodológica que introduziu as bolsistas ao pensamento dialético e ao materialismo histórico. Não se trata apenas, portanto, de reunirmos elementos para uma futura escritura oficial historiográfica, mas de promover possibilidades para que outros pesquisadores e estudantes possam encontrar dados para a compreensão das contradições que constituem o processo histórico.

No contexto dos procedimentos, etapas mais concretas da investigação, os métodos histórico e comparativo foram importantes aliados instrumentais. O procedimento histórico nos permitiu conduzir a investigação sobre acontecimentos e processos do passado da UFBA, procurando esclarecer eventuais influências na sociedade baiana e brasileira atuais, e nesse sentido, o contexto

cultural torna-se relevante para a percepção da historicidade e da rede de fenômenos e processos, caracterizando-se cada época. O procedimento comparativo nos permitiu estabelecer confronto entre diferentes estágios do desenvolvimento da UFBA, nos diferentes períodos que constituem o percurso da instituição, a partir do estabelecimento de relações que resultaram da análise introdutória dos dados coletados.

No aspecto operacional concreto das ações de coleta de dados, adotamos técnicas de documentação indireta e observação direta intensiva. Nas ações adotadas para documentação indireta, utilizamos a pesquisa documental, bibliográfica e a internet. Na observação intensiva, utilizamos nossos sentidos, associando-os à observação atenta, quando estivemos em visita às Unidades, de forma a coletar dados, pela visualização, que de outra forma poderiam passar despercebidos. Há possibilidades, na última fase da pesquisa (agosto de 2009 a julho de 2010), de ser adotada também a técnica de análise de conteúdo da documentação coletada; mas nada podemos garantir, já que as solicitações de bolsistas em nenhuma das vezes foram contempladas em 100% do constante das demandas submetidas.

O universo da pesquisa, como um todo, abrangia, inicialmente, todas as instâncias da UFBA, considerando-se os Conselhos Superiores, as Unidades Universitárias, a Administração Central, os Órgãos Suplementares e ainda todos os outros órgãos ligados à instituição. Entretanto, o enorme volume de trabalho, a pequena equipe de pesquisadores, o escasso número de bolsas de iniciação científica, a ausência de recursos financeiros destinados exclusivamente à pesquisa inviabilizou a execução do cronograma na completude de todas as instâncias, levando a coordenação do projeto a decidir por nos atermos exclusivamente às Unidades Universitárias, deixando outras instâncias para momento oportuno, quando, então, poderemos propor novo projeto de pesquisa, talvez, com um novo volume complementar à obra, delimitado aos seus Órgãos Suplementares e aos outros órgãos a elas associados.

O texto aqui apresentado limita-se ao que resultou do levantamento de dados inicial associado aos planos de trabalho sob a responsabilidade das bolsistas de iniciação científica autoras do capítulo, sob a coordenação de seu orientador, coautor. Assim, a atividade de coleta de dados, a que se refere o texto, ocorreu nas Unidades Universitárias Escola Politécnica, Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas, Faculdade de Ciências Econômicas e Faculdade de Ciências Contábeis. Há outros quatro estudantes⁵, em suas primeiras experiências como bolsistas do Programa Permanecer, vinculados, não ao grupo CRIDI, mas ao projeto institucional, atuando em outras Unidades da UFBA, sob a orientação de outros três docentes orientadores do ICI-UFBA⁶. Vale lembrar que, além do volume com textos referentes à história das Unidades Universitárias da UFBA, haverá também um volume, em fase de conclusão, elaborado por esses outros três docentes mencionados, sobre a biografia dos reitores da UFBA.

ELEMENTOS DE INFORMAÇÃO INICIAIS

A história do ensino superior no Brasil remonta ao ano de 1808, com a implementação da Escola de Cirurgia da Bahia, fundada em Salvador após a chegada da Família Real Portuguesa ao Brasil. Há autores que sustentam a tese de que o ensino superior na Bahia seja anterior a 1808. Telles (1984), em sua obra *História da Engenharia no Brasil (séculos XVI a XIX)*, faz referências à criação de um curso para a construção de fortes e artilharia, ministrado em Salvador, de 1770-1829, ou seja, seu funcionamento teria sido precursor do ensino das engenharias na Bahia.

5 Quelmonis dos Santos Souza, estudante de Biblioteconomia e Documentação; Michel Sacramento dos Santos, estudante de Artes; Leandro Silva Santos, estudante de Arquivologia; e Davi Souza Santos, estudante de História.

6 Profa. Lídia Toutain, profa. Aida Varela e profa. Marilene Lobo.

Entretanto, o ensino superior no Brasil somente obteve reconhecimento a partir da Escola de Cirurgia da Bahia, criada com o aviso régio em 18 de fevereiro de 1808. Em 1815, a Escola acompanhou o modelo de curso do Rio de Janeiro, com cinco anos de duração, durante os quais se estudaria Anatomia, Química Farmacêutica, Princípios e Prática Médico-Cirúrgica, Fisiologia, Higiene, Patologia, Terapêutica e Obstetrícia (TAVARES, 2001). Ainda de acordo com Tavares, o núcleo da Faculdade de Medicina foi o grande centro de ensino médico e cultural humanista que exerceu larga influência nas ciências médicas brasileiras no século XIX.

Até o início do século XX, as únicas escolas de ensino superior na Bahia eram a Fameb, nome que recebeu em 03 de outubro de 1832 – que oferecia também o curso de Farmácia (criado no mesmo ano de 1832, mantendo-se anexo à Fameb até 1949, quando alça a condição de Faculdade de Farmácia) e o curso de Odontologia (criado em 1884, mantendo-se vinculada à Fameb até 1949, quando passa a se chamar Faculdade de Odontologia) –; a Faculdade de Direito da Bahia (fundada em 1891 com o nome de Faculdade Livre de Direito da Bahia, mantendo este nome até 1914); a Escola Politécnica (fundada em 1897); a Escola de Belas Artes (fundada em 1877 com o nome de Academia de Belas Artes da Bahia, cujo nome atual data de 28 de setembro de 1895) e a Faculdade de Ciências Econômicas (cujo nome original, de 1905, era Escola Comercial da Bahia, modificado para a denominação atual a partir de 1951, quando a Fundação Faculdade de Ciências Econômicas é incorporada à UFBA).

Anos depois, com o reitorado de Edgar Santos, que durou cerca de 15 anos, fundou-se, em 02 de julho de 1946, a Universidade da Bahia, instalada no Terreiro de Jesus, a partir do Decreto Lei nº 9.155, de 08 de abril de 1946 (BRASIL, 1946). A Universidade da Bahia, nesse primeiro momento, era, então, formada a partir da integração das Unidades Universitárias citadas anteriormente mais a Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras (1943) e a Escola de Biblioteconomia (1942).

A instituição passou a chamar-se Universidade Federal da Bahia em 04 de dezembro de 1950, quando o Governo Federal sanciona a Lei 2.234 (BRASIL, 1950) que definia o Sistema Federal de Ensino Superior no Brasil.

O espírito artístico-cultural que caracterizava a atuação da Instituição na década de 1950, especialmente através dos seis Seminários Internacionais de Música, estimula, na UFBA, primeira Universidade a abrigar curso de teatro no país (BOAVENTURA, 1999), o surgimento da Escola de Teatro e da Escola de Dança, em 1956. Para organizar e dirigir a Escola de Teatro, foi convidado o médico, pintor e homem de teatro, Eros Martins Gonçalves. Na década de 1960, são marcantes os Seminários Livres de Música. Em 1968, como resultado da Reforma Universitária, “as três escolas de artes, Seminários de Música, Escola de Dança e Escola de Teatro foram formalmente abolidas, passando a se constituir em departamentos da nova Unidade criada: a Escola de Música e Artes Cênicas” (BASTIANELLI, 2004, p. XVIII-XIX). Em meados da década de 1980, com novo rearranjo para as três escolas, a área de música passa a constituir a atual Escola de Música. Somente em 1998 a Escola de Dança se constitui efetivamente como Unidade de Ensino, Pesquisa e Extensão (BOAVENTURA, 1999).

Nas próximas seções do capítulo serão apresentados dados introdutórios ao histórico de quatro Unidades Universitárias em que a coleta de dados se deu: Escola Politécnica, Faculdade de Ciências Econômicas, Faculdade de Ciências Contábeis e Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas.

Escola Politécnica

A Escola Politécnica foi fundada no dia 14 de março de 1897, no Centro Histórico de Salvador, num edifício na Rua das Laranjeiras, nº 6, sob a liderança do engenheiro Arlindo Coelho Fragoso. A Instituição surgia num momento de grande instabilidade política no país por conta do recente advento da Proclamação da República.

Tal situação refletia politicamente no estado, que estava em busca de sua autonomia plena; mas, para isso, seriam necessários maiores investimentos em setores essenciais como transporte, energia, saúde, educação.

É nesse contexto histórico que surge a Escola Politécnica da Bahia, tendo como primeiro presidente Sátiro de Oliveira Dias que, simultaneamente, exercia o cargo de Secretário do Interior, Justiça e Instrução Pública (1896-1897) do governo de Luís Viana (1896-1900). Em 09 de maio de 1898 recebe do então presidente da República, Prudente de Moraes, o título de “Escola Livre”. Entretanto, apesar de sua proximidade com as esferas administrativas estadual e federal, a Escola não se livrou do enfrentamento de graves problemas financeiros. Como afirma Farias,

Na primeira fase de sua existência, que transcorreu desde a fundação, em 1897, até a consolidação do primeiro processo de federalização, em 1932, a vida da Escola Politécnica da Bahia esteve marcada pela instabilidade financeira, sempre na dependência dos repasses de verbas públicas, o que oscilou ao sabor do comando das políticas locais e nacional. (FARIAS, 2004, p. 41).

Em 1932, a Escola Politécnica foi federalizada, mas por pouco tempo, pois a partir do Decreto Lei nº 11.472, de 11 de novembro de 1939 (apud FARIAS, 2004), a administração da Escola é assumida pelo Estado da Bahia, durando até 1946, quando é, então, criada a UFBA, que incorpora a Escola Politécnica como Unidade Universitária.

Faculdade de Ciências Econômicas

A Faculdade de Ciências Econômicas (FCE) foi criada em 1905 sob a denominação de Escola Comercial da Bahia. Sua primeira sede foi na Rua Chile, posteriormente transferindo-se para a Praça da

Piedade, funcionando em seu antigo prédio até 1953. Durante o período de construção do atual edifício, a Faculdade utilizou para seu funcionamento o Instituto Isaías Alves (ICEIA) e o antigo Seminário de Santa Tereza, onde se acha instalado atualmente o Museu de Arte Sacra da Bahia (MARTINS, 2004).

A FCE foi incorporada à UFBA como instituição de ensino superior a partir do Decreto nº 5.155, de 08 de dezembro de 1950 (apud SICSÚ; PAULA; MICHEL, 2007). Inicialmente, o curso que mais se destacava era o de Ciências Contábeis. A FCE só veio a se expandir a partir da valorização do curso de Economia no Brasil, principalmente a partir do governo de Juscelino Kubitschek, quando Celso Furtado elaborou um estudo sobre a economia brasileira que serviria de base para o Plano de Metas do referido governo.

O curso passou por quatro reformulações da matriz curricular, como forma de seguir as modificações advindas em uma área dinâmica, como é a Economia, além do processo de transformação econômica do Brasil e do mundo.

A pós-graduação da FCE iniciou suas atividades em 1973 com o curso embrião que iria resultar em seu atual mestrado. Este curso, até o ano de 1983, foi financiado pela Fundação Rockfeller. Segundo Boaventura (1999), o apoio de instituições nacionais e estrangeiras, particularmente a Rockfeller, para a UFBA, caracterizou-se também por um variado repertório de informações artísticas e culturais, que beneficiaram a cidade de Salvador como um todo.

No que diz respeito à coleta de dados sobre a história da UFBA, a partir do levantamento parcial na FCE, pesquisamos atas de 1982 a 2004 de reuniões de Congregação; atas de 1987 a 2008, de reuniões do Departamento de Economia Aplicada; atas de 1997 a 2008, de reuniões do Departamento de Teoria Econômica; atas de 1969 a 2002, das sessões do Colegiado; atas das sessões especiais realizadas na FCE; atas de 1949, de abertura das sessões do Conselho Departamental da FCE; atas de 1934, momento de novos ajustes e reinstalação do curso; atas de reuniões da Direção da Associação dos Antigos Alunos da FCE; atas de 1945, de sessões das

campanhas pró Faculdade de Ciências Econômicas, vale ressaltar que este último livro de atas foi doado pelo Diretório Acadêmico do curso à FCE.

Um fator importante refere-se ao frágil estado de conservação dos documentos, principalmente os que datam da década de 1930 à década de 1940. As dificuldades que a FCE enfrenta, como muitas outras Unidades Universitárias da UFBA, para organizar seu acervo arquivístico também é um fator determinante para o agravamento do estado de conservação dos documentos e, conseqüentemente, para a permanência da memória e para o registro da história. Outro fator que deve receber atenção está associado ao que se denomina, em Arquivologia, “princípio de respeito ao fundo”, ou “princípio da proveniência”, segundo o qual “[...] o arquivo produzido por uma entidade coletiva, pessoa ou família não deve ser misturado aos de outras entidades produtoras [...]” (ARQUIVO NACIONAL, 2005, p. 136). Por exemplo, documentos compreendendo as décadas de 1930 a 1950 foram localizados no arquivo da Faculdade de Ciências Contábeis (FCC), originada, por sua vez, de um Departamento da FCE, em 1997. Esses documentos deveriam estar conservados no arquivo da instância que lhe deu origem, ou seja, FCE, já que, atualmente, ambas, FCE e FCC constituem Unidades Universitárias distintas, ainda que funcionem em um único prédio.

Faculdade de Ciências Contábeis

O curso de Ciências Contábeis iniciou suas atividades em 12 de março de 1905, com a Escola Comercial da Bahia. Em 07 de agosto de 1934, a Escola Comercial transformou-se na Fundação Faculdade de Ciências Econômicas, com as Ciências Contábeis passando a funcionar como Departamento III, criado em 13 de dezembro de 1949 na FCE.

O curso foi criado a partir do Decreto-Lei n.º 7.988, de 22 de setembro de 1945 (apud MARTINS, 2004), com a denominação de Ciências Contábeis e Atuariais. O mesmo diploma legal esta-

belecia a duração de quatro anos e extinguiu o curso superior de Administração e Finanças e o curso de Atuariais, criados através do Decreto n.º 20.158, de 30 de junho de 1931 (apud MARTINS, 2004). Em 1951, o curso de Ciências Contábeis e Atuariais foi desmembrado em dois, o de Ciências Contábeis e o de Ciências Atuariais, sendo que por falta de demanda apenas o primeiro continuou a ser oferecido pela UFBA (MARTINS, 2004).

O curso de Ciências Contábeis funcionou vinculado à FCE de 1945 até abril de 1996, quando foi criada a Faculdade de Ciências Contábeis (FCC). Segundo Martins (2004), essa medida foi necessária e se tornou imperiosa para o perfeito atendimento das necessidades econômicas, face à prevalência de atividades práticas e à crescente demanda do mercado de contadores.

A coleta de dados na FCC para a história da UFBA, reuniu, até o momento em que produzíamos este texto, dados de atas de 1996 a 2007, de reuniões departamentais, e dados de Relatórios de Atividades da FCC, de 2004 a 2008.

Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas

A Faculdade de Filosofia da Bahia foi fundada no dia 13 de junho de 1941, com a aprovação do seu estatuto na Associação Comercial da Bahia. Para o funcionamento da Faculdade, o interventor federal Landulfo Alves cedeu o prédio da antiga Escola Normal, situado em Nazaré, que havia sido a mansão de Cícero Dantas Martins, Barão de Jeremoabo (1838-1903), maior proprietário de terras da região brasileira então conhecida como Norte. O prédio, no entanto, estava emprestado ao Exército, fazendo com que as aulas da Faculdade acontecessem, até 1945, num prédio da Piedade onde, atualmente, funciona a FCE. A partir de 1945, e até 1970, as aulas passam a ocorrer de fato em Nazaré onde hoje se encontra o Ministério Público Estadual.

A Faculdade de Filosofia passou a fazer parte da Universidade da Bahia em 1946, recebendo seu nome atual, Faculdade de Filosofia

e Ciências Humanas (FFCH), em 1950, quando a Universidade se federalizou, passando a chamar-se UFBA.

Desde o início de sua fundação até a Reforma Universitária de 1968, que cria a estrutura departamental, muitos cursos deixaram de funcionar. A partir da transferência da FFCH para o Terreiro de Jesus, em 1970, alguns cursos foram desmembrados, fundando seus próprios Institutos. Em janeiro de 1974, a FFCH mudou-se, definitivamente, para a Estrada de São Lázaro.

Atualmente a FFCH é composta por cinco Colegiados de Graduação, sete Departamentos, Biblioteca e um Laboratório de Microfilmagem. Os cursos de História, Ciências Sociais e o Núcleo de Estudos Interdisciplinares sobre Mulheres, Gênero e Feminismo possuem curso de Mestrado e Doutorado (o curso de Psicologia, que fez parte da FFCH até 2008, também oferece Mestrado e Doutorado, e passou à condição de Unidade Universitária, o Instituto de Psicologia). Já o curso de Filosofia oferece apenas o mestrado em Filosofia Contemporânea (UNIVERSIDADE FEDERAL DA BAHIA. Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas, 2009).

Entre os anos de 1956 e 1962 a FFCH mantinha em sua estrutura a Escola Experimental, ou Escola da Alegria. O objetivo desta Escola era a demonstração de métodos de educação e ensino, servindo como campo de observação e experimentação para professores e estudantes que participavam dos cursos de aperfeiçoamento promovidos pelo Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira (INEP). A Escola não tinha uma finalidade seletiva e preparatória para as fases posteriores do ensino, e como não existiam graus e séries estabelecidos, usou-se o critério de organização das turmas sem levar em conta a graduação escolar. As turmas foram constituídas por critérios de interesses comuns, próprios de cada idade. Buscava atender as diferenças individuais e promovia a formação de cada um de acordo com suas aptidões. A criança era o centro do projeto pedagógico da escola, as atividades eram consideradas predominantemente lúdicas que evoluíam para um trabalho que, por sua vez, daria lugar ao estudo.

O quadro de professores da Escola englobava professores da FFCH e do Colégio Aplicação da UFBA, chamado inicialmente de Ginásio de Aplicação, criado em 1949 para que os alunos pudessem estagiar, tornando-se Colégio em 1953.

O levantamento de dados na FFCH para a história da UFBA continuava em andamento até o momento em que este texto foi produzido, com contatos já estabelecidos com a Direção da Unidade Universitária, de forma que fosse elaborado um texto que referisse seus cinco cursos.

RESULTADOS ALCANÇADOS

Uma vasta documentação vem sendo reunida nestes dois anos de desenvolvimento de nossos planos de trabalho, que compõem o projeto de pesquisa sobre elementos de informação sobre a história da UFBA. Na terceira e última fase do projeto, todo o material coletado será disponibilizado no repositório UFBA.

Em termos de produtos, o projeto está resultando em elementos de informação historiográficos. Por exemplo, foi produzido um documento de 303 páginas, reunindo notícias veiculadas em três jornais de grande circulação na cidade de Salvador entre 1946 e 2008. Nos limites deste período, levantamos elementos de informação nos jornais A Tarde, Tribuna da Bahia e Diário de Notícias. Este documento é constituído de cinco campos (colunas) em que foram registrados:

- a) nome do jornal;
- b) local onde foi feita a coleta do dado;
- c) data da matéria publicada;
- d) título e resumo da matéria publicada;
- e) campo para indicação de existência de fotografia relevante publicada associada à matéria.

Na terceira fase, final, do projeto, estes dados serão reunidos em uma base de dados no repositório da UFBA, que se encontra em fase de implementação.

Outro produto de nossos planos de trabalho foram as comunicações orais em eventos acadêmicos, como o Fórum Universidade, Juventude e Diversidade, promovido pela Pró-Reitoria de Assuntos Estudantis (PROAE), o Seminário Interativo Ensino, Pesquisa e Extensão, promovido pela Pró-Reitoria de Extensão (PROEXT) e o XXVII Seminário Estudantil de Pesquisa (SEMEP), promovido pela Pró-Reitoria de Pesquisa e Pós-Graduação (PRRPG).⁷

Elaboramos, ainda, uma vasta bibliografia sobre questões voltadas à História da UFBA, a partir de levantamentos feitos na Biblioteca Central da UFBA (Seção Memória), na Base Pergamum⁸, na Biblioteca Pública do Estado da Bahia e no Arquivo Público do Estado da Bahia e no Arquivo Municipal de Salvador.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A sistematização de notícias veiculadas em jornais com dados relevantes para a história da UFBA foi uma atividade que acabou resultando em nosso principal produto, tendo, no entanto, surgido como alternativa às dificuldades impostas à realização de algumas etapas da pesquisa, como, por exemplo, a análise de relatórios de gestão das Unidades Universitárias e Pró-Reitorias. Só conseguimos concluí-la, entretanto, no último trimestre de 2008, pois o período estabelecido para a sua realização teve que ser prolongado sucessivamente, devido ao péssimo estado de conservação dos jornais consultados.

7 Cf. UNIVERSIDADE FEDERAL DA BAHIA. Pró-Reitoria de Pesquisa e Pós-Graduação (2008). Disponível em: <<http://www.semppg.ufba.br/arquivos/programasemppg2008.pdf>> Acesso em: 30 abr. 2010.

8 Catálogo informatizado do Sistema de Bibliotecas da UFBA.

Outras dificuldades foram encontradas para a realização de atividades previstas no cronograma, na primeira fase dos planos de trabalho, dentre elas, a greve dos servidores públicos federais, ocorrida em 2007, que resultou na nossa migração para outras atividades de pesquisa, como alternativa para solucionar os problemas existentes. Consequentemente, etapas do cronograma foram adiadas para a fase posterior. Uma das alternativas encontradas para ação na pesquisa, foi a coleta de dados na Biblioteca Central do Estado da Bahia, atividade esta que subsidiou alguns dos principais resultados alcançados nos planos de trabalho que executamos.

Esperamos que o andamento da pesquisa, como um todo, resulte no efetivo alcance de seu principal objetivo, com a publicação de um livro sobre a história da UFBA em agosto de 2010 e a disponibilização no repositório da UFBA dos dados coletados em jornais.

REFERÊNCIAS

ARQUIVO NACIONAL. **Dicionário brasileiro de terminologia arquivística**. Rio de Janeiro, 2005. Disponível em: <<http://www.portalan.arquivonacional.gov.br/Media/Dicion%20Term%20Arquiv.pdf>>. Acesso em: 18 maio 2009.

BASTIANELLI, Piero. **A Universidade e a música: uma memória 1954-2004**. Salvador: EMUS-UFBA, 2004. 2 v.

BOAVENTURA, Edvaldo M. **UFBA: trajetória de uma universidade**. Salvador: EGBA, 1999.

BRASIL. **Decreto Lei nº 9.155, de 08 de abril de 1946**. Cria a Universidade da Bahia e dá outras providências. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/Decreto-Lei/1937-1946/Del9155.htm>. Acesso em 30 abr. 2010.

BRASIL. **Lei nº 2.234, de 04 de dezembro de 1950**. Define o Sistema Federal de Ensino Superior no Brasil.

FARIAS, Sérgio Fraga Santos. **Escola Politécnica**: tradição de grandes nomes na história da Bahia. Salvador: Helvécia, 2004.

MARTINS, Wilson Thomé Sardinha. **História da Faculdade de Ciências Contábeis da UFBA**. Salvador: EDUFBA, 2004.

SICSÚ, J.; PAULA, L. F. de; MICHEL, R. Por que novo desenvolvimentismo? **Revista de Economia Política**, São Paulo, v. 27, n. 4, p. 507-524, out./dez. 2007.

TAVARES, Luís Henrique Dias. **História da Bahia**. São Paulo: UNESP; Salvador: EDUFBA, 2001.

TELLES, Pedro Carlos da Silva. **História da engenharia no Brasil**: séculos XVI a XIX. Rio de Janeiro: LTC, 1984.

UNIVERSIDADE FEDERAL DA BAHIA. Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas. **Histórico**. Salvador, 2009?. Disponível em: <http://www.ffch.ufba.br/ffch_historico.html>. Acesso em: 25 abr. 2009.

UNIVERSIDADE FEDERAL DA BAHIA. Pró-Reitoria de Pesquisa e Pós-Graduação. **XXVIII Seminário Estudantil de pesquisa / IX Seminário de Pesquisa e Pós-Graduação**. Salvador, 2008. Disponível em: <<http://www.semppg.ufba.br/arquivos/programasemppg2008.pdf>>. Acesso em: 30 abr. 2010.

OUTRAS OBRAS CONSULTADAS

ALMEIDA FILHO, Naomar de. **Universidade Nova**: textos críticos e esperançosos. Brasília, DF: Ed. Universidade de Brasília; Salvador: EDUFBA, 2007.

80 ANOS de Escola Politécnica UFBA. Salvador: Bureau Gráfica e Ed., [198-?].

BARROS, Aidil J. P.; LEHFELD, Neide A. S.. **Projeto de pesquisa**: propostas metodológicas. Petrópolis: Vozes, 2005.

COSTA, Caiuby Alves da. **Escola Politécnica: 105 anos da Escola Politécnica da UFBA**. Salvador: P&A Gráfica e Ed., 2003.

CUNHA, Luiz Antônio. A **Universidade reformada: o golpe de 1964 e a modernização do ensino superior**. São Paulo: Ed. UNESP, 2007.

DEMO, Pedro. **Metodologia científica em ciências sociais**. São Paulo: Atlas, 1995.

GUIMARÃES, Archimedes Pereira. **A Escola Politécnica da Bahia sob a administração do estado de 1940 a 1944**. Salvador: Escola Politécnica da Bahia, 1957.

HUHNE, Leda M. **Metodologia científica**. Caderno de textos e técnicas. Rio de Janeiro: Atlas, 1989.

MARCONI, Marina de Andrade; LAKATOS, Eva Maria. **Fundamentos de metodologia científica**. 6. ed. São Paulo: Atlas, 2005.

TEIXEIRA, Rodolfo. **Memória histórica da Faculdade de Medicina do Terreiro de Jesus (1943-1995)**. Salvador: EDUFBA, 2001.

TRIVIÑOS, A. N. S. **Introdução à pesquisa em ciências sociais: a pesquisa qualitativa em educação**. São Paulo: Atlas, 1987.

Uma nova geração de instrumentos arquivísticos de referência: a publicação dos produtos das descrições arquivísticas em meio eletrônico

Ricardo Sodré Andrade¹ ricardo@yndexa.com

Rubens R. G. Silva² rubensri@ufba.br

BREVE CRÍTICA TERMINOLÓGICA: DO INSTRUMENTO DE PESQUISA AO INSTRUMENTO ARQUIVÍSTICO DE REFERÊNCIA

Iniciamos esse trabalho com uma crítica ao termo “instrumento de pesquisa”, consolidado no campo da Arquivologia no Brasil, mas que não remete ao significado real e imediato que apresenta na prática. Sugere-se a adoção do termo “instrumento arquivístico de referência” ou mesmo “instrumento de referência”, quando a natureza arquivística do acervo ao qual o instrumento se refere estiver claramente determinado.

1 Mestre em Ciência da Informação (PPGCI/UFBA), Arquivista da Superintendência Administrativa da UFBA. Web: <<http://www.ricardo.arquivista.net>>.

2 Doutor em Ciência da Informação (UFRJ/IBICT, 2002). Professor adjunto III, vice-diretor do Instituto de Ciência da Informação da Universidade Federal da Bahia.

Hagen (1998, p. 5) aponta que a função do instrumento arquivístico de referência, tanto quanto o é de um instrumento de referência bibliográfica, é o de permitir a “[...] exploração do conhecimento registrado.” Aqui, entende-se “explorar” como ação que permite saber os limites do que pode ser encontrado na documentação, para que então seja possível selecionar o material relevante para a pesquisa planejada. A pesquisa só é efetivamente realizada no momento do acesso ao material selecionado. Dessa forma, pondera-se que a pesquisa, de fato, realiza-se no documento obtido e não no ou com o instrumento continente da representação do acervo. Se o acervo não puder ser acessado, o instrumento de referência não poderá substituí-lo e a pesquisa não será realizada, assim, a pesquisa não se faz no ou com o instrumento de referência.

Outro argumento é o de que tais instrumentos são disponibilizados aos usuários justamente pelo serviço de referência das instituições arquivísticas (PENTEADO, 1995), sendo entregues aos consulentes no momento “referência”, conforme esquema (Figura 1) abaixo:

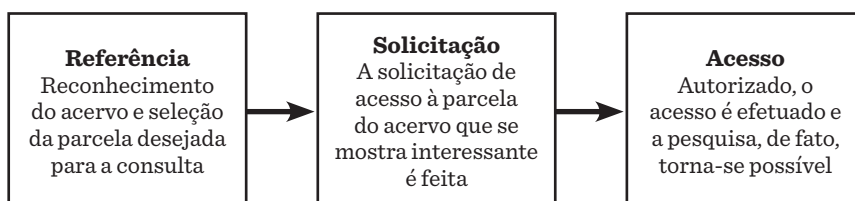


Figura 1 – Momentos do usuário no serviço de referência de uma instituição arquivística

Uma mudança terminológica também pode caracterizar a passagem dos instrumentos de uma posição na qual apenas apontam a localização física dos documentos ou cuja representação carece de elementos contextuais para uma posição em que os contextos de produção, uso e preservação são adequadamente explicitados na representação criada.

Nesse trabalho, é proposto e utilizado o termo “instrumento arquivístico de referência” ou “instrumento de referência” como substitutos do termo “instrumento de pesquisa”, que se refere aos tradicionais produtos do processo de descrição arquivística. Já o termo “nova geração de instrumentos arquivísticos de referência” é utilizado para designar uma proposta de instrumentos que incorporam as possibilidades que a internet apresenta, aderindo a padrões, atentos à usabilidade e promovendo a existência de comunidades virtuais em seu entorno (ANDRADE; SILVA, 2008).

Uma proposta de mudança de termo pode se apresentar, em princípio, como uma aspiração demasiadamente pretensiosa, haja vista que o termo é difundido e utilizado na literatura e entre os profissionais do campo da Arquivologia. Não obstante, entendemos que o termo deve sofrer a alteração, facilitando a comunicação científica e a evolução terminológica.

ASPECTOS HISTÓRICOS E TEÓRICOS DA DESCRIÇÃO ARQUIVÍSTICA

A descrição arquivística é o processo em que o arquivista cria representações de um determinado acervo arquivístico, explicitando o contexto e conteúdo do acervo. É claramente uma atividade intelectual que demanda competências de interpretação de texto, conhecimento histórico acerca do produtor e de sua época, além de habilidade com a língua em que estão sendo produzidas as informações descritivas. Segundo a Society of American Archivists (2002), seu propósito é o de identificar, gerenciar, estabelecer controle intelectual, localizar, explicar o acervo arquivístico e promover o acesso.

Os mais antigos registros que remetem à descrição arquivística são os repertórios de documentos registrados em tablets de argila, encontrados na cidade de Nuzi, atualmente conhecida como Yorgan Tepe, na região da Mesopotâmia, datados de 1500 A.C. (DURANTI, 1993).

Leão (2006) infere que a descrição arquivística inicialmente se destinava ao controle do acervo, situação que segundo a autora perdurou até o fim do século XIX quando as reformas administrativas na França, à época do Iluminismo, levou ao fechamento³ de fundos produzidos pelas estruturas burocráticas anteriores e, em seguida, as instituições que passaram a custodiar aqueles acervos assumiram uma função cultural primária (DURANTI apud LEÃO, 2006). Importante citar que a descrição arquivística se tornou a solução para uma situação ocorrida naquele momento histórico quando os primeiros profissionais, historiadores contratados pelas instituições de custódia, passaram a organizar os acervos por tema, descaracterizando o que seria a identidade vinculante mais importante da documentação com seu respectivo produtor, culminando em uma situação irreversível o que se refere à organização física do acervo, porém, contornada por representações da ordem original dos fundos, propiciada pela descrição arquivística (LEÃO, 2006).

Nesse período inicial da Arquivologia como campo do conhecimento, a descrição arquivística foi citada pelo *Manual dos Arquivistas Holandeses*, obra clássica publicada no ano de 1898 pela Associação dos Arquivistas Holandeses e considerado por Fonseca (2005) como o marco inicial da Arquivologia moderna, apresentando regras para as atividades próprias dos arquivistas e iniciando um entendimento normalizado para a prática da atividade em arquivos. O Manual acentua a necessidade de que a documentação seja descrita uniformemente, sem privilegiar este ou aquele documento e tendo por base um suposto grau de valor histórico que é identificado ou atribuído pelo agente descritor. Citava ainda a necessidade de uma descrição que partia do conjunto documental mais geral até a descrição das unidades específicas do acervo (ASSOCIAÇÃO DOS ARQUIVISTAS HOLANDESES, 1973). A importância da obra resultou na sua tradução para diversos idiomas, como o francês (em 1910), alemão (em 1905), inglês, italia-

3 Fenômeno que ocorre quando o produtor de um fundo cessa sua produção documental, impedindo o crescimento quantitativo do fundo.

no (em 1908), português (em 1960), chinês e outros (BRUEBACH, 2003; FONSECA, 2005).

Desde o manual holandês, a descrição arquivística se tornou tema de discussões e, recentemente, a preocupação com a explicitação dos contextos de produção da documentação passou a ser cada vez mais frequente. A seguir, serão feitos comentários sobre textos que citam aspectos teóricos e históricos da descrição arquivística desde a década de 1990 e cujo texto completo tenha sido obtido durante o levantamento bibliográfico.

Inicialmente, Duranti (1993) faz uma curiosa afirmação em um artigo, a de que a primeira definição de *Archival Description* ou “descrição arquivística” foi publicada em 1974, no glossário da *Society of American Archivists*. A pesquisadora ainda afirma que a literatura internacional, mesmo desde o século XVII, não apresenta um conceito para a descrição arquivística que exponha a problemática da prática e, também, que o próprio termo não havia sido definido até a década de 1970.

Leão (2006) considera que, no começo do século XX, a descrição arquivística se distanciou do objetivo inicial de controle dos acervos pela instituição custodiadora para ser uma facilitadora da recuperação dos documentos, enquanto permitia o acesso a um crescente universo de usuários.

Haworth (2001) discorre sobre a necessidade de produção de descrições adequadas, relacionados à história administrativa ou biográfica e com uma boa definição do escopo e conteúdo da documentação, o que não é trivial, podendo apresentar complexidades diversas, como as ligadas ao relacionamento entre o produtor e a documentação produzida.

O autor afirma que a descrição documental é o coração do trabalho arquivístico. Sendo assim, torna explícita a diferença entre o trabalho de representação da informação de um profissional bibliotecário e o profissional arquivista, ambos tradicionalmente conhecidos como profissionais da informação e cujo ensino e prática possuem uma proximidade histórica. O resultado da descrição

arquivística precisa conter elementos acerca do contexto de criação e outros retirados do próprio conjunto documental descrito. Dessa forma, os arquivistas devem sempre descrever o conteúdo, a estrutura e o contexto dos documentos, resguardando a imparcialidade e autenticidade da evidência, característica própria do documento arquivístico.

Para Haworth (2001), os arquivistas almejam representar o conteúdo, estrutura e contexto dos conjuntos e unidades dos documentos, diferentemente dos bibliotecários, que selecionam e criam representações de produtos informacionais. A partir da definição de Haworth, esclarece-se que os documentos arquivísticos são produtos de uma ação ou de um aparelho burocrático, considerados meios de prova e evidência de um fenômeno administrativo, jurídico ou algum outro ligado às atividades de seu produtor. O chamado produto informacional, geralmente objeto da ação de representação de informação típica da prática bibliotecária, é o resultado da ação proveniente de uma intenção em instruir e informar. Essa distinção das práticas faz com que as atividades de representação dos dois campos de estudo da informação sejam distinguidas.

Bruebach (2003) pôs em evidência que a primeira ocorrência do termo *Archivwissenschaft*, que designa “Arquivologia” na língua alemã, foi em um pequeno livro sobre descrição arquivística, publicado em 1806. A publicação da primeira normativa de descrição arquivística na Alemanha se deu em 1954. Apesar das épocas das publicações, para Bruebach (2003), a Arquivologia continuou a ser questionada sobre ser uma ciência, uma disciplina científica auxiliar da História ou apenas um conjunto de conhecimentos de natureza técnica até a primeira metade do século XX. Há que se levar em conta que Bruebach (2003) se ocupou das tradições, desenvolvimento e perspectivas da Arquivologia na Alemanha, onde o contorno epistemológico da Arquivologia provavelmente reagiu de forma distinta em outras partes do mundo.

Yakel (2003) se pôs a discorrer sobre o tema que denominou representação arquivística, dedicando um artigo a isso. A autora

considera que a representação se refere ao processo de arranjo documental (respeitando ou não a ordem original), da descrição arquivística e da criação de instrumentos de referência, como os guias, catálogos, inventários, repertórios etc. Ela também incluiu na definição de representação arquivística a criação de sistemas, incluindo as bases de dados e de informações arquivísticas estruturadas, como os documentos de Descrição Arquivística Codificada (EAD-DTD).

Argumentando em defesa do uso do termo representação arquivística como completo para indicar as atuais tarefas dos arquivistas no arquivo permanente, Yakel (2003) argui que a expressão captura, precisamente, as atividades de (re)ordenamento, interpretação e catalogação, criando as substituições e arquiteturas para aquilo que chamou de sistemas de representação.

Ainda no início de seu artigo, a autora afirma que arquivistas precisam pensar menos em termos de um simples, definitivo e estático processo de arranjo e descrição, substituindo isso pela adoção do contínuo, relativo e fluido processo de arranjo e descrição para a representação. A pesquisadora enfatiza que, de fato, a descrição de documentos eletrônicos começa ainda na sua criação e continua durante a sua tramitação, indicando a continuidade do processo, que se faz presente em cada adição de metadados ao documento, como aqueles relacionados às versões, acessos e alterações na redação.

Para Yakel (2003), os novos instrumentos arquivísticos de referência são evidências do que ela indica como fato: os arquivistas estão substituindo os sistemas de representação analógicos pelos sistemas baseados em computador, como os registros *Machine Readable Cataloging* (MARC)⁴ e as codificações EAD-DTD⁵, enfa-

4 MARC é a sigla para *Machine Readable Cataloging*, ou catalogação legível por computador, uma estrutura que permite que dados referentes à catalogação de uma publicação sejam processados por um computador.

5 Sigla para *Encoded Archival Description – Document Type Definition*, ou uma Definição de Tipo de Documento XML destinada a criar uma Descrição Arquivística Codificada em meio eletrônico.

tizando que os artefatos de representação arquivística são mais do que ferramentas de acesso – em constante evolução, contribuem para o conhecimento da instituição arquivística ao mesmo tempo em que alteram esse conhecimento.

O texto de Yakel declara a intenção de que seu artigo é um acréscimo ao esforço de teorizar acerca da chamada representação arquivística, dos sistemas de representação e dos artefatos que resultam delas.

Bellotto também fez considerações acerca da representação arquivística, considerando esta o “[...] estabelecimento de um elo suficiente e necessário entre a indagação do pesquisador e sua solução [...]” (BELLOTTO, 2004, p. 173), considerando a descrição documental uma atividade exclusiva da terceira idade⁶ de um arquivo e que o trabalho de descrição e arranjo é ininterrupto, pois o recolhimento de novas parcelas documentais não cessa enquanto o fundo não se fechar⁷.

Menne-Haritz (2001) pondera que as décadas de 1980 e 1990 foram marcadas por intensas discussões tendo por objeto a avaliação⁸ e que, após isso, a descrição arquivística passou a receber cada vez mais atenção dos pesquisadores, o que talvez se evidencie pela publicação das normas de descrição arquivística, internacional e brasileira, terem sido publicadas exatamente na década de 2000.

Discorrendo sobre a normatização do processo de descrição arquivística, Menne-Haritz (2001) afirma que normas para a descrição arquivística apresentam pretensas formas corretas de prática, mas, não elucidam as situações em que elas funcionam melhor. Essa situação cria um risco, segundo a pesquisadora, o de que os

6 A terceira idade do ciclo vital de um documento, quando este consegue apresentar valor histórico e é considerado para a guarda permanente.

7 Fundo se refere ao acervo de um determinado produtor. O fundo é considerado fechado quando o produtor não irá mais produzir documentos por extinção da pessoa jurídica ou morte da pessoa física.

8 Processo que valora os documentos em idade intermediária para que seja definido quais conjuntos documentais serão descartados ou, por apresentarem valor histórico, serão recolhidos ao arquivo permanente.

arquivistas façam algo errado trilhando um caminho certo, algo como criar, de uma forma eficiente, representações arquivísticas ineficazes, como instrumentos arquivísticos de referência com algum grau de inutilidade, porém, utilizando um conjunto de regras claras: as normas. Apesar de esse aspecto de essência negativa, Menne-Haritz (2001) reconhece que as normas são os melhores instrumentos de auxílio quando há intenção disponibilizar as informações arquivísticas para o acesso.

No entanto, até a elaboração de uma norma para a descrição arquivística, foi necessário algum tempo até que os arquivistas superassem os motivos de resistência à normatização desse processo. Leão (2006, p. 35-36) localiza na literatura cinco pontos que considera como sendo as justificativas para a resistência à criação de normas para o processo de descrição arquivística:

- a) o caráter único dos arquivos;
- b) a influência do usuário/pesquisador;
- c) a existência de diferentes realidades históricas, culturais, de formação, de organização e de funcionamento;
- d) o isolamento e a independência dos arquivistas;
- e) a carência de recursos.

Não obstante as justificativas, uma norma internacional tornou-se disponível e sua adoção apresenta-se como de considerável importância com o avanço das tecnologias aplicadas aos arquivos (LEÃO, 2006; ANDRADE, 2007).

Hagen (1998) apresenta um histórico sobre a normatização da descrição arquivística, destacando a situação de alguns países com relação a essa temática. A China, Noruega e ex-União Soviética, contaria com normas sólidas para a descrição dos acervos; a Suécia de certa forma controlaria a execução desse processo por meio da legislação; na França e Itália, os arquivos nacionais são os responsáveis por estabelecer as regras; Nos Estados Unidos e na Grã-Bretanha, as diretrizes para a descrição são desenvolvidas por meio do esforço de organismos profissionais.

Hagen ainda contribui para o entendimento da evolução normativa da descrição arquivística quando afirma que a primeira norma nacional foi criada em 1986 no Reino Unido, o *Manual of Archival Description* (MAD). Além disso, faz referência à quantidade de normas a serem utilizadas durante a descrição arquivística, indicadas pelo livro *Standards for Archival Description*, publicado em 1994, nos Estados Unidos, pela Society of American Archivists (SAA) – são 86 normas para a descrição e outras 157 indicadas como secundárias.

Por conta da proximidade das áreas, o controle bibliográfico e arquivístico guardam semelhanças e diferenças, as quais Smiraglia (apud HAGEN, 1998, p. 5) apresentou. As semelhanças seriam:

- a) os catálogos bibliográficos e os instrumentos arquivísticos de referência possuem objetivos comuns, permitir a exploração da documentação;
- b) a consciência da necessidade de descrever tanto os elementos físicos quanto os intelectuais;
- c) o “dilema comum da busca de informação”, em que quem faz o instrumento está em vantagem em relação ao pesquisador quanto à disponibilidade dos dados acerca do material descrito.

As diferenças foram listadas como sendo:

- a) as físicas e intelectuais entre livros e documentos de arquivo, pois livros são preparados para serem descritos e divulgados, sendo unidades com título, autor e assunto definidos, enquanto os arquivos são resultado de uma atividade, sendo conjuntos de documentos que não podem ser definidos por um assunto ou autor; os pesquisadores desses acervos apresentam necessidades informacionais distintas, a busca de informação bibliográfica é em geral mais específica do que a arquivística, baseada principalmente em informações contextuais.

Hostetter (2004) explorou os usos, funcionalidades e problemas que envolvem os instrumentos arquivísticos de referência *online* e sua criação, o universo de análise foram os arquivos e os arquivistas de universidades estadunidenses. O estudo envolveu 16 arquivistas, sendo que 15 desses eram funcionários de universidades públicas e um de universidade privada. Seu objetivo foi o de examinar vários aspectos dos instrumentos arquivísticos de referência disponibilizados em meio digital por essas instituições, de modo que o resultado de sua investigação pudesse auxiliar os profissionais arquivistas na identificação de problemas potenciais durante a criação dos instrumentos de referência, considerando estes como uma importante ferramenta de presença e de apoio à pesquisa na internet.

A investigação indicou que as principais razões que condicionavam as instituições arquivísticas a não disporem de instrumentos de referência na internet foram a falta de tempo, dinheiro e recursos humanos. Uma vez superada a escassez desses recursos, as iniciativas que haviam iniciado há mais tempo dispunham, quantitativamente, de mais instrumentos na *web*.

MacNeil (2005, p. 1) inicia um texto sobre a relação entre a descrição arquivística e a autenticidade, apresentando os propósitos e os métodos da descrição arquivística, esses são: promover o acesso aos documentos arquivísticos por meio de uma descrição que permita a recuperação, pelo menos, por meio da proveniência; permitir o entendimento da documentação por meio do registro de seu contexto, estrutura e conteúdo; estabelecer indícios que permitam a presunção da autenticidade do acervo, por meio do registro da cadeia de custódia, seu arranjo e as circunstância de sua produção e uso.

O autor continua afirmando que um documento autêntico é aquele que consegue provar ser aquilo que ele afirma ser, sem ter sido alterado em seus aspectos essenciais. A autenticidade se assenta em parâmetros de identidade, ou seja, questiona-se se foi realmente escrito por quem ele diz ter sido escrito e integridade,

isto é, foi alterado de alguma maneira desde sua produção e, caso tenha sido, essa mudança alterou suas características essenciais? Assim, proteger a autenticidade de um documento implica na preservação da sua identidade e integridade.

MacNeil prossegue com uma exposição de três linhas de questionamento, que identifica após uma comparação da descrição arquivística e da crítica textual⁹: 1) a relação entre a descrição arquivística e a autenticidade, considerando as suas implicações no papel do arquivista; 2) a natureza dos instrumentos arquivísticos de referência, quando considerados como um texto sócio-histórico; 3) modelos para a descrição arquivística que podem emergir das duas primeiras linhas de investigação.

A primeira linha de questionamento apresentada por MacNeil passa por uma reflexão acerca do papel dos princípios arquivísticos da proveniência e respeito aos fundos, que comunicam a ordem original dos fundos e a relação e histórico dos documentos e seu criados, comunicando essas circunstâncias ao trabalho de descrição arquivística. Os registros de tais circunstâncias, por meio da descrição arquivística, segundo o argumento, irão carregar elementos que indicam a autenticidade da documentação descrita, numa espécie de comprovação de autenticidade herdada do efetivo atendimento aos princípios arquivísticos citados.

A descrição arquivística, então, apresenta-se como um meio pelo qual o arquivista “presta contas”¹⁰ aos usuários, explicitando como ele está resguardando a autenticidade da documentação¹¹ – considerando que o atual contexto da documentação também pode ser registrado. Essa prestação de contas permite ao arquivista

9 Para MacNeil (2005), assim como a crítica textual envolve consciência e decisões deliberadas acerca da representação de textos, a descrição arquivística envolve consciência e decisões deliberadas acerca da representação de documentos arquivísticos.

10 O termo utilizado por MacNeil é *accountability*.

11 Percepção que se estende a outras “prestação de contas”, como quando se esclarece acerca da situação física da documentação, indicando como a instituição e/ou o arquivista estão agindo com relação à preservação do acervo.

relacionar sua imagem à confiança que se espera do responsável pela custódia do acervo.

Para a segunda linha de questionamento, MacNeil parte da consideração que instrumentos arquivísticos de referência não são ferramentas neutras, e sim textos culturais, historicamente situados em um determinado tempo e espaço, envoltos por intencionalidades e ideologias que incluem e excluem o que se enfatiza e o que se ignora. Essa linha de questionamento poderia nos levar a repensar ou, pelo menos, ampliar o entendimento acerca da estabilidade de um determinado instrumento arquivístico de referência, produto da descrição arquivística.

Na terceira linha, MacNeil percebe a possibilidade de surgimento de modelos de descrição arquivística a partir de investigações realizadas nas duas linhas anteriores, especificamente quando um profundo grau de conhecimento for alcançado do relacionamento entre os conceitos de representação, autenticidade e “prestação de contas” arquivística.

Quando conclui, o autor enfatiza dois temas que considera como centrais em seu artigo: a seletividade da representação arquivística e a impossibilidade de se alcançar a completude em um processo de representação. Assim, atenta para o fato de que é possível ampliar a consciência que um usuário tem acerca de um acervo por meio das representações, mas sempre haverá margem para melhoria da representação criada.

INSTRUMENTOS ARQUIVÍSTICOS DE REFERÊNCIA

Instrumentos arquivísticos de referência são os produtos do processo de descrição arquivística, que se ocupam de criar representações para o acervo ou parcelas deste.

O trabalho de Bellotto (2004) apresenta as formas tradicionais dos instrumentos arquivísticos de referências:

- a) o “guia”, de acesso fácil para o grande público por ter linguagem abrangente e popular. O guia é apresentado como o primeiro instrumento que deve ser consultado pelo pesquisador;
- b) o “inventário”, aquele que descreve conjuntos documentais ou parcelas do fundo, com descrições sumárias, permitindo um prévio conhecimento do conteúdo do documento, antes de se ter acesso a uma descrição mais detalhada;
- c) o “catálogo” é aquele instrumento que possui descrições de cada peça documental em uma ou mais séries, ou de uma parcela da documentação que tenha sido escolhida, respeitando ou não a ordem de classificação;
- d) “catálogo seletivo”, que traz uma “relação seletiva de documentos pertencentes a um ou mais fundos e no qual cada unidade de documental integrante de uma unidade de arquivamento é descrita minuciosamente” (MIGUÉIS apud BELLOTO, 2004, p. 212), ou seja, documentos são escolhidos dentre um ou mais conjuntos documentais para serem descritos;
- e) “índices”, que apontam nomes, lugares ou assuntos, estes organizados alfabeticamente e indicando notações de localização dos documentos correspondentes;
- f) “edição de fontes”, uma reprodução de documentos, possivelmente acompanhada de estudos introdutórios e/ou fontes paralelas.

Os procedimentos de construção dos instrumentos arquivísticos de referência mudaram com o passar do tempo, resultado da evolução que as disciplinas da Arquivologia, de modo geral, perceberam. As representações descritivas que indicavam o escopo e conteúdo dos conjuntos documentais eram quase inexistentes, resumindo-se, quando eram citados, aos dados biográficos e/ou históricos e, na maioria das vezes, configurando-se em extensos

inventários que apenas indicavam as pastas, talvez os itens e indicando suas localizações físicas no acervo (YAKEL, 2003).

Com o aumento da complexidade teórica da Arquivologia e com o aporte que o surgimento da Norma Geral Internacional de Descrição Arquivística, ISAD(G), os dados contextuais se tornaram cada vez mais entendidos como parte importante e necessária na criação da representação arquivística. Esse fato tem sua importância destacada quando consideramos a afirmação de Marcondes (2001) acerca da importância contextual para a interpretação e compreensão de mensagens.

Por certo, a inclusão do escopo e conteúdo nos instrumentos de referência, segundo Yakel (2003), demonstram duas tendências. A primeira é o aumento das descrições mais gerais, dos níveis mais abrangentes do arranjo, como o fundo, os grupos¹² e as séries¹³. A segunda tendência é a diminuição da granularidade, ou seja, das descrições dos itens documentais. Assim, os instrumentos deixam de ser extremamente específicos, demandando mais recursos para a finalização do processo, para serem cada vez mais gerais e com maior disponibilidade de informações descritivas das partes que compõe o todo.

Yakel (2003) desconhece os motivos que levam à tendência do aumento da representação contextual e diminuição da granularidade, a descrição item por item. É possível que a crescente quantidade de documentos com que os arquivos passaram a lidar tenha sido importante para a reconsideração das políticas de descrição, criando resultado semelhante com o que Schellemborg (apud BELLOTTO, 2004) atribuiu para a falta de um programa descritivo adequado: “[...] arrisca-se o arquivista a dissipar as suas energias em projetos improdutivos.”

12 Refere-se à estrutura administrativa do produtor, como o “Departamento Comercial”.

13 Refere-se aos tipos documentais produzidos por uma série, como “Proposta Comercial”.

Há que se recordar que os instrumentos de referência de conteúdo geral deveriam ser um produto mais comum do processo de descrição arquivística, visto que autores como Schellemborg há muito já apontavam a descrição que partia do geral e caminhava para a específica como regra a ser observada. Bellotto (2004) não deixou de esclarecer que a descrição dos itens documentais não consegue revelar ao consulente o significado real do material analisado, sendo necessário conhecer a estrutura do órgão produtor do acervo, objetivo que é alcançado com a explicitação do contexto de produção, do arranjo e da ordenação da documentação.

NOVA GERAÇÃO DE INSTRUMENTOS ARQUIVÍSTICOS DE REFERÊNCIA

Com a informatização das unidades de informação tradicionais, como os arquivos e bibliotecas, os profissionais procuraram novas práticas utilizando as novas ferramentas.

O processo de representação nos arquivos também foi beneficiado pelo aporte tecnológico. Soluções preexistentes, como o MARC, foram experimentadas e avaliadas quanto à sua utilidade, gerando, inevitavelmente, um ciclo de desenvolvimento de soluções, que se tornavam cada vez mais específicas à natureza do acervo arquivístico.

Frente à inadequação do MARC para codificação de informações produzidas por descrições arquivísticas multinível, os arquivistas buscaram soluções baseadas em tecnologias disponíveis e utilizadas na internet. Nesse contexto, foi desenvolvido o padrão Descrição Arquivística Codificada (EAD-DTD) (HAWORTH, 2001).

Um importante aspecto da adoção da EAD-DTD é o de este ser um padrão aberto e independente de hardware e software específicos. A dependência tecnológica do hardware e do software não permitiria que as informações descritivas fossem facilmente interligadas ou exploradas, dentro das possibilidades levantadas pela

face multimídia da internet, a *World Wide Web* (HAWORTH, 2001; ANDRADE, 2007).

Um exemplo do aproveitamento da EAD-DTD é a experiência Midosa-Online, da Alemanha, que avançou até a criação de versões de software capazes de exportar seus dados para o formato EAD-DTD ou outros formatos baseados em XML. Além disso, o projeto ainda almejava permitir o controle de todas as atividades de cunho arquivístico na instituição, coletando e integrando as informações geradas nessas atividades e desenvolver métodos para converter o legado de instrumentos arquivísticos de referência analógicos por meio de softwares inteligentes, reconhecimento ótico de caracteres (OCR) e análise automática de layouts (BRUEBACH, 2003). A EAD-DTD se mostrou peça fundamental em uma estrutura complexa de tecnologia aplicada a arquivos.

Andrade (2007) identificou também a experiência *Archives Hub* (<http://www.archiveshub.ac.uk>), que criou um mecanismo de busca integrado para todos os instrumentos arquivísticos de referência dos acervos custodiados por instituições de ensino superior no Reino Unido, por meio da *web* e utilizando o conjunto de metadados Descrição Arquivística Codificada (EAD-DTD). Essa experiência apresentou uma possibilidade de como implementar o conceito de interoperabilidade para representações arquivísticas, materializando-a em um sistema de busca que conseguia acessar as representações codificadas em EAD-DTD.

Com a internet, especificamente o ambiente multimídia denominado *World Wide Web* ou apenas *web*, os arquivistas encontraram novas oportunidades para prover acesso remoto aos usuários dos seus serviços. Uma das oportunidades tornadas possíveis foi a disponibilização dos instrumentos arquivísticos de referência, tornando real o que antes poderia ser apenas um sonho: prover acesso fácil e rápido a qualquer pessoa no mundo (TIBBO; MEHO, 2001). Alcançando a *web*, a EAD-DTD se (re)encontra com outras tecnologias-irmãs, baseadas em XML, além de outras tecnologias e “filosofias”, como a do acesso livre, que beneficia o usuário

com o acesso franco às representações criadas pelas instituições arquivísticas.

Para Tibbo e Meho (2001), a *web* proporciona um ambiente com facilidades para o usuário interessado em consultar um instrumento arquivístico de referência. As facilidades mais comumente encontradas seriam os recursos de motores de busca, a familiaridade com a *web* que todo usuário de internet possui e a fácil apropriação das informações contidas nos instrumentos arquivísticos de referência.

Algumas possibilidades, tratadas como especulativas por MacNeil (2005), são plausíveis na *web*, o veículo ideal para que se possa transcender os limites artificiais impostos pela tradicional prática de descrição arquivística. Nesse ambiente, os instrumentos arquivísticos de referência são partes de uma rede complexa de *hiperlinks* e documentos interativos que relatam a história, avaliação, preservação, uso e interpretação de uma documentação através do tempo. Essa rede poderia prover aos usuários múltiplos caminhos que os permitissem explorar um determinado universo documental, além de possibilitar a criação novos caminhos, pela incorporação de novas representações e entendimentos.

Enquanto ferramenta de apresentação, afirma MacNeil, os *hiperlinks* por si só já apresentam ao arquivista um novo conjunto de possibilidades e responsabilidades. Não basta relacionar os produtos da representação, há a responsabilidade em contextualizar essas relações e tornar a relevância dessas relações clara aos usuários.

As mudanças são tantas que é possível dizer que uma nova geração de instrumentos de referência encontra terreno propício para emergir e é nessa perspectiva que uma proposta de nova geração é identificada e analisada.

Van Garderen (2006a; 2006b), nas comunicações que apresentou em 2006, apontou a possibilidade de criação de novos tipos de instrumentos arquivísticos de referência, diferentes dos conhecidos tradicionalmente, por se desvencilharem de formatos e do

suporte físico, além de compartilharem das características normalmente encontradas nos aplicativos identificados como sendo parte da *Web 2.0*. Essas características são alcançadas quando o instrumento é criado de acordo com regras que definem a boa usabilidade (*usability*) da interface, a adoção de padrões abertos (*openness*) e a possibilidade de criação de uma comunidade (*community*) em seu entorno.

Em seguida, identificamos que Yakel, Shaw e Reynolds (2007) contaram sobre a criação, em 2005, de um grupo de pesquisa destinado a experimentar novas estruturas e funcionalidades para os tradicionais instrumentos arquivísticos de referência, como os guias, inventários e repertórios. Após anunciar a existência do grupo, os pesquisadores iniciam a descrição de uma experimentação que teve por objetivo criar um instrumento *online* que pudesse aproveitar as possibilidades da *Web 2.0*, possibilidades essas que podem ser representadas pelas características apontadas por Van Garderen (2006a; 2006b). Esse grupo de investigação desenvolveu então o *website* experimental da *Polar Bear Expedition Digital Collections* (<http://polarbears.si.umich.edu>).

O *website* do *Polar Bear Expedition Digital Collections* foi criado como um ambiente virtual que agregava funcionalidades de navegação social (*social navigation*), alcançada por meio do compartilhamento da série de comentários escritos pelos usuários sobre os conjuntos documentais representados; de filtragem da comunidade (*collaborative filtering*), uma forma de prever quais informações um usuário poderia querer, baseado em comportamento de acesso de usuários anteriores; de criação de marcadores (*bookmarking*), que permitiam que usuários registrados salvassem a localização de informações descritivas de interesse, permitindo o rápido acesso em momento posterior; e de monitoramento da atenção dos visitantes (*visitors awareness*), que permitia saber quais informações estavam sendo acessadas por outros visitantes que estivessem acessando o sistema no mesmo momento.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Dos instrumentos de localização de documentos aos instrumentos que apresentam representações contextuais que ampliem a consciência para o que realmente o acervo contém, há um caminho de aproximação gradual, mas contínuo, do usuário.

As mudanças na produção e uso dos instrumentos de referência parecem ocorrer no momento em que a Arquivologia propõe ênfase no acesso ao conteúdo dos acervos, em detrimento de apenas preservá-lo. A internet, enquanto expressão das necessidades de seus usuários, aspira a ser cada vez mais fácil de usar¹⁴ e poder agregar pessoas em comunidades virtuais ou aplicativos de uso social, como enciclopédias criadas pelos usuários (Wikipédia) ou sites de periódicos de notícias em que os usuários comentam e/ou debatem acerca das matérias publicadas.

Os instrumentos arquivísticos de referência na internet também começam a apresentar funcionalidades sociais, com o objetivo não apenas de aproximar o usuário das representações existentes, mas de fazê-lo participar diretamente do processo de criação e/ou revisão dessas representações, essas funcionalidades podem evoluir para as “comunidades” citadas anteriormente.

A nova geração de instrumentos de referência marca o aproveitamento das possibilidades do fenômeno Web 2.0 no âmbito das instituições arquivísticas, que culminaria na aproximação maior dos usuários não acadêmicos às instituições de custódia. Essa aproximação realimenta as características da nova geração: instrumentos de referência fáceis de utilizar, padronizados e com comunidades virtuais compostas por outros usuários e por especialistas que poderão auxiliar no entendimento e uso dessas ferramentas, essas próprias se beneficiando das dúvidas e nos debates suscitados, gerando um círculo benéfico de aprimoramento.

14 Uma das intenções do fenômeno denominado Web 2.0, em que um alto grau de usabilidade torna-se um objetivo.

REFERÊNCIAS

ANDRADE, Ricardo Sodré. Aspectos introdutórios da representação de informação arquivística: a Norma Brasileira de Descrição Arquivística (Nobrade), a Descrição Arquivística Codificada (EAD-DTD) e o projeto Archives Hub. **Ponto de Acesso**, Salvador, v. 1, n. 2, 2007.

———; SILVA, Rubens Ribeiro Gonçalves da. Aspectos teóricos e históricos da descrição arquivística e uma proposta de nova geração de instrumentos arquivísticos de referência. In: CINFORM - ENCONTRO NACIONAL DE ENSINO E PESQUISA EM INFORMAÇÃO, 8., 2008, Salvador. **Anais...** Salvador: Instituto de Ciência da Informação, 2008. Disponível em: <<http://ricardo.arquivista.net/producao/>>. Acesso em: 30 abr. 2010.

ASSOCIAÇÃO DOS ARQUIVISTAS HOLANDESES. **Manual dos arquivistas holandeses**. Rio de Janeiro: Arquivo Nacional, 1973.

BELLOTTTO, Heloísa L. **Arquivos permanentes**: tratamento documental. Rio de Janeiro: Ed. FGV, 2004.

BRUEBACH, Nils. Archival Science in Germany. **Archival Science**, New York, v. 3, n. 4, p. 379-399, 2003.

DURANTI, Luciana. Origin and development of the concept of archival description. **Archivaria**, Ottawa, 35, p. 47-54, 1993. Disponível em: <<http://journals.sfu.ca/archivar/index.php/archivaria/article/viewFile/11884/12837>>. Acesso em: 30 abr. 2010.

HAGEN, Acácia Maria Maduro. Algumas considerações a partir do processo de normalização da descrição arquivística. **Ci.Inf.**, Brasília, v. 27, n. 3, p. 293-299, 1998.

HAWORTH, Kent M. Archival description: content and context: in search of structure. In: PITTI, Daniel V.; DUFF, Wendy M. (Orgs.). **Encoded Archival Description on the Internet**. New York: The Haworth Information Press, 2001, p. 7-26.

HOSTETTER, Christina J. Online Finding Aids: Are they practical?. **Journal of Archival Organization**, [S.l.], v. 2, n. 1, 2004.

LEÃO, Flávia Carneiro. **A representação da informação arquivística permanente**: a normalização descritiva e a ISAD(G). São Paulo: ECA/USP, 2006. Originalmente apresentado como dissertação de mestrado, Escola de Comunicações e Artes da Universidade de São Paulo, 2006.

MACNEIL, Heather. Picking our text: archival description, authenticity, and the archivist as editor. **The American Archivist**, Chicago, v. 68, n. 2, 2005.

MARCONDES, Carlos Henrique. Representação e economia da informação. **Ci. Inf.**, Brasília, v. 30, n. 1, p. 61-70, jan./abr., 2001.

MENNE-HARITZ, Angelika. Access - the reformulation of an archival paradigm. **Archival Science**, New York, v. 1, n. 1, p. 57-82, 2001.

PENTEADO, Paulo. Serviços de Referência em Arquivos Definitivos: alguns aspectos teóricos. **Cadernos BAD**, Lisboa, 2, 1995. Disponível em: <http://pwp.netcabo.pt/0262917101/ServRef_ADef.pdf>. Acesso em: 15 jul. 2008.

SOCIETY OF AMERICAN ARCHIVISTS. **Statement of principles for the CUSTARD project**. 2002. Disponível em: <<http://www.archivists.org/news/custardproject.asp>>. Acesso em: 30 abr. 2010.

TIBBO, Helen R.; MEHO, Lokman I. Finding Finding Aids on the World Wide Web. In: **The American Archivists**, Chicago, v. 64, Spring/Summer, p. 61-77, 2001.

VAN GARDEREN, Peter. **Web 2.0 and archival institutions**. 2006a. Disponível em: <<http://archivemati.ca/2006/05/08/web-20-and-archival-institutions/>>. Acesso em: 30 abr. 2010.

_____. **Web 2.0 and archives access system**. 2006b. Disponível em: <<http://archivemati.ca/wp-content/shockwave-flash/SAA2006.html>>. Acesso em: 30 abr. 2010.

YAKEL, Elizabeth. Archival Representation. **Archival Science**, New York, v. 3, n. 1, p. 1-25, 2003.

_____; SHAW, Seth; REYNOLDS, Polly. Creating the Next Generation of Archival Finding Aids. **D-LIB Magazine**, Reston, v. 13, n. 5/6, 2007.

Aspectos introdutórios da representação de informação arquivística: a Norma Brasileira de Descrição Arquivística (NOBRADE), a Descrição Arquivística Codificada (EAD-DTD) e o Projeto Archives Hub¹

Ricardo Sodré Andrade² ricardo@yndexa.com

INTRODUÇÃO

A representação da informação, enquanto processo, é uma atividade de extrema importância para os sistemas de informação arquivísticos.

Ações tradicionais de representação da informação arquivística se mostram insuficientes no contexto digital. Criar e manter uma representação digital de informação arquivística requer o

- 1 Versão do texto apresentado como trabalho de conclusão de curso por Ricardo Sodré Andrade, para obtenção do grau de Bacharel em Arquivologia, no Instituto de Ciência da Informação/UFBA e posteriormente publicado no periódico Ponto de Acesso, do Instituto de Ciência da Informação da UFBA.
- 2 Mestre em Ciência da Informação (PPGCI/UFBA), Arquivista da Superintendência Administrativa da UFBA. Web: <<http://www.ricardo.arquivista.net>>.

entendimento e aplicação de normas de descrição e formatos de codificação.

Esse trabalho apresenta a Norma Brasileira de Descrição Arquivística (NOBRADE) e o formato Descrição Arquivística Codificada (EAD-DTD) como ferramentas ideais para que as instituições arquivísticas disponibilizem na Internet as informações descritivas relativas aos seus acervos.

Argumentos são apresentados para reforçar a afirmação de que as instituições precisam participar de esforços colaborativos de âmbito técnico, criando uma inteligência de grupo para o tratamento dos documentos e informações neles registradas.

Considera ainda que a Nobrade e a EAD-DTD podem auxiliar na consolidação de redes de arquivos, possibilitando a implantação de uma base tecnológica de apoio à rede, até mesmo materializando-a. Para isso, fez-se uma apresentação do projeto britânico denominado *Archives Hub*, que disponibiliza, em um único mecanismo de busca, cerca de 20.000 instrumentos de pesquisa normalizados com a Norma Geral Internacional de Descrição Arquivística (ISAD(g) e codificados com a EAD-DTD. A NOBRADE é um desdobramento brasileiro da norma de descrição internacional, a ISAD(g).

Espera-se que redes de arquivos estaduais e nacionais se baseiem em normas e formatos como os propostos, para sua efetiva consolidação, ultrapassando os aspectos unicamente técnicos das ações colaborativas, para passar a oferecer serviços à sociedade, baseados nessas ações de colaboração.

ACESSO E REPRESENTAÇÃO DA INFORMAÇÃO ARQUIVÍSTICA

A informação é a matéria que diversas instituições tomam como seu principal motivo de existir, é o objeto das ações que desenvolvem. Entre essas instituições estão as arquivísticas, que presenciam uma revolução tecnológica que questiona as práticas tradicionais, à

medida que proporciona novas possibilidades e provoca alterações nas anteriormente existentes.

Os profissionais da informação também são desafiados durante e depois da sua formação. Mudanças de posturas e até mesmo novos posicionamentos críticos acabam por se mostrar inevitáveis. Essa situação não deve ser percebida como um fenômeno belicoso, antes, um potencial de integração e avanço qualitativo. Há que se considerar que a formação desses profissionais atualmente passa por transformações, os cenários apontam conhecimentos que se mostram fundamentais para a atuação do indivíduo na arena profissional e para o tratamento de informação em novos suportes e contextos.

Podemos perceber a tecnologia da informação não apenas como ferramenta, mas como um agente que, ora é condicionado, ora é condicionador dos rumos da sociedade. É esclarecedor quando analisamos as mudanças ocorridas nas relações de trabalho, de convívio e de outros vários aspectos. Por outro lado, assim como a tecnologia acompanha as necessidades do homem, também podemos considerar que o homem pode pensar e agir de acordo com suas disponibilidades materiais (SANTOS, 2004).

Talvez no fato de a sociedade ainda não reconhecer os arquivos como um espaço de apreensão de informação, tão valorizada por essa mesma sociedade, estaria o motivo da visão social que tais sistemas de informação possuem. A dificuldade de acesso à documentação, situação não rara de acontecer, pode ter contribuído para a má impressão que as pessoas têm de um arquivo, um emaranhado confuso de papéis. Este é um problema histórico decorrente de vários fatores, que encontra nas consolidações de técnicas e nas novas tecnologias, diversas possibilidades de solução.

Apesar de não prescindir do trabalho intelectual humano, as tecnologias possibilitam um salto qualitativo no acesso às informações arquivísticas.

Um dos desafios atuais para as instituições que custodiam parcelas da memória da sociedade, nesse caso as instituições arqui-

vísticas, é ampliar sua capacidade de atendimento a uma clientela cada vez mais diversificada de interessados em obter acesso aos acervos custodiados. Há uma crescente variação nos perfis de usuários, anteriormente formada quase exclusivamente por historiadores. Espera-se que os cidadãos comuns percebam o arquivo, notadamente o público, como um local de acesso à informação de interesse pessoal para a construção da identidade, exercício da cidadania e, até mesmo, para atender a curiosidades culturais.

Dos caminhos seguidos para a melhoria dos serviços de informação nas instituições arquivísticas estão aqueles que objetivam o aumento da qualidade das representações de informação.

O termo representação da informação pode ser entendido como um processo e também como produto(s) dele derivado(s). A representação busca estabelecer uma correspondência entre o objeto a ser representado e o padrão de representação utilizado (YAKEL, 2003). Essa correspondência é um produto informacional que representa aspectos relevantes do objeto representado.

A representação de informação é conhecida na Arquivologia como Descrição Arquivística. Os dois termos serão utilizados neste trabalho em referência à mesma atividade.

Cook (apud HAGEN, 1998) diz que a representação da informação arquivística deve ser realizada em relação à substância e estrutura da documentação. Consideramos que a substância deve abranger o conteúdo e o contexto da informação. A estrutura se relaciona com o suporte e os meios de acesso a este.

A organização da informação é pré-requisito para a representação. Não se pode representar informações sem que elas tenham passado por um tratamento, porque há prejuízo da economia de recursos e o resultado final poderá não ser satisfatório até mesmo a curto prazo. No caso dos acervos arquivísticos permanentes, o arranjo documental é essencial para descrever o acervo, uma vez que entender as unidades lógicas estabelecidas para a documentação (fundo, grupos, séries etc.), permite que afirmações acerca do contexto e do conteúdo sejam formalizadas.

Contexto e conteúdo são dois aspectos igualmente importantes para que se possa apreender todo o potencial informativo do documento. A informação arquivística de valor histórico não se limita apenas à informação que prontamente é percebida, a que está registrada no documento. Concordando com Cook (1997), citado por Fonseca (2005a), há tanto valor informativo nos contextos³ quanto no assunto expresso no documento para a compreensão dos fenômenos históricos, sociais, econômicos que a documentação permite alcançar.

Então, não há apenas um físico a ser preservado, mas também um histórico que deve ser lembrado como parte do acervo.

A revolução tecnológica, vivenciada pela sociedade em seu cotidiano, melhor percebida na convergência dos dispositivos de armazenamento e acesso, acabou por alterar diversos parâmetros nos estudos de informação. A Arquivologia presenciou um crescendo, até a predominância, de uma produção documental em meio digital. Isso atinge diretamente o conhecimento em preservação, que cuidava da restauração e conservação de suportes e agora também precisa cuidar, com igual importância, de sua migração ou renovação.

Ainda que objetos digitais respectivos dos documentos sejam devidamente criados, a ação de representar a informação em meio digital não pode prescindir do uso de um conjunto de metadados. Há um elo entre o conteúdo informacional e seu contexto de criação que não pode ser quebrado e sua manutenção é garantida por meio de estruturas de informação que descrevem a informação e seu contexto.

Usar conjuntos de metadados para descrever um objeto informacional nada mais é que afirmar, de forma estruturada, as características do objeto informacional. De forma simplista, um conjunto de metadados poderia ser comparado ao conjunto de campos de um formulário.

3 A exemplo das relações de poder e das influências históricas que podem ter atuado sobre a produção.

DISPONIBILIZAÇÃO DE BASES DE DADOS ARQUIVÍSTICAS NA *WEB*

O desenvolvimento de ambientes *web* para disponibilização de representação de informação arquivística, que também poderiam ser chamados de sistemas de recuperação de informação arquivística com interface *web*, são estruturas complexas, apesar do que se poderia imaginar frente à relativa facilidade na construção de *websites* e, até mesmo, alguns sistemas *web*, baseados em plataformas de gestão de conteúdo com recursos que permitem uma fácil customização.

De todos os aspectos que podem ser levantados quando da construção dos ambientes *web*, o que se refere à adesão de padrões é dos mais importantes. Um ambiente construído para funcionamento isolado, isto é, sem possibilidade de cooperação técnica e interoperabilidade, acaba por não usufruir de diversas vantagens que podem garantir a preservação digital dessas representações.

O uso de um mesmo conjunto específico de padrões e normas por distintas instituições permite a criação de grupos de discussão acerca de práticas de tratamento documental e de redes de arquivos fortes, operantes e cooperativas.

A escolha dos padrões também propicia um campo de reflexão importante, padrões abertos podem significar a não dependência de monopólios e/ou fornecedores de soluções específicos. A dependência institucional a um fornecedor ou padrão proprietário pode comprometer a curto, médio ou longo prazo a continuação de boas iniciativas.

Após as escolhas, as construções desses ambientes também demandariam o desenvolvimento de bases de dados consistentes, que também gozariam da característica benéfica da interoperabilidade.

Instituições arquivísticas que pudessem conectar suas bases de dados formariam conglomerados que, por sua vez, poderiam formar as redes de arquivos estaduais e nacional. Uma grande rede de

arquivos brasileira (ou transnacional) normalizada e padronizada permitiria acessos remotos, cruzados e simultâneos, como o que Real (2004) imagina para Portugal.

Este trabalho apresenta critérios, de forma breve, e componentes que devem ser observados e/ou utilizados quando da construção de bases de dados arquivísticas que tenham por objetivo alcançar os usuários por meio da internet. Os critérios são: Acesso Remoto, Interoperabilidade e Preservação Digital. Os componentes são a Nobrade e a EAD-DTD.

Critérios para desenvolvimento do ambiente web

Esses critérios deverão ser observados, de modo a estar disponíveis no ambiente *web* em questão.

Acesso Remoto

A *Web* permitiu que conteúdos multimídia armazenados em um local pudessem ser acessados por interessados em qualquer parte do planeta, contando com um dispositivo de acesso à teia.

Diversos *softwares* foram desenvolvidos e estão sendo utilizados por instituições arquivísticas, porém grande parte deles não permite que usuários possam acessar as bases de dados remotamente.

O acesso remoto é o critério que inclui a telecomunicação como elemento essencial para a implantação de serviços arquivísticos. As possibilidades são muitas, baseadas nas várias vantagens que as novas tecnologias oferecem. É importante lembrar que a Sociedade da Informação pressupõe o acesso a conteúdos por meio da internet e as instituições arquivísticas precisam considerar isso na promoção do acesso às informações contidas em seus acervos.

Interoperabilidade

Sistemas interoperáveis são conceituados por Marcondes e Sayão (2002, p. 46) como aqueles “[...] passíveis de serem consultados simultaneamente”. Segundo esses autores, redes que congreguem

sistemas com essa característica são alcançadas “[...] mediante adoção de um conjunto de especificações técnicas e princípios organizacionais bastante simples, porém potencialmente poderosos e de grande alcance, no objetivo de integração”.

As especificações citadas anteriormente são protocolos ou padrões que permitiriam criar aplicativos como metabuscas, capazes de recuperar documentos com descritores semelhantes em acervos de instituições diferentes, representados digitalmente em sistemas compatíveis com aquelas especificações. Dessa forma, seria possível, por exemplo, pesquisar documentos acerca de uma personalidade em arquivos municipais de todo o país, ou apenas naqueles escolhidos dentre as opções existentes, facilitando o levantamento de fontes para a pesquisa.

Para ilustrar, pode-se observar o Holmes, <<http://www.holmes.feudo.org/>>, um sistema de metabusca que possui, em um único mecanismo, a possibilidade de consultar trabalhos acadêmicos em Ciência da Informação, depositados em 30 repositórios e periódicos mantidos por diversas instituições ao redor do mundo. O Holmes é possível graças a um conjunto de especificações, o protocolo OAI-PMH, suportado nos diferentes softwares adotados por estas instituições (ODDONE; ANDRADE, 2006).

Existem algumas iniciativas para a criação de redes de arquivos cujos sistemas informatizados estejam baseados na utilização de padrões. Podemos citar o projeto da Rede de Arquivos de Minas Gerais, que pretende utilizar a ISAD(g) e EAD-DTD para codificar os instrumentos de acesso de diversas instituições arquivísticas daquele estado. Os instrumentos codificados seriam depositados em um único sistema de recuperação de informação (RIBEIRO et al., 2005).

Outra iniciativa semelhante, ainda em fase inicial, é a do Arquivo Público da Bahia (APB), que pretende fazer uso de uma metodologia alinhada com os conceitos apresentados neste trabalho. Um dos objetivos é evitar o manuseio excessivo da documentação, além

de possibilitar o fortalecimento de uma rede de arquivos na Bahia, por meio de um sistema baseado no uso da Nobrade e da EAD-DTD.

Preservação Digital

A preservação digital consiste em estabelecer meios para a manutenção do acesso a objetos informacionais a longo prazo. Esses meios precisam ser definidos de forma que obstáculos conhecidos sejam superados ou, pelo menos, amenizados.

Como comentado em trabalho anterior (ANDRADE; BORGES; JAMBEIRO, 2006), diversos estudos e iniciativas surgiram na busca de respostas para os questionamentos que a preservação digital suscitou. Pesquisadores se debruçaram sobre questões como a obsolescência do *hardware*, a dependência do *software* e a deterioração da mídia, em busca de soluções para esses aspectos negativos do uso das novas tecnologias. Esses três aspectos são, resumidamente, os obstáculos enfrentados pelos gestores da informação digitalizada que pretendem manter a integridade dessas a longo prazo.

Márdero Arellano (2004, p. 15) considera que a preservação de documentos digitais dependerá “[...] principalmente da solução tecnológica adotada e dos custos que ela envolve.” Essa afirmação é uma das justificativas para o uso preferencial de *software* livre nas iniciativas de preservação digital, lembrando que *software* livre não é sinônimo de *software* gratuito (*freeware*), conforme Stallman (2000) salienta, pois ser livre implica em outras liberdades além da gratuidade do *software*, como, por exemplo, a não existência de vínculo de dependência com o desenvolvedor.

Componentes do ambiente web

Sugerimos aqui estes componentes, em um caráter prático e exemplar, para criação do ambiente *web* em questão.

Norma Brasileira de Descrição Arquivística

Desde a década de 1980, as práticas de tratamento documental têm tido seus processos postos em análise com vistas à normalização.

No âmbito internacional, temos o Conselho Internacional de Arquivos (CIA), que promoveu o desenvolvimento da ISAD(G). Esse trabalho contou com a colaboração de representantes de vários países, inclusive do Brasil, à época dos trabalhos de revisão para a segunda edição. A norma foi publicada em 1994 e traduzida para a Língua Portuguesa em 1998 pelo Arquivo Nacional, no Brasil.

A ISAD(G) é uma norma pronta para o uso, porém estimula os países interessados em normalizar suas atividades de representação da informação arquivística a adaptarem essa norma às próprias necessidades. O Brasil foi um dos países que considerou necessária a adequação da ISAD(G).

Assim, depois de um tempo de trabalho, foi publicada a Nobrade, no início de 2007.

Como a ISAD(G), a Nobrade apresenta apenas grandes campos descritivos, sem entrar em profundo detalhamento em relação aos dados que devem constar na descrição. Isso posiciona cada instituição que adota a Nobrade em uma privilegiada situação, gozando do equilíbrio entre a disciplina no trabalho de descrição e a liberdade de ação, em sua realidade de recursos humanos, de acervo, de conhecimento técnico e de tecnologia (FONSECA, 2005b). A própria norma afirma isso quando evidencia que seu objetivo é:

[...] estruturar a informação a partir de elementos de descrição comuns, buscando interferir o mínimo possível na forma final em que as descrições são apresentadas. Cabe a cada entidade custodiadora e a seus profissionais a decisão acerca dos recursos utilizados para a descrição, bem como o formato final de seus instrumentos de pesquisa, sendo apenas imprescindível a presença dos elementos de descrição obrigatórios. (BRASIL, 2006, p. 11).

Conhecer a Nobrade requer sua leitura. Nesse trabalho, serão apresentados aspectos técnicos importantes quanto ao uso da norma e os campos descritivos previstos nela, com as respectivas recomendações de uso. As informações a seguir foram baseadas ou extraídas da própria norma, exceto alguns comentários que foram realizados quando considerado conveniente.

Aspectos técnicos da Nobrade

Normas e padrões geralmente carregam consigo inúmeras vantagens inerentes à uniformização e/ou racionalização de procedimentos e processos. No caso de uma norma de descrição arquivística, podemos citar o possível salto de qualidade nos processos técnicos de representação da informação até as vantagens que o pesquisador usufrui por utilizar instrumentos de pesquisa com as informações semelhantemente estruturadas.

A Nobrade é uma norma pensada de forma que seja possível utilizá-la em sistemas de recuperação de informação manuais ou automatizados, porém, não estabelece formatos de entrada ou saída de dados. Para intercâmbio de informações entre instituições, a norma reconhece ser insuficiente, apesar de se considerar um requisito fundamental. Em nota de rodapé, a Nobrade cita a EAD-DTD, que será vista mais adiante, como uma possível solução para tornar possível o dito intercâmbio de informações.

A norma aponta dois aspectos a que chama de pressupostos básicos: o respeito aos fundos e a descrição multinível. O primeiro é uma referência a um dos “princípios da arquivologia”, o *respect des fonds*, que Bellotto (2004, p. 29) descreve como “[...] agrupamento sistemático dos papéis de um fundo de forma a não se misturarem com os demais fundos.” O segundo pressuposto é uma referência à descrição realizada do geral ao particular, em que o profissional percorre a formação hierarquizada do arranjo, representando cada parte em sua substância e estrutura, atentando para que relacione informações relevantes em cada nível de descrição, sem repetição, à medida que avança nos níveis.

Os níveis de descrição são relacionados como sendo: acervo da entidade custodiadora (nível 0), fundo ou coleção (nível 1), seção (nível 2), série (nível 3), dossiê ou processo (nível 4) e item documental (nível 5). São admitidos como níveis intermediários o acervo da subunidade custodiadora (nível 0,5), a subseção (nível 2,5) e a subsérie (nível 3,5).

Nem todos os níveis precisam ser implementados, como alerta a norma, mas alguns níveis só podem ser alcançados após a realização do anterior, como no caso da descrição dos itens documentais que só podem ser tratados após a descrição do dossiê ou processo correspondente.

Áreas e elementos de descrição

A Nobrade possui oito áreas que, juntas, usam 28 elementos de descrição. As áreas são:

- 1) Área de identificação em que se registra informação essencial para identificar a unidade de descrição;
- 2) Área de contextualização em que se registra informação sobre a proveniência e custódia da unidade de descrição;
- 3) Área de conteúdo e estrutura em que se registra informação sobre o assunto e a organização da unidade de descrição;
- 4) Área de condições de acesso e uso em que se registra informação sobre o acesso à unidade de descrição;
- 5) Área de fontes relacionadas em que se registra informação sobre outras fontes que têm importante relação com a unidade de descrição;
- 6) Área de notas em que se registra informação sobre o estado de conservação e/ou qualquer outra informação sobre a unidade de descrição que não tenha lugar nas áreas anteriores;
- 7) Área de controle da descrição em que se registra informação sobre como, quando e por quem a descrição foi elaborada;

- 8) Área de pontos de acesso e descrição de assuntos em que se registra os termos selecionados para localização e recuperação da unidade de descrição.

No documento de especificação da Nobrade são listados os respectivos elementos de cada área e cada elemento possui comentários e outras informações relacionadas, que devem ser conhecidas para a correta utilização da norma.

Recomenda-se que a instituição estabeleça diretrizes próprias para o preenchimento de cada elemento descritivo, de acordo com a realidade de cada instituição e as necessidades de representação que cada acervo possa apresentar. A descrição arquivística do acervo é um trabalho que demanda planejamento e execução cuidadosa. É essa atividade que definirá a eficiência do sistema de recuperação de informação arquivística.

É necessário ter atenção especial com a “Área de pontos de acesso e indexação de assuntos”, pois a disponibilidade de um vocabulário controlado pode elevar a qualidade do acesso à informação.

Em um determinado momento, quando as descrições dos níveis iniciais tenham sido finalizados, será possível passar para o próximo passo, a codificação das informações descritivas.

Para codificar instrumentos de pesquisa normalizados em meio digital indicamos um formato denominado EAD-DTD que é baseada em uma tecnologia denominada XML, que será apresentada antes da EAD-DTD, a seguir.

Extensible Markup Language (XML)

A tecnologia *Extensible Markup Language* (XML) é uma linguagem de marcação de dados. Neutra, independente de *software* ou *hardware* específico, a XML permite uma descrição textual e estruturada de informações. Etiquetas (*tags*) são utilizadas para marcar (daí o *markup* do nome) um dado ou informação. Veja no exemplo:

```

<arquivistas>
  <código valor="01">
    <nome>Ricardo</nome>
    <aniversário>03/03/1983</aniversário>
  </código>
  <código valor="02">
    <nome>Rosane</nome>
    <aniversário>12/01/1983</aniversário>
  </código>
</arquivistas>

```

É fácil perceber o significado do primeiro exemplo, é uma listagem de nomes de arquivistas com suas respectivas datas de nascimento e ordenados por um código. Um *software* poderia ser instruído a listar todos os nomes de arquivistas em negrito e apresentar as datas de nascimento dentro de parêntesis, logo após o nome.

O código XML do exemplo anterior pode ser utilizado por sistemas diferentes, que podem fazer distintos usos e apresentações dos dados. Além disso, o documento XML pode ser lido por humanos, que podem entender as informações com auxílio das próprias etiquetas que foram utilizadas.

Uma outra característica notável no uso de metadados em XML é a possibilidade de manter a semântica da informação, como no exemplo a seguir, em que o mesmo termo foi referido inicialmente como um modelo de carro e em seguida como nome de bairro. O termo é o mesmo, mas possui diferentes significados em situações distintas.

```

<carros>
  <modelo>Belina</modelo>
</carros>

<idades>
  <bairro>Belina</bairro>
</idades>

```

O XML é um padrão aberto, não é propriedade de uma instituição nem tampouco depende de uma configuração específica de *hardware* ou *software* para ser utilizado. Outro ponto interessante é que o documento XML é puro texto, sua estrutura de dados é tão simples que qualquer computador que o lê, trata-o, sem que dependa de um *hardware* específico.

Essas características permitem que subsequentes gerações de *hardware* e *software* possam ser utilizadas para extrair e incluir novos dados em uma base XML originalmente gerada em outro sistema. O intercâmbio de dados pode ser feito, então, por meio de uma linguagem única, que pode ser suportada por novas gerações de sistemas de informação.

Também, novas interfaces de sistemas poderiam ser desenvolvidas a partir das bases XML disponíveis, sem demandar conhecimento acerca das interfaces utilizadas em sistemas anteriores.

Após entender como o XML pode ser utilizado, é importante compreender como é possível definir um tipo de documento XML por meio de uma *Document Type Definition* (DTD).

Uma DTD constitui um padrão, formalmente declarado, de formatação de documentos XML, apontando quais etiquetas são permitidas para uso, em quais circunstâncias devem ser utilizadas e quais as relações hierárquicas entre elas (DÉCIO, 2000). As DTDs são desenvolvidas para específicas necessidades, como é o caso da DTD para codificação de descrição arquivística, que será apresentada posteriormente.

A declaração formal das etiquetas, das estruturas e das relações permite que, por exemplo, diferentes arquivistas em distintas instituições codifiquem seus instrumentos de pesquisa, de forma que o produto seja um documento XML semelhante em estrutura. Assim, caso seja necessário, seria possível a conectividade entre os sistemas de informação de suas respectivas instituições.

A escolha de uma DTD é importante tanto para o momento prático de criação do documento XML, para permitir a comunicação entre as instituições e também na troca de experiência técnica entre elas, considerando que essas usam um mesmo padrão.

Os exemplos de códigos XML apresentados anteriormente não seguem nenhuma DTD formalmente declarada, por causa de sua estrutura simples, porém documentos XML mais complexos, como instrumentos de pesquisa arquivísticos, demandam o uso de uma DTD específica para que haja padronização em sua estrutura.

Já existe uma DTD específica para instrumentos de pesquisa arquivísticos, é a EAD-DTD.

Descrição Arquivística Codificada, a EAD-DTD

As possibilidades que os computadores proporcionaram aos serviços de informação, como o controle de grande quantidade de informação e a comunicação destas por redes telemáticas, são facilmente percebidas. Aproveitar tais possibilidades seria uma tarefa melhor realizada com o auxílio de padrões, formatos, normas ou qualquer tipo de acordo prévio que indicasse às instituições como os procedimentos devem ser executados.

Referente à codificação de informações arquivísticas, algumas iniciativas de padronização foram criadas e produtos desenvolvidos.

Uma dessas foi o *Machine Readable Cataloging Format for Archival and Manuscripts Control* (MARC AMC), específico para uso em documentos de arquivo e desenvolvido na década de 1970. Esse formato é um reflexo, um indicativo da ocorrência de tentativas empreendidas no sentido de adaptar normas de catalogação bibliográfica para a atividade de descrição arquivística (RUSSEL; HUTCHINSON, 2000).

O estabelecimento de normas permitiu a racionalização e padronização de procedimentos, tornando as atividades passíveis de automação por meio das novas tecnologias de informação e comunicação.

Sistemas compatíveis com as normas utilizadas pelos profissionais da informação proliferaram e o aumento da produção informacional em meio eletrônico conduziu a uma generalizada e justificada preocupação com a preservação digital.

Um dos aspectos referente à preservação digital é o uso de metadados, tratado em capítulo anterior desse trabalho. Como já visto, a escolha do XML seria natural para a representação de informação, diante da preocupação com a preservação digital.

Assim, buscando estabelecer um padrão adequado à codificação de produtos de descrição arquivística, foi estabelecido o formato *Encoded Archival Description*, denominado Descrição Arquivística Codificada neste trabalho e abreviado como EAD-DTD.

Ruth (2001) enfatiza que a EAD-DTD é a mais recente tentativa dentre uma série de esforços para que os arquivistas possam auxiliar pesquisadores remotos a identificarem documentação relevante a suas pesquisas.

Histórico

O desenvolvimento da EAD-DTD começou em 1993, a partir de uma pesquisa da biblioteca da Universidade de Berkeley, Califórnia. Essa pesquisa investigou a demanda e a possibilidade de desenvolvimento de um padrão não proprietário para codificação de instrumentos de acesso, tais como inventários, índices e outros. Esse padrão deveria atender aos seguintes critérios (THE LIBRARY OF CONGRESS, 2002):

- a) representar instrumentos arquivísticos de acesso, de forma extensiva e inter-relacionada;
- b) preservar as relações hierárquicas existentes entre os níveis de descrição;
- c) permitir que uma informação descritiva fosse herdada de um nível hierárquico a outro;
- d) permitir que uma estrutura informacional pudesse ser movida dentro da hierarquia;
- e) suportar indexação e recuperação de elementos específicos.

Em sua primeira versão, a EAD-DTD foi construída em conformidade com uma linguagem de marcação, a *Standard Generalized Markup Language* (SGML). A SGML é uma série de regras que

definem a estrutura lógica e a expressão dessa estrutura em documentos habilitados a serem manipulados por *softwares*, que teriam por objetivo buscar, controlar e apresentar visualmente esses documentos. É muito semelhante ao XML.

O estabelecimento dessa estrutura lógica e de sua expressão se justifica na medida em que um mesmo *software* poderia se relacionar com diversos documentos, que teriam a mesma estrutura e, assim, poderiam ser automaticamente manipulados.

Esse desenvolvimento contou com a participação da Sociedade Americana de Arquivistas (SAA) e diversos outros colaboradores, que fizeram contribuições na concepção e execução dos objetivos da iniciativa.

Em determinado momento de seu desenvolvimento, a EAD passou por uma reestruturação motivada pela necessidade de sua adaptação às normas de descrição arquivísticas existentes, numa demanda da própria comunidade de teste então existente.

A tecnologia XML, emergente naquele momento, havia adquirido estabilidade suficiente para que a comunidade de desenvolvimento considerasse interessante a criação de uma EAD-DTD, pois o uso desta eliminaria a necessidade de softwares específicos para acesso à EAD baseada na SGML.

Em agosto de 1998 a versão 1.0 da EAD foi lançada.

Na seqüência, um esforço de atualização da EAD-DTD levou à retirada de oito etiquetas do padrão e inclusão de algumas novas. Algumas partes da estrutura hierárquica também foram alteradas e, por fim, a versão 2002 da EAD-DTD foi publicada e é esta a vigente.

Visão geral da EAD-DTD

Todo padrão baseado em XML possui uma definição de tipo de documento, a DTD. Essa definição estabelece as regras que deverão ser seguidas na construção do documento.

Codificar um instrumento de acesso em conformidade com a EAD-DTD significa seguir as regras de hierarquia de etiquetas e qualificá-las devidamente, utilizando os atributos possíveis.

A EAD-DTD é composta por cento e quarenta e seis etiquetas (*tags*), que, por sua vez, podem apresentar atributos que auxiliam na qualificação da informação contida na etiqueta. Isso pode ser entendido com o exemplo abaixo:

```
<origination label="Creator">Jorge Amado</origination>
```

Acima têm-se um exemplo real de uso de uma das etiquetas da EAD: “Jorge Amado” é indicado como produtor do acervo que está sendo descrito. A etiqueta utilizada foi “*origination*”, qualificada com o atributo “*label*”, cujo valor “*creator*” indica que o dado marcado se referia ao produtor da documentação.

Um editor XML pode auxiliar na criação de um documento EAD. As hierarquias serão mais facilmente cumpridas, pois o editor, orientado pela DTD, não permitirá o uso de uma etiqueta em posição hierárquica irregular.

Um documento EAD possui três partes, cada uma “encabeçada” por uma etiqueta. São elas:

<*eadheader*> - contém informações sobre o documento EAD em si.

<*frontmatter*> - contém informações relevantes para a apresentação visual ou publicação dos metadados.

<*archdesc*> - contém informações descritivas sobre o acervo.

A seguir, um exemplo da estrutura mínima válida de um documento EAD, que é composta por duas (<*eadheader*> e <*archdesc*>) das três partes possíveis:

```

<ead>
  <eadheader>
    <eadid>[...]</eadid>
    <filedesc>
      <titlestmt>
        <titleproper>[...]</titleproper>
      </titlestmt>
    </filedesc>
  </eadheader>
  <archdesc level="fonds">
    <did>[...]</did>
    <dsc type="combined">[...]</dsc>
  </archdesc>
</ead>

```

ARCHIVES HUB: UMA REDE DE ARQUIVOS BRITÂNICA BASEADA EM DESCRIÇÃO ARQUIVÍSTICA CODIFICADA

O *Archives Hub* é um serviço da Mimas (Manchester Information & Associated Services) que disponibiliza um sistema de busca para alcançar codificações de instrumentos de pesquisa relativos a cerca de 20.000 acervos custodiados por instituições de ensino do Reino Unido.

O *Archives Hub* permite o acesso às informações descritivas no nível do fundo documental, constituindo um guia de fundos digital. Alguns fundos tiveram as próximas hierarquias, como as séries, descritas.

De acordo com Hill (2002), o *Archives Hub* foi desenvolvido a partir de experiências do *National Networking Demonstrator Project* (Reino Unido), em setembro de 1998, que levantou os fundos necessários para o desenvolvimento de uma solução que deveria disponibilizar instrumentos de pesquisa das universidades britânicas *online*.

Como ponto de partida, foi iniciado o estudo de soluções de diversas instituições que desenvolveram sistemas de buscas em múltiplos instrumentos de pesquisa que consideravam a descrição multinível.

Consideraram o uso de ISAD(G) e Z39.50, sendo que o primeiro foi percebido como insuficiente, apesar de importante, para desenvolver a solução. Por isso, a partir do projeto piloto, adotaram a EAD-DTD como formato para a base de dados.

Cinquenta universidades no Reino Unido foram os provedores iniciais de conteúdo para o projeto, sendo que durante o piloto (agosto de 1999 até julho de 2000) contribuíram com cerca de 3.000 codificações, a maioria com descrições do primeiro nível (fundo ou coleções). Cerca de 10% dessas codificações eram instrumentos de pesquisa mais complexos, com descrições além dos fundos.

Após o projeto piloto, o *software Cheshire* foi adaptado e estendido pelo time de desenvolvedores da Universidade de Liverpool, para criar o mecanismo de busca assemelhado ao que existe atualmente.

Um dos pontos interessantes é o fato da necessidade de uso de termos de um vocabulário controlado, para indexar os grupos documentais. Hill pondera que boa parte dos arquivistas não está familiarizada com a indexação por termos, o que, se for verdade, deve ser uma habilidade a ser desenvolvida por equipes de codificação.

Até junho de 2003, o projeto reuniu cerca de 20.000 descrições de fundos ou coleções, tendo o investimento aplicado, até aquele momento, somado cerca de £500.000 (quinhentas mil libras esterlinas), distribuídas entre as instituições britânicas de ensino superior para possibilitar a criação das codificações utilizando a EAD-DTD.

O projeto *Archives Hub* ainda disponibiliza em seu site um link chamado “*For Archivists*”, em que apresenta desde o método de instalação do Cheshire (o *software*-base do sistema) até as práticas de codificação de instrumentos de pesquisa. Também possui *links* relacionados a temas como Preservação Digital e Liberdade de Informação, tratados pela equipe do *Archives Hub*.

A interface do *Archives Hub* possibilita ao usuário fazer buscas simples colocando um termo, que é analisado entre as informações descritivas e os termos utilizados na indexação. Também permite ações de busca mais complexas, escolhendo em quais elementos descritivos o termo deve ser buscado ou até mesmo navegando na lista de termos utilizados na base de dados.

O *Archives Hub* é um interessante exemplo das possibilidades que a codificação de instrumentos de pesquisa, utilizando EAD-DTD, possibilita.

Criar uma rede de arquivos que disponibilize seus instrumentos de pesquisa *online* é uma forma de criar visibilidade social aos arquivos e seus acervos.

Também, é possível que adaptações na base tecnológica utilizada pelo projeto *Archives Hub*, que tenham por objetivo a replicação de dados, permitam uma abordagem melhorada da Preservação Digital das informações descritivas.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Representar a informação arquivística para sua disponibilização na internet, na forma indicada, pode parecer um passo demasiadamente ousado para muitas instituições arquivísticas. No entanto, alcançar o objetivo demanda realizar outras conquistas que, por si só, representam avanços qualitativos, como a qualificação dos instrumentos de pesquisa por meio da normalização.

De fato, a tarefa de codificar os instrumentos normalizados representa um desafio, ainda mais considerando os recursos geralmente disponíveis para efetivar o treinamento dos recursos humanos.

O trabalho apresenta possibilidades que, para se tornarem realidade, necessitam de investimento intelectual em diversos aspectos. A Nobrade já se encontra disponível e pode auxiliar as instituições a dar o primeiro passo, normalizando seus instrumentos de pesquisa.

Uma vez que as instituições arquivísticas tenham normalizado seus instrumentos de pesquisa, a codificação é o segundo passo, que já caracterizaria, como dito, um enorme esforço das equipes envolvidas.

A disponibilização das informações descritivas na internet seria um último passo que passaria pela escolha e uso de um *software*-base, tal como o *Archives Hub* escolheu e implantou o *Cheshire*. As instituições pioneiras nesse processo poderão ter que desenvolver seu próprio *software*-base ou traduzir os *softwares* livres existentes, nesse caso, evidencia-se uma das liberdades das licenças de uso dos *softwares* livres, a autorização prévia para alterar o *software* conforme as necessidades.

Há uma escassez de material de apoio ao uso de Descrição Arquivística Codificada, que deve ser rapidamente superada por meio da publicação de manuais e da própria *Tag Library* do formato, documento que lista e descreve cada uma das etiquetas previstas.

Não obstante, conhecer as áreas e elementos de descrição da Nobrade, torna-se importante salientar que aplicá-la deve ser considerada parte de uma política de descrição da instituição. Existem Arquivos que criam até mesmo documentos de orientação para o preenchimento de elementos descritivos, como é o caso do Arquivo Nacional Torre do Tombo⁴, em Portugal.

Além disso, aspectos políticos e de formação de recursos humanos surgem quando uma ou mais instituições decidem criar uma rede de arquivos tal como é o *Archives Hub*. O que descaracteriza tal ação como uma mera implantação de sistema informatizado.

Acredita-se que os critérios para desenvolvimento de ambiente *web* devam ser seguidos sem exceção, ao contrário dos componentes, que podem ser revistos. De qualquer forma, o formato EAD-DTD é recomendado pelas suas características e finalidade de uso, específicas ao problema da codificação de informações descritivas de acervos arquivísticos.

4 Disponível em: <http://www.iannt.pt/downloads/Orient_desc_arq_v1.pdf>

Todos esses passos ou obstáculos se tornam pequenos diante das possibilidades, que devem se tornar realidade o quanto antes, de modo a contribuir para a melhoria da visão social dos Arquivos, para disseminar a informação contida nos acervos a um público mais amplo que o normal e ajudam as instituições a avançarem em seu conhecimento técnico.

REFERÊNCIAS

ANDRADE, Ricardo Sodré; BORGES, Jussara; JAMBEIRO, Othon. Digitalizando a memória de Salvador: nossos presente e passado têm futuro? **Perspect. cienc. inf.**, Belo Horizonte, v. 11 n. 2, p. 243-254, mai./ago. 2006.

BELLOTO, H. L. **Arquivos permanentes**: tratamento documental. 2. ed. rev. e ampl. Rio de Janeiro: FGV, 2004.

BRASIL. Conselho Nacional de Arquivos. **NOBRADE**: Norma Brasileira de Descrição Arquivística. Rio de Janeiro: Arquivo Nacional, 2006.

DÉCIO, Otávio C. **XML**: guia de consulta rápida. Rio de Janeiro: Novatec, 2000.

FONSECA, Maria Odila. **Arquivologia e ciência da informação**. Rio de Janeiro: FGV, 2005a.

FONSECA, Vitor Manoel Marques da. A norma brasileira de descrição. In: CONGRESSO DE ARQUIVOLOGIA DO MERCOSUL, 6., 2005, Campos do Jordão. **Anais...** São Paulo: Associação dos Arquivistas de São Paulo, 2005b.

HAGEN, Acácia Maria Maduro. Algumas considerações a partir do processo de padronização da descrição arquivística. **Ci. Inf.**, Brasília, v. 27, n. 3, 1998. Disponível em: <<http://www.ibict.br/cienciadainformacao/viewarticle.php?id=350>>. Acesso em: 24 out. 2006.

HILL, Amanda. Bringing archives online through Archives Hub. **The Journal of Society of Archivists**, Reino Unido, v. 23, n. 3,

p. 239-248, 2002. Disponível em: <<http://www.archiveshub.ac.uk/JSAarticle.pdf>>. Acesso em: 03 jul. 2007.

MARCONDES, Carlos Henrique; SAYÃO, Luís Fernando. Documentos digitais e novas formas de cooperação entre sistemas de informação em C&T. **Ci. Inf.**, Brasília, v. 31, n. 3, p. 42-54, set./dez. 2002

MÁRDERO ARELLANO, Miguel Angel. Preservação de documentos digitais. **Ci. Inf.**, Brasília, DF, v. 33, n. 2, p. 15-27, maio/ago. 2004.

ODDONE, Nanci; ANDRADE, Ricardo Sodré. Acesso à informação baseado em Open Archives: a experiência do Holmes. In: SEMINÁRIO NACIONAL DE BIBLIOTECAS UNIVERSITÁRIAS, 14., 2006, Salvador. **Anais...** Salvador: SNBU, 2006.

REAL, Manuel Luís. A Rede Nacional de Arquivos: um desafio no século XXI. **Cadernos Bad**, Lisboa, 1, p. 36-59, 2004.

RIBEIRO, José Guilherme et al. A Criação da Rede de Arquivos de Minas Gerais – RAMG. In: CONGRESSO DE ARQUIVOLOGIA DO MERCOSUL, 6., 2005, Campos do Jordão. **Anais...** São Paulo: Associação dos Arquivistas de São Paulo, 2005.

RUSSELL, Beth M.; HUTCHINSON, Robin L. Brandt. Official publications at Texas A&M University: a case study in cataloging archival material. **American Archivist**, Chicago, v. 63, n. 1, p. 175-184, spring/summer, 2000.

RUTH, Janice E. The development and structure of the Encoded Archival Description (EAD) Document Type Definition. In: PITTI, Daniel V.; DUFF, Wendy M (Ed.). **Encoded Archival Description on the Internet**. Binghamton: The Haworth Information Press, 2001. p. 27-60.

SANTOS, Paula Xavier dos. A dimensão política da Disseminação da Informação através do uso intensivo das tecnologias de Informação e Comunicação uma alternativa à noção de Impacto Tecnológico. **DatagramaZero**, Rio de Janeiro, v. 5, n. 4, ago. 2004.

STALLMANN, Richard. O Projeto GNU. **DatagramaZero**, Rio de Janeiro, n. 1, fev. 2000.

THE LIBRARY OF CONGRESS. **Development of the Encoded Archival Description**. 2002. Disponível em: <<http://www.loc.gov/ead/eaddev.html>>. Acesso em: 12 jun. 2007.

YAKEL, Elizabeth. Archival representation. **Archival Science**, New York, n. 3, p. 1-25, 2003.

SOIMA 2007 – Salvuarda de acervos de som e imagem: relato de uma experiência internacional no Rio de Janeiro

Rubens R. G. Silva¹ rubensri@ufba.br

INTRODUÇÃO

Em meados de 2006 o Grupo de Estudos sobre Cultura, Representação e Informação Digitais (CRIDI) teve conhecimento dos cursos itinerantes, imersivos, intensivos, ministrados pelo International Centre for the Study of the Preservation and Restoration of Cultural Property (ICCROM) em todo o mundo. Recebemos mensagem eletrônica do Arquivo Nacional avisando-nos sobre sua parceria na elaboração do *International Course SOIMA 2007: Safeguarding Sound and Image Collections*, que, naquele ano de 2007, seria realizado de 06 a 31 de agosto, na cidade do Rio de Janeiro. Para a realização do curso, participaram ainda, o Programa de Pós-Graduação em Artes do Centro de Conservação e Restauração de bens Culturais Móveis (CECOR), da Escola de Belas Artes da Universidade Federal da Minas Gerais (EBA-UFMG), a

1 Doutor em Ciência da Informação (UFRJ/IBICT, 2002). Professor adjunto III, vice-diretor do Instituto de Ciência da Informação da Universidade Federal da Bahia.

Cinematheca Brasileira, o Centre de Recherches sur la Conservation des Documents Graphiques (CRCDG, França), o Coordinating Council of Audiovisual Archives Associations (CCAAA, Reino Unido), a European Commission on Preservation and Access (ECPA), o Masters Degree Program in Moving Image Archiving and Preservation (New York University, EUA) e o National Archives and Records Administration (NARA, EUA). O curso foi organizado com o suporte de Andrew W. Mellon Foundation, para 19 participantes, provenientes de 17 países (Argentina, Barbados, Brasil, Ilhas Virgens Britânicas, Chile, Fiji, Geórgia, Holanda, Noruega, Filipinas, Senegal, Trinidad & Tobago, Vanuatu, Venezuela, Zâmbia e Zimbábue), e foi ministrado no idioma inglês. Os 11 instrutores do curso originavam-se da Austrália, Áustria, Brasil, Itália, México e EUA. O processo de seleção dos participantes baseou-se nas possibilidades que cada um dos candidatos apresentaria para compartilhar e/ou treinar outros em seus países de origem, e na importância das coleções que gerenciavam ou a que teriam acesso.

Pelo perfil do curso, esta seria uma experiência incomum para se ter acesso a temas de pesquisa, modelos de aulas, ementas de cursos, conhecimento teórico e prático, visando, no futuro a propor curso similar nos níveis da graduação e da pós-graduação do Instituto de Ciência da Informação da Universidade Federal da Bahia (ICI-UFBA). Além do tempo em que os selecionados para o curso teriam que ficar distantes de suas atividades profissionais cotidianas e do elevado investimento a ser feito pelos que quisessem concorrer a uma vaga; a complexidade do rígido cronograma a ser cumprido em 200 horas, em 25 dias, com visitas técnicas a instituições em três cidades brasileiras (Rio de Janeiro, São Paulo e Belo Horizonte), exigia o apoio institucional.

A Editora da UFBA (EDUFBA) nos apoiou na impressão do vasto material do curso; o Departamento de Fundamentos e Processos Informacionais (DFPI) e a Direção do ICI dispensaram-me das atividades de ensino naquele período. Mas além do apoio institucional, nossa candidatura só seria possível com algum suporte

financeiro. Tivemos sucesso no atendimento de nossa solicitação de uma bolsa ao ICCROM, que nos concedeu cota parcial (78%); contamos também com o suporte financeiro parcial, para os deslocamentos aéreos, do Programa de Pós-Graduação em Ciência da Informação (PPGCI-UFBA), por meio da Pró-Reitoria de Pesquisa e Pós-Graduação (PRPPG-UFBA). Estavam dadas as condições para nossa candidatura que foi contemplada no processo internacional de seleção.

O CURSO SOIMA 2007

A participação no SOIMA 2007 permitiu-nos adquirir conhecimentos técnicos e ampliar a percepção de nossa responsabilidade com relação ao patrimônio visual e sonoro da humanidade. Participantes e instrutores de vários países, com diferentes economias, aperfeiçoando e compartilhando experiências, puderam refletir sobre a técnica, a tecnologia, os suportes das imagens e dos sons, a permanência, a memória, a história, a filosofia, todos comprometidos objetivamente e subjetivamente com o processo que ali se desenvolvia, todos a se perguntar “por que colecionamos os movimentos das imagens e dos sons? como fazer para mantê-los para o momento que os desejarmos no futuro distante, a longuíssimo prazo?”

Foi uma rara e valiosa oportunidade, não apenas devido ao alto nível das palestras e das visitas técnicas institucionais, mas especialmente pelo estabelecimento de contatos internacionais com diferentes regiões e instituições do mundo e da interação com o conhecimento e a cultura de todos os participantes. Participaram do curso, entre instrutores e alunos, profissionais das seguintes instituições²:

2 Para endereços completos e contato com os participantes e instrutores, ver os Anexos A e B.

- Archive Associates Pty Ltd., Austrália;
- Archivo Fotográfico y Documental, Museo Etnográfico “Juan B. Ambrosetti”, Argentina;
- Arquivo Geral da Cidade do Rio de Janeiro, Brasil;
- Arquivo Nacional, Brasil;
- Caribbean Broadcasting Corporation, Barbados;
- Centro de Pesquisa e Documentação de História Contemporânea do Brasil, Fundação Getúlio Vargas, Brasil;
- Centro de Preservação e Conservação Fotográfica, FUNARTE, Brasil;
- Collections Unit, ICCROM, Itália;
- Congressional Library Bureau, House of Representatives, Filipinas;
- CRAV- Centro de Referência Audiovisual, Brasil;
- Fundación Nacional de Museos, Venezuela;
- Georgian National Museum, Geórgia;
- Government of British Virgin Islands, Ilhas Virgens Britânicas;
- Institut Fondamental d’ Afrique Noire, Senegal;
- Instituto de Ciência da Informação, Universidade Federal da Bahia, Brasil;
- Laboratorio de Restauración Sonora, Facultad de Artes de Universidad de Chile, Chile;
- Lacicor – Laboratório de Ciência da Conservação, Escola de Belas Artes – UFMG, Brasil;
- Masters Degree Program in Moving Image Archiving and Preservation, New York University, EUA;
- National Archives of Trinidad and Tobago, Trinidad & Tobago;
- National Archives of Zimbabwe, Zimbábue;
- National Film & Sound Unit, Vanuatu, Austrália;
- National Museum of Ethnology, Holanda;
- National School of Conservation, México;
- Phonogrammarchiv, Áustria;

- The Livingstone Museum, Zâmbia;
- The Norwegian Film Institute, Noruega.

Cinco unidades foram abordadas no curso³:

- Coleções audiovisuais: História, Uso e Significado;
- Materiais, Formatos e Documentação;
- Cuidados com Coleções Audiovisuais;
- Preservação e Acesso Digitais;
- *Copyright*, Questões Legais e Redes Profissionais.

A UFBA foi a única universidade brasileira que foi selecionada para participar como “aluno” do curso SOIMA 2007 – já que a UFMG participou como uma das entidades atuantes na instrução da turma internacional. À época do curso, além de estar exercendo a Coordenação do Colegiado do Curso de Graduação em Arquivologia (ICI-UFBA), estava em curso no CRIDI, sob minha coordenação, um projeto de pesquisa sobre o estado da arte de instituições públicas na cidade do Salvador que possuíam documentação audiovisual (imagens em movimento) e documentação sonora em seu acervo; os usuários de ambas as documentações também colaboraram com a pesquisa, respondendo aos formulários que a compunham. No curso SOIMA 2007, tivemos a chance de adquirir um real entendimento sobre questões técnicas e humanistas, debatidas a fundo, sobre as ameaças em que estão envolvidos estes acervos e as soluções adotadas em cada país ali representado, todos buscando construir um conhecimento interdisciplinar universal. Os dados coletados na pesquisa, disponíveis em <www.cridi.ufba.br>, e o conhecimento adquirido no Curso SOIMA, nos ajudam a propor aperfeiçoamentos a estas instituições, naturalmente, mas principalmente contribuem para o aperfeiçoamento da formação dos estudantes do ICI, por meio, por exemplo, de propostas de modificações na ementa das disciplinas dos cursos de graduação.

3 Para a estrutura do curso, ver o Anexos C.

Num futuro próximo intentamos ir além, com uma proposta de especialização ou um curso de mestrado profissional sobre conservação e preservação de acervos audiovisuais e sonoros. Recebemos com satisfação o estímulo da Vice-Direção da EBA-UFMG e da Coordenação Geral do SOIMA 2007 sobre suas disponibilidades em ajudar-nos a pensar e alcançar nossos objetivos, com sua *expertise* técnica e teórica e sua experiência administrativa.

As palestras e, particularmente, as visitas, em que pudemos observar os conceitos sendo aplicados na prática do mundo real, permitiram-nos ampliar nosso conhecimento sobre acervos audiovisuais e sonoros. As complexidades destes campos profissionais tornaram-se melhor articuladas agora, após o curso. Decisões eventuais podem, a partir daí, estar baseadas em argumentos universais sobre o patrimônio, indo além de aspectos técnicos. Em outras palavras, temos que saber como preservar e como conservar acervos, mas o objetivo principal, nos dias atuais, nos diferentes países representados no SOIMA 2007, é o de promover o acesso a nosso patrimônio audiovisual e sonoro.

As miniconferências que todos nós participantes do curso, estudantes, instrutores e palestrantes convidados, realizamos ao final da primeira semana de curso, foram bastante interessantes. Foi uma oportunidade de compartilhar os resultados da pesquisa em execução no grupo CRIDI com um estudante de graduação em Arquivologia, voluntário; dois mestrandos do PPGCI-UFBA, voluntários; e duas bolsistas de iniciação científica, do curso de Arquivologia, em plena execução de seus planos de trabalho, com bolsas do Programa Interinstitucional de Bolsas de Iniciação Científica, juntamente com o Conselho Nacional de Pesquisa e Desenvolvimento Científico e Tecnológico e a Fundação de Apoio à Pesquisa do Estado da Bahia (PIBIC-UFBA-CNPq e PIBIC-UFBA-FAPESB), ao longo de dois anos.

A bolsa parcial do ICCROM permitiu-me ainda a oportunidade de fazer parte de uma rede de profissionais especializados e de aprender novas abordagens e técnicas de avaliação, gestão e redu-

ção de riscos nas coleções. Pude também estar em contato com as tecnologias mais contemporâneas relativas à conversão de formatos analógicos para formatos digitais, preservação digital e outras questões associadas ao patrimônio audiovisual e sonoro. Nesses aspectos, foram fundamentais as seguintes visitas técnicas⁴:

- Cinemateca Brasileira (São Paulo);
- Centro de Referência Audiovisual (CRAV, Belo Horizonte);
- Laboratório de Arte Gráfica e Ilustração (EBA-UFGM, Belo Horizonte);
- Laboratório de Ciência da Conservação (Lacicor, EBA-UFGM);
- Laboratório Multimídia (Mídia@rte, EBA-UFGM);
- Centro de Conservação e Restauração de bens Culturais Móveis (CECOR, EBA-UFGM);
- Museu de Arte Moderna (MAM, Rio de Janeiro);
- Museu da Imagem e do Som (MIS, Rio de Janeiro);
- Diversos setores do Arquivo Nacional (Rio de Janeiro).

As instituições abriram suas portas, e sua equipe de diretores e técnicos nos ofereceram a oportunidade de pensarmos, juntos, sobre os problemas e as possíveis soluções para o cotidiano do campo da conservação de documentação audiovisual e sonora. A abertura das instituições, especialmente do CRAV, órgão da Prefeitura de Belo Horizonte, que se expuseram absolutamente ao crivo dos participantes do curso, foi, de fato, surpreendente. Temos que agradecer a todas as instituições visitadas pela recepção e pelo conhecimento que compartilharam conosco.

A última aula do curso SOIMA 2007 foi reservada para ouvirmos e darmos sugestões a cada um dos participantes do curso sobre os projetos que desenvolvem e os planos que levam para suas instituições, para os próximos seis meses. A experiência foi

4 Para detalhes das visitas ao CECOR, EBA-UFGM, ver Anexo D; para as visitas feitas à Cinemateca Brasileira, ver Anexo E.

muito amigável e única, resultado do desejo dos participantes em colaborar interinstitucionalmente.

RESULTADOS PARCIAIS ALCANÇADOS APÓS O CURSO SOIMA 2007

Estou certo de que houve uma ampliação da consciência de todos sobre como é vista e pensada a conservação audiovisual nas diferentes partes do mundo. Temos, agora, argumentos para apontar problemas mais claramente e propor algumas soluções relativas a acervos de som e de imagem em movimento. Se estiver enganado, no mínimo, passamos a fazer parte de uma rede que pode auxiliar-nos a pensar sobre estas questões.

O grande volume de conteúdos e o conhecimento adquirido no SOIMA 2007 tem sido compartilhado com colegas docentes, estudantes e instituições de Salvador. Neste sentido, realizamos, como primeiro passo, uma “Oficina Visual” dirigida a estudantes de graduação em Arquivologia. A Oficina Visual serviu-nos para compartilhar e comentar as centenas de imagens digitais nas quais foram registradas as experiências desenvolvidas durante o curso, especialmente durante as visitas técnicas. Houve grande interesse e participação do corpo discente do ICI-UFBA e os resultados foram estimulantes. Fizemos também uma experiência com uma turma de graduação em Arquivologia, com o consentimento de todos os estudantes da turma, quando propusemos a inserção do tema da salvaguarda do patrimônio audiovisual e sonoro na ementa da disciplina Conservação e Restauração de Documentos. Vale registrar que estas experiências foram de grande valia para a criação do curso noturno de Arquivologia e para reestruturação do projeto pedagógico do curso diurno, que, pouco tempo depois, seriam aprovados nas diferentes instâncias do ICI e da UFBA.

Estes foram os primeiros passos para um evento mais amplo, em princípio dirigido, porém não limitado, a estudantes do mestrado

em Ciência da Informação do PPGCI-UFBA, que acabou sendo realizado parcialmente em 2008 no VIII CINFORM – Encontro Nacional de Ensino e Pesquisa em Informação⁵ na cidade do Salvador. Pretendíamos trazer os participantes sul-americanos do SOIMA 2007, provenientes da Argentina, Chile e Venezuela, mas a limitação de recursos nos impediu, nos obrigando a trazer apenas um dos participantes, do *Laboratorio de Restauración Sonora* do *Centro Tecnológico* da *Facultad de Artes* da *Universidad de Chile*. Documentação sonora e audiovisual constituíram a temática de dois importantes painéis no VIII Cinform, e quatro participantes do SOIMA 2007 (três do Brasil e um do Chile), estiveram presentes apresentando seus trabalhos e pesquisas.

Ainda no primeiro semestre de 2008, logo após o retorno do SOIMA 2007, demos início a um curto curso introdutório: “Introdução à salvaguarda de arquivos de som e imagem em movimento”, no âmbito da disciplina “Estruturas e Linguagens da Informação II” de 34 horas-aula para dez estudantes do curso de mestrado em Ciência da Informação (PPGCI-UFBA) com diferentes e interessantes perfis profissionais, reunindo arquivistas, bibliotecários e analistas de sistemas.

No primeiro semestre de 2009 demos continuidade à experiência com novos estudantes de mestrado, elaborando o curso parcialmente com os conceitos do ensino à distância, utilizando plataforma Moodle adaptada pela UFBA. O curso parcialmente remoto está em sua primeira versão, ainda reservada exclusivamente aos alunos matriculados no curso, mas, em breve, será submetido a ajustes e ampliado para uma proposta de extensão, ensino e pesquisa mais interligadas. A participação ativa dos estudantes do curso tem sido fundamental para o aperfeiçoamento da proposta e do ambiente Moodle do curso.

Daqui para frente, procuraremos dar prosseguimento ao objetivo de estabelecer relações formais com o ICCROM, com a EBA-

5 Consultar: www.cinform2008.ici.ufba.br.

UFMG e com o Arquivo Nacional para a elaboração e realização, num primeiro momento, de um curso regular (três a seis meses), para estudantes de graduação sobre coleções audiovisuais e sonoras no ICI-UFBA. Acreditamos, ainda, ser possível, a partir desta experiência e com estes apoios, criar um curso de especialização, de um ano, sobre a temática.

**ANEXO A – PERFIL DA EQUIPE DE INSTRUTORES
E DA EQUIPE DE COORDENAÇÃO**

.....
COURSE TEAM PROFILES
.....

TEACHERS

Howard Besser

Professor and Director

Masters Degree Program in Moving Image

Archiving and Preservation

New York University

USA

howard@nyu.edu

Howard Besser is a Professor of Cinema Studies at New York University, where he is Director of the Masters Degree program in Moving Image Archiving and Preservation. Previously he was a Professor of Education & Information Studies at UCLA, where he taught and did research on multimedia, image databases, digital libraries, metadata standards, digital longevity, web design, information literacy, distance learning, intellectual property, and the social and cultural impact of new information technologies. He has also taught at UC Berkeley and University of Michigan, and has been in charge of information technology for two museums. Dr. Besser has published dozens of articles, speaks frequently at professional conferences, and has given scores of workshops for librarians, archivists, and museum professionals. At NYU, he designed the full curriculum for the Masters Degree program he directs. He has served on dozens of special committees setting international standards and guidelines, as well as reviewing large-scale projects involving new technologies. For more than a dozen years he has

experimented with the use of new technologies for curriculum development and delivery. He is best known for his pioneering work in bringing new technologies to cultural heritage institutions.

Ray Edmondson

Director of Archive Associates
Archive Associates Pty Ltd
Kambah
Australia

After graduating in Arts and Librarianship at the University of New South Wales, Ray joined the Film Section of the National Library of Australia in 1968. In 1973 he established and led its new Film Archive Unit. In 1978 he became overall head of the Library's Film Section. Described as the 'moving spirit' behind the creation of the National Film and Sound Archive in 1984, he served as its Deputy Director until 2001, when he was endowed as its first honorary Curator Emeritus. During this public service career he devised and led corporately funded film restorations and pioneering programs like The Last Film Search and Operation Newsreel. His service as chair or board member of various professional or community organisations has been wide ranging and have included The Federation Line Inc., Music Roll Australia, Archive Forum and the Friends of the National Film and Sound Archive. Internationally, he served as inaugural President of SEAPAVAA (South East Asia Pacific AudioVisual Archive Association) from 1996 to 2002, and remains ex-officio Council member. He presently leads AMIA's Advocacy Task Force and co-chairs its International Outreach Task Force. Since 1996 he has been involved in UNESCO's Memory of the World Program, authoring its current General Guidelines, and presently serves on its national, regional and international committees. Ray writes, advises, speaks and constantly travels internationally and his regular teaching commitments include the professional audiovisual archiving courses offered by Charles

Sturt University (Australia), University of East Anglia (UK) and the George Eastman House School of Film Preservation (USA). His latest monograph, *Audiovisual Archiving: Philosophy and Principles* was published by UNESCO in 2004. Born in 1943, Ray lives in Kambah, a suburb of Canberra, Australia, with Sue and their sons David and Peter. His interests include animation and comic strips, and mechanical music, and he is currently a doctoral student at Charles Sturt University.

Fernando Osorio

Consultant and Professor, Photography Conservation
National School of Conservation
Mexico City
Mexico

Fernando Osorio is currently a consultant and professor in photography conservation at the National School of Conservation in Mexico. He has spent more than 27 years working in the field of audiovisual archiving and preservation. In 1975 he founded the Luis Buñuel Film archive in Puebla, Mexico. Since then, he has held posts at major audiovisual institutions in Mexico. Prof. Osorio is a member of UNESCO's Memory of the World Program. He received an MFA from the Rochester Institute of Technology and was a scholar in residence at the George Eastman House.

José Luis Pedersoli

Research Scientist
Collections Unit
ICCROM
Italy
jpg@iccrom.org

José Luiz Pedersoli Júnior is a chemist with a M.Sc. degree in Polymer Chemistry (emphasis on cellulosic materials) from the

University of Helsinki – Finland (1994). His work as a conservation scientist has been primarily focused on paper-based cultural heritage, including the development of non-destructive and micro-destructive analytical methods, investigation into the phenomenon of browning and fluorescence of paper, and laser cleaning. In addition to work in his own country, Brazil, José Luiz carried out conservation research at the Finnish National and University Library and Finnish Pulp and Paper Research Institute (KCL), and as a staff member of the Netherlands Institute for Cultural Heritage (ICN) between 1997 and 2003. He also participated as a lecturer in a number of national and international courses and workshops, including ICCROM's courses on the Conservation of Archival Materials (Washington D.C., 1999) and on Science in the Conservation of Archival Materials (Rio de Janeiro, 2005). José Luiz has recently joined ICCROM's staff as Research Scientist, where his activities include promoting and carrying out research in conservation, providing technical assistance and advice, compiling and disseminating relevant technical literature/information, and contributing to ICCROM's education and training activities, as well as to develop its network of research institutions.

Dietrich Schüller

Director

Phonogrammarchiv

Vienna

Austria

Dietrich.Schueller@oeaw.ac.at

Dietrich Schüller is Director of the Phonogrammarchiv of the Austrian Academy of Sciences. A specialist in audiovisual preservation and restoration, he has worked as a consultant to a number of audiovisual archives world-wide, partly upon request by UNESCO. He was Chairman of the IASA Technical Committee 1975-2001 and of the Sub-Committee on Technology for the Memory of the

World-Programme of UNESCO 1994-2007. He is Vice-President of the Intergovernmental Council for the Information for All Programme of UNESCO, member of the European Commission on Preservation and Access (ECPA) and of the Audio Engineering Society, author of numerous publications on audiovisual preservation, and lecturer at several Austrian Universities. He is currently, inter alia, partner in EU funded project TAPE (Training for Audiovisual Preservation in Europe). He is also engaged in training seminars outside Europe, more recently in Mexico, the Caribbean, China, the Philippines, Singapore, and Central Asia.

Luiz Souza

Lacicor – Laboratório de Ciência da Conservação
Escola de Belas Artes – UFMG
Av. Antonio Carlos 6627
31270-901 – Belo Horizonte – MG
Brazil
luiz-souza@ufmg.br

Luiz Souza has a Ph.D. in Chemistry (1996). He was a Research Fellow at the Getty Conservation Institute (1992-93). He is a Professor at the Graduate Program in Arts (School of Fine Arts) with research topics in technical art history and preventive conservation. Together with RECICOR (Brazilian network for Science and Technology for the Integrated Conservation of Cultural Properties), Luiz coordinates the collaborative project between the Dept. of Museums, National Institute for Historic and Artistic Works and the Federal University of Minas Gerais, aimed at improving conditions for preventive conservation within the framework of the Brazilian National Museums System. Luiz has also been involved with several research projects and services related to conservation in libraries and archives, including digitization of archival funds. Currently, he is the Vice-Director of the School of Fine Arts of the Federal University of Minas Gerais, and

Head of the Conservation Science Laboratory at CECOR (Center for Conservation and Restoration of Movable Properties).

Kara Van Malssen

Assistant Research Scholar
Moving Image Archiving and
Preservation Masters Degree Program
at New York University (NYU)
New York
USA
kvm211@nyu.edu

Kara Van Malssen is a graduate of the Moving Image Archiving and Preservation Masters Degree Program at New York University (NYU). Her areas of interest include disaster preparedness and recovery of moving image and sound materials, media storage and preservation in tropical climates, preservation of digital collections, and advocacy for the field. She worked extensively with archives and artists in New Orleans following Hurricane Katrina in 2005, and will be a contributing author for the upcoming Association of Moving Image Archivists guidebook on disaster recovery of audiovisual media. Van Malssen is currently Assistant Research Scholar at NYU, leading research on a project to preserve digital public television, funded by the Library of Congress. A collaboration between the Public Broadcasting Service (PBS), the two largest public television stations in the United States, and NYU this project will offer a model for the long term preservation of born-digital audiovisual content, including recommendations for file and wrapper formats, metadata, and selection and appraisal criteria.

COORDINATION TEAM

Sandra Baruki (Course Assistant)

Coordinator

Center for Conservation & Preservation of Photographs | CCPF

FUNARTE - the National Foundation for the Arts -

Brazil

baruki@funarte.gov.br

Sandra Baruki, Brazilian, received her Master of Arts in Conservation degree from Camberwell College of Arts, The London Institute, London, UK, 2001, sponsored by Funarte and Vitae Foundation. She attended courses and internships in USA, 1989, on a scholarship from Organization of American States - OAS, at the following institutions: special student at the University of Columbia, School of Library Service, Conservation Education Programs; intern at the Conservation Laboratory / Preservation Section of the New York Municipal Archives; at the International Museum of Photography, George Eastman House; and at the Image Permanence Institute, Rochester Institute of Technology. Photograph Conservator, Coordinator of The Center for Photographic Conservation and Preservation, under the auspices of the National Foundation for the Arts (CCPF/Funarte), Ministry of Culture of Brazil, where she has been working since its inception in 1986. Since then she has been coordinating several projects of conservation carried out at CCPF for private and public institutions as well as providing training, condition surveys, remedial and preventive conservation services. Author and editor of technical manuals on photographic conservation, she has been publishing research papers and reports in records of congresses and meetings. She has provided training in photographic conservation in various states of Brazil through Funarte as well as in different countries of Latin America and the Caribbean region as guest professor at ICCROM. Technical Coordinator and member of Abracor – Brazilian Association of Conservators and Restorers of Cultural Property.

Adrianna Cox Hollós (Course Coordinator – AN)

Coordinator of Preservation
National Archives of Brazil
Rio de Janeiro
Brazil
ahollos@gmail.com

Adriana Cox Hollós, is a Museologist. She has qualified her Master's Degree in Social Memory from the Federal University of the State of Rio de Janeiro – UNIRIO with a dissertation, *Between the Past and the Future – limits and possibilities of preservation at the National Archives of Brazil*. She received a post-graduate degree in New Technologies in Education and Training from Getulio Vargas Foundation in 1998. Currently, among other activities, her department is responsible for the conservation and reformatting audiovisuals documents, including the management of a Digital Preservation Project. She is a member of the board of directors of ABRACOR, the *Association of Brazilian Conservators*. She is also a member of the *Comité sur la préservation et la restauration des archives dans les régions de climat tropical - [CPTR]* of International Council of Archives.

Gabriela de Lima Gomes (Course Assistant)

Escola de Belas Artes – UFMG
Av. Antonio Carlos 6627
31270-901 – Belo Horizonte – MG
Brazil
gabiligo@gmail.com

Gabriela de Lima Gomes has graduated in Social Communication from Fumec University, Minas Gerais, Brazil in 2003. Since 2005 she is pursuing a Master's degree in Arts at the School of Fine Arts of Federal University of Minas Gerais. She worked at the Public Archives of Minas Gerais, in the position of technical supervisor

and from time to time has lectured at the Institute J. Andrade - Juatuba in Minas Gerais. Her areas of interest include conservation and documentation of works of art as well as treatment and preservation of digital images.

Aparna Tandon (Course Coordinator-ICCROM)

Project Specialist

Collections Unit

ICCROM

Italy

at@iccrom.org

Aparna Tandon has received a Masters' degree in Art Conservation from the National Museum Institute of History of Art, Conservation and Museology, New Delhi, India (1993). She has received specialization in Paper Conservation from the Straus Center for Conservation, Harvard University Art Museums, USA. In 2001-2002 she was a Fulbright Fellow at the Library of Congress in Washington, D.C., and then a Conservation Guest Scholar at the Getty Conservation Institute, focusing on preventive conservation and risk preparedness strategies for museum and archive collections. From 1998 to 2004, she was the Curator-Conservator at the Amar Mahal Museum and Library in Jammu in northern India. She has specialized in designing preventive conservation strategies for museum collections and teaching the subject, while also being very active in promoting awareness and public participation in preservation activities. She has contributed articles and papers in national and international journals. In 2004 she joined the Collections Unit of ICCROM as Project Specialist. She has contributed to the successful development and implementation of the Museums Emergency Programme's (MEP) education initiative in Asia. Currently, she is especially working on the SOIMA (sound and image collections conservation) and preventive conservation programmes of ICCROM, while her experience of working with public advocacy is also being used through relevant activities.

Solange Zúñiga (Course Moderator)

Preservation Administrator

Research and Documentation Department

FUNARTE - the National Foundation for the Arts

Rio de Janeiro

Brazil

solangezun@gmail.com

Solange Sette Garcia de Zúñiga, received her PhD degree in Information Science from the Federal University of Rio de Janeiro, with thesis on Public Policies on Preservation. She has been consultant on Preservation Planning Programs and on Preventive Conservation for Libraries and Archives, privately since retirement, on 1999. She has a Masters of Science degree awarded May 1992 from the School of Library Service of Columbia University where she also studied Preservation Administration. Solange was Director of the Research and Documentation Department of FUNARTE - the National Foundation for the Arts, where she was responsible for the development implementation and coordination of both, a national preservation program devoted to the photographs and a public policy on photograph's preservation. She has been since 1992 member of the board of directors of ABRACOR, the Association of Brazilian Conservators and is now its vice-president. She lectures and teaches extensively on Preservation Planning and Administration and on Preventive Conservation for Libraries and Archives.

ANEXO B – PARTICIPANTES DO CURSO

COURSE PARTICIPANTS

BANG-HANSEN Bent
The Norwegian Film Institute
Dronningens Gate 16
Boks 482, Sentrum
N-0105 Oslo

NORWAY
Tel +47 22474500
bent.bang-hansen@nfi.no

BERTALAN Alexandre
Arquivo Nacional-COPAC
Praca da Republica, 173 R.C003 Centro
Rio de Janeiro 20211- 350
BRAZIL
Tel +552122329036
xbertalan@hotmail.com

CHITUNGU Peter
The Livingstone Museum,
PO Box 60498 Livingstone
ZAMBIA
Tel +26003320495
ptchitungu@yahoo.com

DREER BUARQUE Marco
Getulio Vargas Foundation's Center for
Research & Documentation of Brazilian
Contemp History,
Praia de Botafogo, 190, 14 Andar
Botafogo
Rio de Janeiro 22253 900
BRAZIL
Tel +5525595704
marcodb@fgv.br

GUDUSHAURI Elena
Georgian National Museum
3 Purtseladze Str.

0105 Tbilisi
GEORGIA
Tel +995 32 998022
eleneeee@yahoo.com

GUIMARAES E SILVA Junia
Arquivo General da Cidade do Rio de
Janeiro
Rua Amoroso Lima, 15 Cidade Nova,
Rio de Janeiro, 20211-120
BRAZIL
Tel +5502122734582
jgsilva@pcrj.rj.gov.br

KOEK Monique
National Museum of Ethnology
Steenstraat 1
PO Box 212 2300 AE Leiden
THE NETHERLANDS
Tel +31715168854
monique@volkenkunde.nl

MARQUES Alexandre
CRAV- Centro de Referencia
Audiovisual
Rua Sapucaí 571, 5 andar Floresta
Belo Horizonte 30-150050
BRAZIL
Tel +553132774879
pimentafilmes@hotmail.com

MASHINGAIDZE Mercy
National Archives of Zimbabwe
P Bag 7729 Causeway Harare
ZIMBABWE
Tel +263 4 792741/2
mmashingaidze@hotmail.com

McCASKIE Sherwood Wilson
Caribbean Broadcasting Corporation
Pine St. Michael
BARBADOS
Tel +12464695433
sherwood3@hotmail.com
MIRANDA FUENTES Francisco
Laboratorio de Restauracion Sonora
Centro Tecnologico
Facultad de Artes Universidad de Chile
Casilla 2100 CP 8340380
1264 Santiago
CHILE
Tel +562 9781361
fmiranda@uchile.cl

NIANG Moustapha
Institut Fondamental d' Afrique noire
Cheik Anta Diop,
BP 206 Dakar
SENEGAL
Tel +2218241645
mniangdoc@yahoo.fr

OJEDA CELIS Yarimkha Maritza
The National Museums Foundation
Ave Bolivar San Agustin Norte Zona
Cultural
Parque Central P.B. 1010 Caracas
VENEZUELA
Tel +58212 5777554
chitaojeda1@hotmail.com

REY Emma
Congressional Library Bureau
House of Representatives
Batasang Pambansa Complex
Constitution Hills 1126
Quezon City
PHILIPPINE
Tel +632 9315966
emmamrey@yahoo.com

RITTER-FREEMAN Geraldine
Government British Virgin Islands
33 Admin Drive, Road Town Tortola
VG 1110
BRITISH VIRGIN ISLANDS
Tel +1284 494 3701 ext 2139/3281
gritter-freeman@gov.vg

SILVA Rubens Ribeiro Goncalves
Coordenador do Colegiado do Curso de
Graduação em Arquivologia
Instituto de Ciência da Informação
Universidade Federal da Bahia
BRAZIL
Tel +5571 3283 7753
rubensri@ufba.br

SPOLIANSKY Vivian
Responsable Archivo Fotográfico y
Documental
Museo Etnográfico "Juan B. Ambrosetti"
Moreno 350
1091- Buenos Aires
ARGENTINA
Tel/Fax +54 11 4345-8196/97
E-mail: vivianspol@filo.uba.ar

THOMPSON Ambong
National Film & Sound Unit
Vanuatu Cultural Centre
Box 184 Vila
VANUATU
Tel +678 22129
vks@vanuatu.com.vu
WHARWOOD Vynns
National Archives of Trinidad and
Tobago
105 St. Vincent Street
Port of Spain
TRINIDAD & TOBAGO
Tel +1868 6232874
wood_man2@hotmail.com

ANEXO C – ESTRUTURA DO CURSO

- | | |
|---------------|---|
| Unit 1 | AV Collections: History, Use and Meaning |
| 1.1 | Terminology and Concepts |
| 1.2 | Short History of AV Media |
| 1.3 | Why do we collect? |
| 1.4 | Ethics and Philosophy |
|
 | |
| Unit 2 | Materials, formats and Documentation |
| 2.1 | Properties of AV Carriers: what are they made of and how they behave |
| 2.2 | Format Identification |
| 2.3 | What goes into Creation/Production Cycle? |
| 2.4 | Issues of documentation and cataloguing |
|
 | |
| Unit 3 | Caring for AV Collections |
| 3.1 | Introduction to Collection Management and General Storage Issues |
| 3.2 | Handling and Storage of AV collections |
| 3.3 | Maintenance of Equipment and Obsolescence of formats |
| 3.4 | Signal Extraction (Audio and Video) |
| 3.5 | Long term strategies for preservation of AV collections |
| 3.6 | Assessing Risks |
| 3.7 | Disaster Preparedness for mixed media collections |
|
 | |
| Unit 4 | Digital Preservation and Access |
| 4.1 | Theoretical Underpinnings for Authenticity |
| 4.2 | Retrieval Techniques |
| 4.3 | Digital Preservation |
| 4.4 | Digital Repositories |
| 4.5 | Digitisation for access and preservation: Cooperation and outsourcing |
| 4.6 | Data Reduction |
| 4.7 | Metadata for Digital Preservation |
| 4.8 | Project Planning |
| 4.9 | Curating Exhibitions and Other forms of Access |
|
 | |
| Unit 5 | Copyright, Legislation and Professional Networks |
| 5.1 | Preservation policy and legal issues |
| 5.2 | Professional Organizations |
| 5.3 | Advocacy and Promotion |

ANEXO D – NOTAS SOBRE A VISTA TÉCNICA I

In the third week of the SOIMA course a two day study visit (August 23-25) to the School of Fine Arts, Federal University of Minas Gerais and Centro de Referência Audiovisual (CRAV) in Belo Horizonte will be organized. The purpose of the study visit will be to introduce the risk management approach for the conservation of sound and image collections within a given institutional context.

The Study visit will begin with a tour of the School of Fine Arts (EBA) of the Federal University of Minas Gerais. It was created in 1957. The EBA is nowadays considered to be the best School of Arts in Brazil, because of its infrastructure and courses offered.

EBA offers undergraduate course in the Visual Arts, including Animation, and also on the Cinema Arts. The School of Fine Arts has also a Graduate Program in Arts, offering both Masters and Doctoral degrees. CECOR – Center for Conservation and Restoration of Cultural Properties, is part of the School of Fine Arts. At CECOR there is also the offer of a specialization course on ‘Conservation and Restoration of Cultural Movable Properties’. CECOR plays an important role in Brazil and Latin America as a reference center for conservation and restoration of cultural properties, where conservation is taught, developed as a research activity and also thought as a conceptual field of activity.

The faculty of the School of Fine Arts, together with students at both undergraduate and graduate levels, and also with the collaboration of several national and international universities and research centers, works in several projects dealing with art creation and critics, conservation-restoration of cultural properties, as well as movie making and the conservation of collections of film and sound. There are also several and substantial activities related to problems in the field of conservation and digitization issues.

The tour will lead to an afternoon session details of which are given below:

August 23, 2007

Afternoon Session: Unit 3- Introductory lecture on Risk Management

School of Fine Arts - UFMG

LEADERS

José Luiz Pedersoli Jr. - ICCROM

Luiz A C Souza – Lacicor – CECOR – School of Fine Arts – Federal University of Minas Gerais

PURPOSE

The purpose of the session is to discuss the application of risk management to cultural heritage. It includes not only the management of rare catastrophes, but also the management of slow continual hazards, and everything in between. At the core of risk management is the assessment of risks based on the expected “loss of value” to cultural heritage due to the action of different agents of deterioration. This assessment provides a reliable tool to establish priorities, to inform risk-based decisions, and to support the design of effective conservation strategies.

Since risk management is in a formative phase in the heritage conservation field, as well as in other fields, there will be a wealth of experiences and ideas to be jointly explored during this session concerning its specific application to sound and image collections.

OBJECTIVE

At the end of the session, participants will see preventive conservation from the view point of risk management. Given a context, participants will be able to use appropriately the risk management terminology, and to identify, analyze, and evaluate specific risks relevant to their context. They will improve their ability to communicate risks effectively, and to develop and analyze options to treat risks.

.....

The study visit will continue next day with the tour of CRAV (Centro de Referência Audiovisual. An audiovisual preservation collection sponsored by the state of Minas Gerais (<http://www.pbh.gov.br/cultura/crav/>). CRAV has experienced very rapid growth over the past 5 years, thus its collection will be soon moved to a new space. CRAV has a unique collection of original newsfilm in 1-10 minute segments. The CRAV Archive is composed of titles collected from a variety of other smaller archives of various natures, reaching approximately 30,000 rolls of film e.g., the Aristides Junqueira and Igino Bonfioli collection, Project BHIS – Belo Horizonte Image and Sound, Memory and Cinema, Globo Television – Minas Gerais, Family-Fund, Cinejournals, Cinema Mineiro, recent varied production from the state of Minas Gerais and, finally, collections of several movie makers such as Schubert Magalhães, Armando Sábató, Toni Vieira, Carlos Alberto Prates Correa, Helvécio Ratton.

After a tour of the CRAV and introduction to the staff members, participants will be engaged in a risk assessment exercise, details of which are given below:

August 24, 2007

All day Session: Unit 3- Risk Assessment Case Study at CRAV – Audio-Visual Reference Center

LEADERS

José Luiz Pedersoli Jr. - ICCROM

Luiz A C Souza – Lacicor – CECOR – School of Fine Arts – Federal University of Minas Gerais

PURPOSE

The purpose of this session is to practice the assessment and communication of risks using the sound and image collections housed

in CRAV as an example. Participants will work in groups to identify specific risks associated to different agents of deterioration, according to a structured survey methodology that includes visual inspection at different levels, staff interview, and consultation of available data and documentation. Based on the risk scenarios developed for the CRAV collection, the groups will score the identified risks and evaluate their relative magnitudes and associated uncertainties in view of prioritizing conservation actions. Options to treat the assessed risks will be developed, and the final results will be communicated.

OBJECTIVES

At the end of the session, participants will have a clear understanding of a methodology to carry out risk assessment for cultural heritage. They will be able to use the results of risk assessment to inform decisions and prioritization. Participants will also improve their risk communication skills.

.....

The Study visit will conclude with a morning session which will allow participants to review the risk assessment exercise and further discuss strategies for risk mitigation as well as explore ways through which risk assessment can be fed into planning and decision making for long term conservation of sound and image collections.

Social Activities

The study visit will include a variety of social activities including lunches, dinners and group outings. Belo Horizonte is one of the most important cities in Brazil and has many tourist attractions. During the study visit, participants will be given some time to explore the city by themselves.

ANEXO E - NOTAS SOBRE A VISTA TÉCNICA II

NOTE ON THE STUDY VISIT - II

The fourth week of the SOIMA course will begin with a two-day visit – 28 and 29 August – to the Cinemateca Brasileira (Brazilian film archive) in São Paulo. This visit will give an overview on film restoration, film handling techniques, documentation, cataloging and programming. It will provide the course participants with a practical understanding of the activities of a large film archive. The schedule includes a tour through the different sections of the archive, lectures and demonstrations, offering real-life examples of many ideas that will be covered throughout the SOIMA course.

About Cinemateca Brasileira

Cinemateca Brasileira is one of the national institutions responsible for the preservation of Brazilian moving image memory. It was created during the 1940's along with other film archives, as the earliest filmed material began to deteriorate and die and the need to preserve them started to impose itself. A generation of intellectuals led by Paulo Emilio Salles Gomes planted the seed of Cinemateca Brasileira, fighting the lack of knowledge in the subject from the local political authorities and against the eternal lack of resources in all levels. Since its birth, however, the institution is known for its intellectual, technical and ethical standards, being a compliant member of FIAF (International Federation of Film Archives) since 1949. In 1984 it became attached to the Federal Government, and is currently a division of the Audiovisual Secretariat of the Ministry of Culture.

Apart from its collection of moving images – over 200,000 reels of film, corresponding to more than 30,000 titles – and a center of

research and documentation, Cinemateca Brasileira is a generating source of reflection, information and diffusion of the cinematographic culture. Its institutional purposes are to store and preserve the national audiovisual production (films and videos); to gather documentation and research on the production of films and moving images and to diffuse its collection.

In order to accomplish its mission, the Cinemateca Brasileira is divided in the following sections: Cataloguing; Preservation; Documentation; Collection; Restoration Laboratory and Diffusion. The Restoration Laboratory was recently recognized by FIAF as an example for Latin-American archives.

Study Visit Activities

The visit will begin with a reception at the Cinemateca Brasileira, with each section's coordinator and the institution Executive Director, Carlos Magalhães. This will be followed by a tour of the facilities, including the film deposits, working areas and public spaces. The remainder of the visit will cover some of the fundamental questions regarding film restoration, film handling, collection management, cataloging, documentation and public programming as detailed below.

Programme

Tuesday, 28 August

Reception

Archival processes & Film handling

(by Fernanda Coelho, Preservation Coordinator)

Coffee break

Collection management and maintenance of film deposits / Labeling / Cataloguing

(by Fernanda Coelho, Francisco Mattos, Cataloguing Coordinator & Carlos Roberto de Souza, Brazilian System of Audiovisual Information – SiBIA – Coordinator)

Lunch

Collection management and maintenance of film deposits / Cataloguing

(by Fernanda Coelho, Francisco Mattos & Carlos Roberto de Souza)

Diffusion – focus on Programming Cinemateca’s movie theater

(by Alex Andrade, Diffusion Coordinator)

Film Exhibition & Happy Hour

Wednesday, 29 August

Preservation and duplication processes

Basic Restoration principles

Different formats

Projection procedures in a film archive

Photochemical and digital techniques

Ethics in restoration

(by Patricia de Filippi, Restoration Laboratory Coordinator & Restoration Laboratory staff)

Coffee break

Duplication and preservation

(by Patricia de Filippi & Restoration Laboratory staff)

Lunch

Documentation

(by Olga Futemma, Documentation Coordinator)

Final considerations

(by Carlos Magalhães – Executive Director, Fernanda Coelho, Patricia de Filippi, Chico Mattos, Olga Futemma, Carlos Roberto de Souza and Alex Andrade)

Sobre os autores

Adelmária Ione dos Santos

Graduada em Arquivologia (ICI-UFBA). Foi bolsista de Iniciação Científica (PIBIC/UFBA/FAPESB, 2006-2007), na linha de pesquisa “Conservação e Preservação de Acervos fotográficos, audiovisuais e sonoros”, no âmbito do CRIDI. Em 2007 publicou nos Anais do I Simpósio Baiano de Arquivologia a comunicação *Procedimentos de seleção para digitalização de coleções especiais em instituições públicas estaduais, federais e municipais de Salvador*, tendo Rubens Silva como coautor. adelmariaione@yahoo.com.br

Adriana Cox Hollós

Mestra em Memória Social pela Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro, Brasil (2006). Doutoranda em Ciência da Informação pelo IBICT/UFRJ, na linha e pesquisa em Informação, sociedade e gestão estratégica. Pesquisadora do CRIDI nas linhas de pesquisa em “Conservação e preservação de acervos fotográficos, audiovisuais e sonoros” e “Informação e conhecimento em ambientes organizacionais”. Assistente do Conselho Nacional de Arquivos (CONARQ) e membro da Câmara Técnica de Preservação de Documentos do Arquivo Nacional do Brasil. Entre os artigos publicados, destaca-se *Gerenciamento de riscos: uma abordagem interdisciplinar*, tendo como coautor José Luiz Pedersoli, publicado em 2009, na revista Ponto de Acesso (ICI-UFBA). adriana@arquivonacional.gov.br

Albano Souza Oliveira

Mestre em Ciência da Informação pelo Programa de Pós-Graduação da Universidade Federal da Bahia (PPGCI/UFBA, bolsista FAPESB). Doutorando em Difusão do Conhecimento pelo Programa de Pós-Graduação da Universidade Federal da Bahia (DMMDC/UFBA), na linha de pesquisa em Modelagem da geração do conhecimento. Professor Assistente do Instituto de Ciência da Informação da UFBA. Linhas de pesquisa no CRIDI: a) “Conservação e preservação de acervos fotográficos, audiovisuais e sonoros”, e b) “Informação e conhecimento em ambientes organizacionais”. oalbano@ufba.br

Ana Aparecida Gonzaga

Graduada em Arquivologia (ICI/UFBA). Graduanda em História (FFCH/UFBA). Foi bolsista Permanecer (2007-2008) e PIBIC/UFBA/FAPESB (2008-2008). No Grupo CRIDI atua na linha de pesquisa em “Informação e conhecimento em ambientes organizacionais”. Em 2009 publicou o artigo “Arquivos secretos eclesiásticos em Salvador”, na revista Informação & informação (Londrina), com Jussara Borges como coautora. anaaparecida.gonzaga@gmail.com

Aurora Leonor Freixo

Mestra em Ciência da Informação (ICI-UFBA), Professora Assistente do Departamento de Documentação e Informação e Coordenadora do Colegiado de Graduação em Arquivologia do ICI/UFBA. No CRIDI atua na linha de pesquisa “Informação e conhecimento em ambientes organizacionais”. Entre os trabalhos publicados, destaca *O Conceito de Democracia Participativa Aplicado à Prestação de Serviços Públicos na Sociedade da Informação*, publicado em 2007 nos Anais do VII Cinform (Salvador), tendo como coautores Flávia Nou e Rubens Silva.

Inácio Szabó

Mestre em Ciência da Informação (ICI/UFBA), coordenador de projetos de sistemas do Instituto Recôncavo de Tecnologia. Linha de pesquisa “Informação e conhecimento em ambientes organizacionais”. Entre os artigos e comunicações que publicou, destacam-se *Informação e Inteligência Coletiva no Ciberespaço: uma abordagem dialética*, publicado na revista *Ciências & Cognição* (UFRJ) em 2007, e *Intelligence collective et Communautés virtuelles de connaissance dans le cyberspace : une étude critique d après Henri et Pudelko*, publicado em 2009 nos Anais do 7eme Colloque International du Chapitre Français de l’ISKO – International Society for Knowledge Organization (Lyon, França), ambos com a coautoria de Rubens R.G. Silva. inacio@reconcavotecnologia.org.br

Iole Costa Terso

Mestra em Ciência da Informação (ICI-UFBA), na linha de pesquisa “Políticas, tecnologias e usos da informação”. Atualmente exerce a Assessoria Técnica do Sistema de Bibliotecas da UFBA, no cargo de bibliotecária e documentalista. Em 2008, publicou *Uma análise do uso da tecnologia por bibliotecários sob o enfoque da alfabetização informacional*, tema de sua dissertação, nos Anais do IX Encontro Nacional de Pesquisa em Ciência da Informação. iterso@ufba.br

Lívia Ferreira Tosta

Graduanda em Arquivologia (ICI/UFBA). No Grupo CRIDI atua na linha de pesquisa em “Informação e conhecimento em ambientes organizacionais”. Foi bolsista PIBIC/UFBA/FAPESB (2005-2006) e PIBIC/UFBA/CNPQ (2006-2007). Em 2006 foi indicada ao 5º Prêmio Destaque na Iniciação Científica/CNPq. Em 2007 conquistou o Prêmio Jovem Arquivista, no XI Encontro Nacional de Estudantes de Arquivologia (ENEARq), realizado em Santa Maria,

RS. Entre seus trabalhos publicados, destaca-se com coautoria de Rubens Silva, *Coleções especiais de instituições públicas federais em Salvador: que reflexos sociais e institucionais a digitalização pode promover?*, publicado em 2006 nos Anais do 8º Ciclo de Estudos em Ciência da Informação (CECI), realizado no Rio de Janeiro. liviaftosta@yahoo.com.br.

Lucas Andrade Souza Serra

Graduando em Arquivologia (ICI/UFBA). Técnico em Instalação e Manutenção Eletrônica pelo Centro Federal de Educação Tecnológica da Bahia (CEFET-Ba). Atuou como voluntário no Grupo CRIDI em diferentes projetos. Entre os trabalhos publicados, destaca-se sua coautoria na comunicação *Som, foto, filme: instituições públicas depositárias de documentos especiais em Salvador*, publicada em 2007 nos Anais do VIII ENANCIB – Encontro Nacional de Pesquisa em Ciência da Informação (Salvador).

Maria Teresa Navarro de Britto Matos

Doutora em Educação (FACED-UFBA). Professora Adjunta do Departamento de Fundamentos e Processos Informacionais e do Programa de Pós-Graduação em Ciência da Informação do ICI-UFBA, na linha de pesquisa “Políticas, tecnologias e usos da informação”. Dirige atualmente o Arquivo Público da Bahia. Membro titular do Conselho Nacional de Arquivos e do Comitê Nacional do Brasil do Programa Memória do Mundo. Entre seus trabalhos publicados, destaca-se *Institucionalização e implementação de arquivos públicos municipais: a experiência da Fundação Pedro Calmon – Centro de Memória e Arquivo Público da Bahia*, publicado em 2006 na revista *Biblios* (Lima), tendo M. Pereira em coautoria. mariatmatos@terra.com.br

Odeilma da Silva da Cruz

Graduada em Arquivologia (ICI/UFBA). No Grupo CRIDI atua na linha de pesquisa em “Informação e conhecimento em ambientes organizacionais”. Foi bolsista Permanecer (2007-2008). Em 2008 publicou o resumo *Fontes Iniciais para a história da UFBA* no âmbito do “Fórum Universidade, Juventude e Diversidade” (UFBA), com Aparecida Gonzaga e Rubens Silva como co-autores. odeilma18@yahoo.com.br

Rejane Pereira Correia

Licenciada em História (FFCH-UFBA); estudante do bacharelado em História (FFCH/UFBA). No CRIDI atuou na linha de pesquisa “Informação e conhecimento em ambientes organizacionais”. Foi bolsista de Iniciação Científica PIBIC/UFBA/CNPQ (2007-2008) e PIBIC-UFBA/FAPESB (2008-2009). Em 2009, publicou o resumo *UFBA e sua história: Elementos de informação sobre a Escola Politécnica*, nos Anais do II SBA – Simpósio Baiano de Arquivologia (Salvador). rejanefazhistoria@yahoo.com.br

Ricardo Sodré Andrade

Mestre em Ciência da Informação (ICI/UFBA). Arquivista da SAD/UFBA. No CRIDI atua nas linhas de pesquisa “Informação e conhecimento em ambientes organizacionais” e “Políticas, tecnologias e usos da informação”. Entre os trabalhos publicados, destaca sua participação em três capítulos do livro *Cidades Contemporâneas e Políticas de Informação e Comunicações*, publicado pela EDUFBA em 2007 e organizado por Othon Jambeiro e outros. ricardo@yndexa.com. Website: <http://ricardo.arquivista.net>.

Rubens Ribeiro Gonçalves da Silva

Doutor em Ciência da Informação (UFRJ-ECO/IBICT-DEP). Vice-diretor do ICI-UFBA, Professor Adjunto III do Departamento de Fundamentos e Processos Informacionais e do Programa de Pós-Graduação em Ciência da Informação do ICI-UFBA. Atua em linhas de pesquisa sobre “Políticas, tecnologias e usos da informação”, “Informação e conhecimento em ambientes organizacionais” e “Conservação e preservação de acervos fotográficos, audiovisuais e sonoros”. Entre os artigos publicados, destaca-se *Informação, consciência e ciberespaço*, publicado em 2006 na revista *Transinformação*. rubensri@ufba.br

FORMATO	17x24 cm
TIPOGRAFIA	Sentinel (11,8x15pt)
PAPEL	Alta Alvura 72 g/m ² (miolo) Cartão Supremo 300 g/m ² (capa)
IMPRESSÃO	Setor de Reprografia da EDUFBA
CAPA E ACABAMENTO	ESB Serviços Gráficos
TIRAGEM	400 exemplares